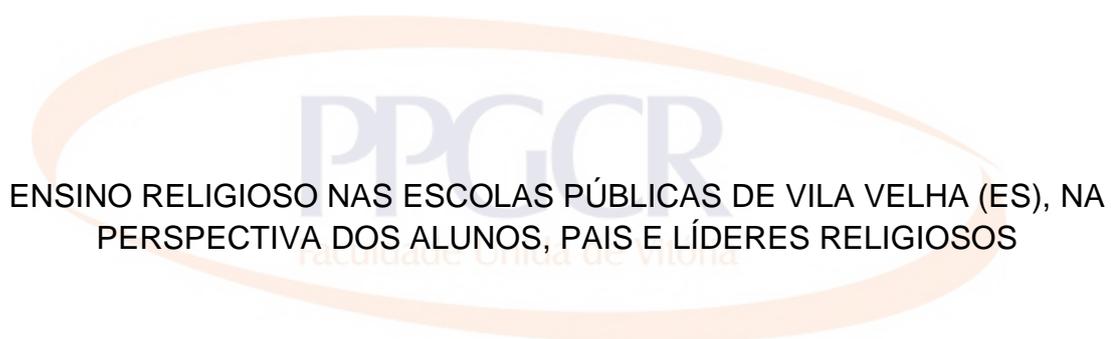


FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

ELIZABETH DONDONI GRIJO

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 27/11/2017.



Vitória - ES
2017

ELIZABETH DONDONI GRIJO

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 27/11/2017.

ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE VILA VELHA (ES), NA
PERSPECTIVA DOS ALUNOS, PAIS E LÍDERES RELIGIOSOS

Trabalho final de Mestrado profissional para
obtenção de grau de Mestre em Ciências das
Religiões Faculdade Unida de Vitória
Programa de Pós-graduação em Ciências das
Religiões
Linha de pesquisa: Religião e Esfera Pública

Vitória - ES

2017

Grijo, Elizabeth Dondoni

Ensino religioso nas escolas públicas de Vila Velha (ES) na perspectiva dos alunos, pais e líderes religiosos / Elizabeth Dondoni Grijo. – Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2017.

x, 80 f. ; 31 cm.

Orientador: José Mário Gonçalves

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2017.

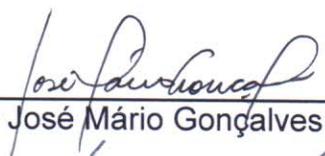
Referências bibliográficas: f. 76-80

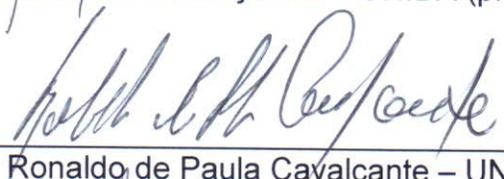
1. Ciências das religiões. 2. Religião e esfera pública. 3. Ensino Religioso. 4. Ensino Religioso em Vila Velha. 5. Estado laico. 6. Ensino Religioso em escola pública. - Tese. I. Elizabeth Dondoni Grijo. II. Faculdade Unida de Vitória, 2017. III. Título.

ELIZABETH DONDONI GRIJÓ

ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE VILA VELHA – ES, NA
PERSPECTIVA DOS ALUNOS, PAIS E LÍDERES RELIGIOSOS

Dissertação para obtenção do grau
de Mestre em Ciências das
Religiões no Programa de Mestrado
Profissional em Ciências das
Religiões da Faculdade Unida de
Vitória.


Doutor José Mário Gonçalves – UNIDA (presidente)


Doutor Ronaldo de Paula Cavalcante – UNIDA


Doutor Sérgio Luiz Marlow

AGRADECIMENTOS

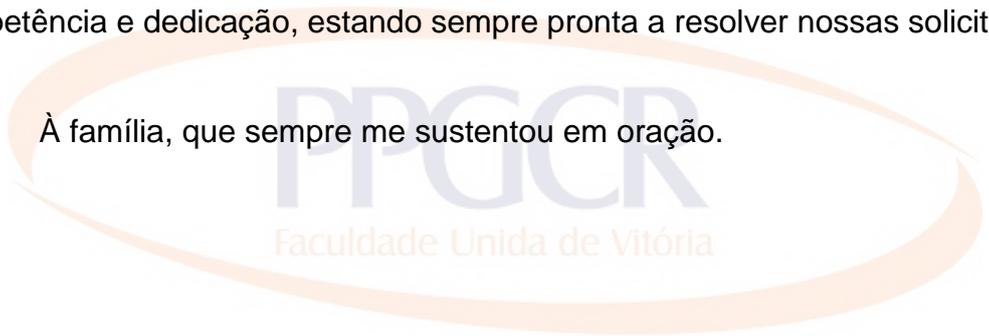
Acima de todas as coisas agradeço a Deus, por tudo que tem me dado com suas provisões.

Ao meu esposo e aos meus filhos, por serem pacientes e compreensivos em todos os momentos.

A todos os meus colegas de turma, por fazerem parte da minha história.

Ao meu orientador, José Mário, pela competência e apreço com que conduziu os trabalhos de orientação; e à Luana, secretária da faculdade, pela competência e dedicação, estando sempre pronta a resolver nossas solicitações.

À família, que sempre me sustentou em oração.



PPGCR
Faculdade Unida de Vitória



*'Não tenho um caminho novo. O que
tenho de novo é o jeito de caminhar'.*

Thiago de Melo.

RESUMO

Nesse estudo, cujo tema é 'Ensino Religioso nas Escolas Públicas de Vila Velha (ES): na perspectiva dos alunos, pais e líderes religiosos', buscou-se melhorar a reflexão sobre a disciplina no município. Os resultados apresentados decorrem dos questionários encaminhados a cada segmento. Por sua vez, a pergunta problema teve como base a seguinte indagação: o Ensino Religioso, ministrado nas escolas de Ensino Fundamental, no município de Vila Velha (ES), segue os preceitos constitucionais, garantindo a educação laica? Pelo prisma teórico, a pesquisa se justifica na necessidade de se testar, em contexto real, o aprendizado adquirido ao longo do curso. Do ponto de vista prático, a justificativa para a consecução do presente estudo reside na necessidade de descobrir se o Ensino Religioso ministrado nas escolas de Ensino Fundamental, em Vila Velha (ES), respeita os preceitos estabelecidos pela legislação – que defendem o estado laico. O presente estudo torna-se viável posto que a pesquisadora tem atuado profissionalmente como professora e diretora de Ensino Fundamental na rede municipal de ensino de Vila Velha (ES), tendo acesso direto à documentação e livros didáticos, bem como aos colegas educadores. O objetivo é analisar a história do Ensino Religioso no Brasil para, ao final, entender o que tal disciplina trouxe de positivo ao processo de ensino e aprendizagem. Quanto à sua estrutura, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, descreve-se o breve histórico do Ensino Religioso no Brasil e o contexto dessa mesma disciplina em Vila Velha (ES). No segundo capítulo descreve-se o município, as escolas pesquisadas e a coleta de dados. No terceiro e último capítulo, abordam-se os resultados dos questionários aplicados, analisando-os sob a ótica de Décio Passos, o qual aponta três vertentes principais de evolução do Ensino Religioso no Brasil, quais sejam: modelo catequético; modelo teológico; modelo das Ciências das religiões.

Palavras-chave: Estado laico – doutrina – ensino – Ensino Religioso – escola pública.

ABSTRACT

In this study, whose theme is 'Religious Education in the Public Schools of Vila Velha (ES): from the perspective of students, parents and religious leaders', it was sought to improve the reflection on the discipline in the municipality. The results presented are based on the questionnaires sent to each segment. In turn, the question was based on the following question: does Religious Education, taught in primary schools, in Vila Velha (ES), follow the constitutional precepts, guaranteeing secular education? From the theoretical perspective, the research is justified in the need to test, in real context, the learning acquired during the course. From a practical point of view, the justification for the achievement of the present study lies in the need to find out if Religious Education taught in primary schools in Vila Velha (ES) respects the precepts established by the legislation – which defend the lay state. The present study becomes feasible since the researcher has acted professionally as a teacher and director of Elementary School in the municipal school network of Vila Velha (ES), having direct access to the documentation and textbooks, as well as to the educating colleagues. The objective is to analyze the history of Religious Education in Brazil, in order to understand what this discipline has brought to the teaching and learning process. As to its structure, the work was divided into three chapters. In the first, we describe the brief history of Religious Education in Brazil and the context of this same discipline in Vila Velha (ES). The second chapter describes the municipality, the schools surveyed and the data collection. In the third and final chapter, the results of the applied questionnaires are analyzed, analyzing them from the perspective of Décio Passos, which points out three main aspects of the evolution of Religious Education in Brazil: catechetical model; theological model; model of the Sciences of religions.

Keywords: Lay state – doctrine – education – religious education – public schools.

LISTA DE SIGLAS

- AEE – Atendimento Educacional Especializado.
CEB – Câmara de Educação Básica.
CF – Constituição Federal.
CME – Conselho Municipal de Educação.
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos.
EEPG – Escola Estadual de Primeiro Grau.
EJA – Educação de Jovens e Adultos.
FONAPER – Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
LDB – Lei de Diretrizes e Bases.
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MEC – Ministério da Educação.
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.
PCNER – Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso.
PES – Planejamento Estratégico da Secretaria.
SEMED – Secretaria Municipal de Educação.
UMEF – Unidade Municipal de Educação Fundamental.
UMEI – Unidade Municipal de Educação Infantil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. O que acha da aula de Ensino Religioso (em %)	50
Gráfico 2. Consegue perceber a importância da aula de Ensino Religioso (em %)	52
Gráfico 3. O que gostaria de mudar na aula de Ensino Religioso (em %)	55
Gráfico 4. O que os pais pensam que os filhos aprendem na aula de Ensino Religioso (em %)	58
Gráfico 5. Pais que consideram o Ensino Religioso uma disciplina importante (em %)	60
Gráfico 6. Quais temas os pais consideram mais relevantes para serem abordados nas aulas de Ensino Religioso (em %)	62
Gráfico 7. Posicionamento dos líderes religiosos quanto às aulas de Ensino Religioso ministradas nas escolas públicas de Vila Velha (em %)	64
Gráfico 8. Visão dos líderes religiosos quanto à obrigatoriedade da oferta das aulas de Ensino Religioso (em %)	66
Gráfico 9. Visão dos líderes religiosos quanto aos objetivos inerentes às aulas de Ensino Religioso (em %)	68
Gráfico 10. Visão dos líderes religiosos sobre como a disciplina Ensino Religioso pode contribuir para reduzir o preconceito religioso no Brasil (em %)	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL...	15
1.1 Aspectos históricos	15
1.2 A questão da laicidade do estado	21
2 ENSINO RELIGIOSO EM VILA VELHA	32
2.1 Caracterização da cidade de Vila Velha.....	32
2.2 Sistema educacional de Vila Velha	33
2.3 Formalização do ensino religioso em Vila Velha	35
2.4 Procedimentos metodológicos	43
2.4.1 Unidades de ensino pesquisadas.....	46
2.4.1.1 Região 1 – UMEF 'Luiz Malizeck'	46
2.4.1.2 Região 2 – UMEF 'Guilherme Santos'	47
2.4.1.3 Região 3 – UMEF 'Saturnino Rangel Mauro'	47
2.4.1.4 Região 4 – UMEF 'Paulo Mares Guia'	48
2.4.1.5 Região 5 – UMEF 'Ilha da Jussara'	48
2.4.2 Doutrinas religiosas pesquisadas.....	49
3 RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA DE CAMPO	50
3.1 Resultados e discussão.....	50
3.1.1 Apresentação geral dos resultados da pesquisa.....	50
3.1.1.1 A visão dos alunos do Ensino Fundamental.....	50
3.1.1.2 A visão dos pais de alunos do Ensino Fundamental	57
3.1.1.3 A visão dos líderes religiosos	63
3.2 Discussão dos resultados da pesquisa	72
3.3 Sugestões e recomendações	73
CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS.....	77
ANEXOS	82

INTRODUÇÃO

A minha experiência como pedagoga de 6.º ao 9.º ano, na Rede Municipal de Educação de Vila Velha (ES) desde 2005 e, como gestora escolar, desde 2013 até a presente data, sempre trouxe indagações e questionamentos acerca da matrícula facultativa nas aulas de Ensino Religioso.

É bem verdade que nunca foi perguntado aos pais, na hora da matrícula, se queriam, ou não, que seus filhos assistissem as aulas de Ensino Religioso, pois sabe-se que, caso o aluno opte como 'facultativa', a escola terá que colocá-lo para fazer outras atividades e, em poucas ou raras escolas da Rede Municipal tem-se esses espaços e pessoas disponíveis para atender tal aluno. Daí a preocupação com essas aulas em descobrir com os próprios alunos o que pensam, o que gostariam que fosse mudado, para que tenham uma aula mais atrativa.

Por isso se buscou, na presente pesquisa, desenvolver as ideias aqui apresentadas, após consultar a opinião de alunos, pais e líderes religiosos, de modo a propiciar uma contribuição à Rede Municipal de Vila Velha (ES), visando melhorar a reflexão sobre a disciplina no município.

Os resultados apresentados neste trabalho foram decorrentes de dados oriundos dos questionários encaminhados a cada segmento, sendo respondidos por 68 alunos de 9.º ano, 77 pais e 14 líderes religiosos. Os referidos questionários foram constituídos por perguntas abertas qualitativas, buscando entender a proposta apresentada para a disciplina.

Diante do exposto, no presente estudo o tema a ser trabalhado é: 'Ensino Religioso nas Escolas Públicas de Vila Velha (ES): na visão dos alunos dos anos finais, pais e líderes religiosos'. Pensar a educação escolar é tarefa que exige esforço, posto não se poder considerá-la como unívoca, mas sim como complexo campo em que se contrapõem muitas possibilidades de entendimento da mesma realidade. Nesse cenário, configura-se o debate que, no Brasil, desde o início do século XX se mostra polêmico no âmbito educacional: o Ensino Religioso.

Não é segredo que o cristianismo teve papel significativo na cultura educacional brasileira. Conforme explica Édison Huttner¹, o colonizador português trouxe o cristianismo católico, que preponderou quase único do século XVI ao XVIII.

¹ HUTTNER, Édison. *A igreja católica e os povos indígenas do Brasil*. Porto Alegre (RS): EPIPUC-RS, 2003, p. 12.

Até os Jesuítas saírem do País, os atos de ensino estiveram nas aldeias indígenas catequizadas, nos seminários, nos templos e colégios católicos. Foi uma conjuntura longa, relativamente estável no período colonial. Para Leonardo Boff² tratava-se atividade educacional ligada ao poder público, do qual fazia parte a Igreja Católica.

A escola pública – como hoje é concebida – surgiu durante o Império, após a Independência, na forma de pequena rede pública de ensino, a qual só se consolidaria ao longo da Primeira República. Neste contexto histórico, o Ensino Religioso continuou a dar maior relevo aos ensinamentos decorrentes do cristianismo. Contudo, a Constituição Brasileira de 1988 determina que, no Brasil, o estado seja laico. Portanto, o Ensino Religioso a ser ministrado nas escolas públicas do país não pode, sob pena de estar contrariando a Carta Maior da nação, priorizar os ensinamentos de qualquer religião em específico.

Cabe então dizer que, a pergunta problema que dirigiu o presente estudo teve como base a seguinte indagação: o Ensino Religioso, ministrado nas escolas de Ensino Fundamental, no município de Vila Velha (ES), segue os preceitos constitucionais, garantindo aos educandos uma educação laica?

Dessa forma, pelo prisma teórico, a pesquisa aqui proposta encontra justificativa na necessidade de se tentar testar, em contexto real, o aprendizado adquirido ao longo do curso. Por sua vez, do ponto de vista prático, a justificativa para a consecução do presente estudo reside na necessidade de tentar descobrir se o Ensino Religioso ministrado nas escolas de Ensino Fundamental, pertencentes ao município de Vila Velha (ES), respeita os preceitos estabelecidos pela legislação brasileira – os quais defendem o Estado laico.

O presente estudo tornou-se viável, posto que, nos últimos anos, a pesquisadora tem atuado profissionalmente como professora e como diretora de Ensino Fundamental na rede municipal de ensino de Vila Velha (ES), tendo, portando, acesso direto à documentação, aos livros didáticos, bem como aos demais colegas educadores, os quais não se furtaram a contribuir com essa pesquisa, respondendo aos questionários (modelos em anexo). Assim, a partir do que se identificou, foram apresentadas sugestões de mudanças que possam ajudar a corrigir eventuais disfunções apontadas pela pesquisa de campo.

Dessa forma, o presente estudo se limita a estudar somente a aplicação do

² BOFF, Leonardo. *Ética e moral – a busca dos fundamentos*. São Paulo (SP): Vozes, 2005, p. 38.

Ensino Religioso em escolas de Ensino Fundamental, no município de Vila Velha (ES). Para a realização desse trabalho optou-se por duas hipóteses semelhantes, porém contraditórias, quais sejam:

a) seguindo rigorosamente os preceitos constitucionais que defendem o estado laico, a educação religiosa ministrada no Ensino Fundamental, nas escolas públicas municipais da cidade de Vila Velha (ES), não prioriza qualquer doutrina religiosa em especial.

b) contrariando nitidamente os preceitos constitucionais que defendem o estado laico, a educação religiosa ministrada no Ensino Fundamental, nas escolas públicas municipais da cidade de Vila Velha (ES), favorece algumas doutrinas religiosas, em especial aquelas de cunho cristão (católico ou protestante), em detrimento das demais.

Cabe destacar que o objetivo geral aqui proposto busca analisar a história do Ensino Religioso no Brasil, bem como o quanto a legislação e a questão da educação foram influenciadas pela Igreja; para, ao final, entender o que tal disciplina trouxe de positivo ao processo de ensino e aprendizagem. Vale ainda dizer que, para a consecução desse estudo apresentam-se os seguintes objetivos específicos: a) identificar, com base na literatura especializada sobre o tema, as principais metas do Ensino Religioso, a serem aplicadas em escolas públicas de Ensino Fundamental; b) comparar o que é apresentado pela literatura acerca do Ensino Religioso, com o trabalho que vem sendo desenvolvido nas escolas de Ensino Fundamental, no município de Vila Velha (ES); c) propor mudanças que possam corrigir eventuais disfunções apontadas pela pesquisa de campo.

Quanto à sua estrutura, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, descreve-se o breve histórico do Ensino Religioso no Brasil e o contexto dessa mesma disciplina em Vila Velha (ES). No segundo capítulo descreve-se o município, as escolas pesquisadas e a coleta de dados. No terceiro e último capítulo, abordam-se as informações obtidas por meio dos questionários aplicados, analisando-os sob a ótica de Décio Passos, o qual aponta três vertentes principais de evolução do Ensino Religioso no Brasil, quais sejam: modelo catequético; modelo teológico; modelo das Ciências das religiões. Com isso, busca-se contribuir com o município para que se possa ministrar aulas mais dinâmicas e atrativas, pois este tem se revelado o ensejo de muitos que participaram da referida pesquisa.

Este estudo é de suma importância para quem ministra Ensino Religioso em

escolas públicas, pois oferece um 'norte' a ser seguido, de modo a garantir prática de ensino que, em momento algum, desrespeite os ditames constitucionais. Do mesmo modo, o presente trabalho se propõe a apresentar um 'caminho' que impeça o educador de ferir ou contrariar as diferentes tendências religiosas que se mesclam na escola pública.



1 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

1.1 Aspectos históricos

Conforme explica Afonso Maria Ligório Soares³, historicamente o Ensino Religioso, uma área de conhecimento da educação básica brasileira, tem sido motivo de polêmicas e contendas na sociedade, escolas e academias. Em muitas situações não recebe valor e atenção de forma similar as demais áreas de conhecimento, embora possua uma natureza própria, seja disciplina que compõe o currículo escolar e deva ser respeitada como tal. Nesse sentido, torna-se necessário analisar as mudanças que conduzem os debates e as ações no cenário do Ensino Religioso na atualidade brasileira, como uma área que estuda o fenômeno religioso em suas relações com o mundo, a natureza, a transcendência, a imanência, multiplicidade de saberes e vivências construídas de forma cultural e historicamente.

De acordo com Raimundo Márcio Mota de Castro, o Ensino Religioso, enquanto disciplina integrante do currículo escolar, sempre esteve presente na escola brasileira. Historicamente, a educação brasileira inicia por influência da Igreja Católica, uma vez que todo o processo educativo no período colonial esteve a cargo dessa vertente religiosa, sejam pelas mãos dos jesuítas, em sua maioria, ou de membros de outras ordens que também chegaram ao Brasil a partir do século XVI⁴. Sobre a educação oferecida pelos jesuítas, Maria Lúcia Arruda Aranha tece a seguinte observação:

A educação jesuítica predominou no Brasil e exerceram o monopólio do ensino apoiados pela Coroa de Portugal. Não consideraram a religiosidade dos índios que viviam na terra e, posteriormente dos negros que vieram da África, tendo suas crenças como 'erradas'. Os jesuítas possuíam muitas escolas e uma organização estável quanto à disciplina nos colégios. Por ser uma forma de educação estruturada, no decorrer do século XVIII entre outros fatores, o governo temia o poder econômico e político exercido por eles ao modelar a consciência e o comportamento das camadas sociais, o que levou ao encerramento das atividades da Companhia no território brasileiro⁵.

³ SOARES, Afonso Maria Ligório. *Ciência da Religião, Ensino Religioso e Profissão Docente*. Revista de Estudos da Religião. São Paulo, set. 2009. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_soares.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

⁴ CASTRO, Raimundo Márcio Mota de. *Tocar em frente as ensinhanças da dúvida: a busca da identidade do Ensino Religioso*. Uberaba (MG): Universidade de Uberaba, 2009, p. 50.

⁵ ARANHA, Maria Lúcia Arruda. *História da educação*. São Paulo (SP): Moderna, 1996, p. 15.

Conforme explicam Riolando Azzi, de início os portugueses pensavam em criar no Brasil o Estado cristão, tendo como religião oficial o Catolicismo, cuja missão seria subjugar e incorporar os indígenas à Corte portuguesa e à Igreja. Ao longo de todo o período colonial e também durante o período Imperial, o Ensino Religioso tinha como objetivo ensinar, evangelizar e catequizar os colonos (especialmente os índios e os negros) à religião oficial da Colônia: o catolicismo⁶. Tal prática consistia em um modo de impor as ideologias europeias e os valores sociais que eram entendidos pelos colonizadores como sendo algo positivo para a sociedade. Sobre isso, Wilian Ramos Marcos afirma que:

A cristianização na colônia extrapola os interesses religiosos, pois envolve interesse políticos, alinhados por meio da parceria Igreja Católica e Estado. Essa associação, presente no período colonial e estendendo-se ao imperial, tem suas origens ligadas à delegação pontifícia: acordo firmado com o pontífice romano, no qual Igreja Católica concedia ao monarca português o direito de expandir os princípios da doutrina Católica e ainda gozar de certas prerrogativas relativas à vida interna do aparelho eclesiástico nos territórios sob seu governo. Essa união entre Igreja Católica e Estado recebe o nome de Padroado⁷.

Diante dessa relação entre a Igreja e o Estado foi que o Ensino Religioso, no contexto Colonial e Imperial, ergueu-se como um Ensino de Religião – doutrinário e catequético da fé Católica – sem que sua presença no meio escolar fosse contestada em face da configuração da sociedade daquele período⁸. Dessa forma, o Ensino Religioso passou todo esse tempo sem ser criticado, já que sua presença era justificada pela relação estabelecida entre a Igreja Católica e Estado, em uma época em que somente alguns poucos tinham acesso a algum tipo de educação formal no Brasil.

No entanto, em moldes mais modernos, o Ensino Religioso nas escolas públicas esteve constantemente presente nas constituições federais e na prática escolar, com exceção do período que vai do Decreto 119-A, de janeiro de 1890, cujo autor é Rui Barbosa – que oficializa a separação entre a Igreja e Estado – até o Decreto n.º 19.941, de abril de 1931, que reintroduz o Ensino Religioso nas escolas

⁶ AZZI, Riolando. *História da igreja no Brasil*. Tomo II. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002, p. 70.

⁷ MARCOS, Wilian Ramos. *Modelos do ensino religioso: contribuição das ciências da religião para a superação da confessionalidade*. Belo Horizonte (MG): UCMG, 2010, p. 23-24. Disponível em: <http://www.pucminas.br/Paginas/PageNotFound.aspx?requestUrl=http://www.pucminas.br/imag edb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI2010112412010>. Acesso em: 09 out. 2017.

⁸ MARCOS, 2010.

públicas⁹.

Com o advento da República e a institucionalização do Estado laico, o Ensino Religioso ficou afastado da escola pública brasileira por quatro décadas. Porém, a Igreja nunca aceitou, mobilizando-se para recuperar a hegemonia no âmbito educacional. A essa mobilização Dermeval Saviani chama de resistência ativa, pois a Igreja não se limitou a manifestar discordâncias, críticas e objeções, alertando para as consequências negativas da situação instaurada; mas passou a promover a manifestação de organizações coletivas em busca de alternativas para reverter o contexto em que se encontrava¹⁰. Assim, aos poucos, tal resistência ganhou espaço no âmbito político, e o Ensino Religioso recuperou o espaço pretendido na escola pública.

De acordo com Anísia de Paulo Figueiredo, por força do costume popular e pressão da Igreja Católica, o Ensino Religioso foi sendo tolerado, passando, a partir de 1934, a ser facultativo; e obrigatório para as escolas, a partir de 1964. Na década de 80, o Ensino Religioso foi retomando o espaço nos debates da Constituinte até ocupar espaço na escola pública¹¹. Contudo, tanto na legislação quanto na sala de aula, tal disciplina passou a ser matéria à parte, deslocada do conjunto da educação, tornando-se corpo estranho, eclesial, a invadir o espaço público. José Antônio Vasconcelos aponta três momentos distintos dados legalmente à natureza do Ensino Religioso no Brasil.

O primeiro momento histórico surgiu o Ensino Religioso deliberado pela LDB n.º 4.024/61, tendo como eixo articulador a dimensão contida no termo 'religere' (re-escolher – saber em si), ou seja, havia uma perspectiva teológica e confessional da disciplina de Ensino Religioso. No segundo momento, o Ensino Religioso foi deliberado pela LDB n. 5.692/71, tendo como eixo articulador a dimensão 'religare' (re-ligar – saber em relação), ou seja, havia uma perspectiva antropológica e axiológica da disciplina Ensino Religioso. Por fim, o terceiro momento se caracterizou pela deliberação do Ensino Religioso pela vigente LDBEN n. 9.394/96, tendo como eixo articulador a dimensão 'relegere' (re-ler – saber de si), dando conta da perspectiva fenomenológica da disciplina Ensino Religioso. A partir do processo constituinte de 1988, o Ensino Religioso vai efetivando sua construção como disciplina escolar e componente curricular, a partir da escola e não de uma ou mais religiões. Assim, a razão de ser do Ensino Religioso brasileiro fundamenta-se na própria função da escola: o conhecimento e o diálogo. A partir da atual LDB, o Estado, a escola e a sociedade não podem mais considerar o Ensino Religioso como simples formação religiosa ou axiológica, nem como catequese ou ação pastoral.É

⁹ AZZI, 2002, p. 157.

¹⁰ SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Coleção Memória da Educação. Campinas (SP): Autores Associados, 2007, p. 179-180.

¹¹ FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *Ensino religioso*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994, p. 102.

necessário compreendê-lo como componente curricular cujo conteúdo é o fenômeno religioso¹².

Segundo Carlos Roberto Jamil Cury, o Ensino Religioso legalmente aceito como parte dos currículos das escolas oficiais do Ensino Fundamental – na medida em que envolve a questão do Estado laico, a secularização da cultura, a realidade dos múltiplos credos e a face existencial de cada indivíduo – torna-se questão complexa e polêmica¹³. Assim, cabe ressaltar os dispositivos constitucionais que remetem ao problema em discussão, permitindo a ampliação da temática, constantes no art. 19 da Constituição Federal de 1988:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público¹⁴.

Ainda conforme o pensamento de Cury, a laicidade é clara, o respeito aos cultos é inofismável e quando a lei assim o determinar pode haver campos de mútua cooperação em prol do interesse público, como é o caso de serviços filantrópicos¹⁵. Além disso, o art. 1º, inciso III põe como fundamento da República: a *dignidade da pessoa humana*.

Por sua vez, o art. 3º, inciso IV, coloca como objetivo da República a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Para Cury, se a cidadania é fundamento da República, a prevalência dos direitos humanos é um dos princípios das relações internacionais brasileiras. Portanto, há aqui, à luz da dignidade da pessoa humana, o repúdio a toda forma de discriminação e a assinalação de objetivos maiores como a cidadania em nível nacional e os direitos humanos em nível internacional¹⁶. Não contente com esses dispositivos, a CF/88 explicita um conjunto de direitos e deveres individuais e coletivos entre os quais se podem citar os incisos:

¹² VASCONCELOS, José Antônio. *Fundamentos epistemológicos da história*. Curitiba: IBPEX, 2009, pp. 40-41.

¹³ CURY, Carlos Roberto Jmil. *Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre a igreja e o estado no Brasil*. Educação em Revista, n.º 17, jun. Belo Horizonte (MG): Faculdade de Educação da UFMG, 1993, p. 20.

¹⁴ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília (DF): Senado Federal, 1988.

¹⁵ CURY, 1993, p. 21.

¹⁶ CURY, 1993, p. 22.

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias;
 VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
 VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei¹⁷.

Conforme explica Raimundo Márcio Mota de Castro, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi aprovada a nova LDB n.º 9.394/96¹⁸, estabelecendo, no art. 3º, inciso II, que o ensino será ministrado com liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber¹⁹. Com a vigência dessa lei foi aprovado seu substitutivo com a edição da Lei n.º 9.475/97²⁰, elevando o Ensino Religioso ao patamar de disciplina escolar e área do conhecimento integrante na formação básica. O Ensino Religioso – de matrícula facultativa – constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas do Ensino Fundamental, assegurado o respeito à liberdade e à diversidade cultural e religiosa do Brasil, conforme explica Silva:

A expressão da liberdade religiosa pelo ensino contempla tanto a liberdade do indivíduo e das confissões religiosas de ensinar as suas convicções, como a liberdade de receber Ensino Religioso de acordo com as convicções próprias. Por sua vez, a liberdade de receber Ensino Religioso pode se apresentar como: a) o direito dos pais, ou de quem os represente, de que seus filhos recebam educação religiosa: deriva do direito genérico dos pais de educar seus filhos e de escolher o tipo de educação que melhor atenda às suas convicções, sejam elas religiosas ou filosóficas, tal como reconhecido pelo art. 26, § 3.º, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH); e, b) o direito do indivíduo de receber educação religiosa conforme suas próprias convicções ou, se menor, de acordo com as convicções de seus pais ou responsáveis²¹.

Complementando essa linha de pensamento cabe aqui mencionar a visão de Haroldo Reimer, para o qual:

Fica clara a intenção de que a liberdade religiosa seja afirmada para além

¹⁷ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília (DF): Senado Federal, 1988.

¹⁸ BRASIL. *Lei n.º 9.394/96 – Diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 1996.

¹⁹ CASTRO, 2009, p. 50.

²⁰ BRASIL. *Lei n.º 9.475/97 – Dá nova redação ao artigo 33 da Lei n.º 9.394*, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 1997.

²¹ SILVA, Fabiana Maria Lobo da. *Liberdade de religião e o ensino religioso nas escolas públicas de um estado laico: perspectiva jusfundamental*. Revista de Informação Legislativa, ano 52, n. 206, abr./jun, 2015, pp. 271-298.

do poder do Estado, pois esta constitui um direito fundamental, individual, e de primeira importância para a pessoa humana. Diante deste direito o Estado não pode fazer nada além de defendê-lo. Ou seja, cabem ao Estado atribuições positivas e negativas, no primeiro caso deve garantir que o indivíduo tenha liberdade para expressar sua religião, enquanto que no segundo, não pode restringir esta liberdade²².

Segundo afirmam Sérgio Rogério Azevedo Junqueira e outros, coube ao Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER)²³ a difícil tarefa de elaborar e divulgar o documento intitulado Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (PCNER). Tal documento, contudo, não é de adoção obrigatória, ficando a cargo de cada rede educacional adotá-lo ou não²⁴. Com isso, o Ensino Religioso brasileiro assumiu caráter laico.

Para Ives Gandra da Silva Martins, pode ser visão simplória considerar que a mudança no texto visava apenas a amenizar as críticas ao posicionamento contraditório à laicidade do Estado²⁵. Contudo, o que se observa atualmente é que, embora o texto tenha sido modificado, é dada – a cada estado da Federação – autonomia para regulamentar o Ensino Religioso da forma que lhe convier; permitindo-se, inclusive, a do ensino confessional, em nítido favorecimento à doutrina católica.

Por sua vez, Figueiredo afirma que a legislação vigente mantém o Ensino Religioso numa concepção mais eclesial do que como elemento normal do sistema de ensino. Assim, na prática, permanece como apêndice da conjuntura escolar, discriminado, questionado, embaraçado – como empecilho à infraestrutura do sistema²⁶. Vale destacar que o Ensino Religioso, apesar de ter matrícula facultativa, integra os horários normais das escolas públicas, contribuindo para a maior compreensão de alguns dos principais temas que evidenciam os modos de vida, tais como: ética, cidadania, respeito, tolerância e capacidade de aceitar os outros e a si próprio, abrangendo ainda a história das diversas religiões, a fim de obter convivência pacífica.

Utilizando o conceito de Norberto Bobbio, a ideia de tolerância nasceu e se

²² REIMER, Haroldo. *Liberdade religiosa na história e nas constituições do Brasil*. São Leopoldo (RS): Oikos, 2013, p. 29.

²³ BRASIL. *Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso – parâmetros curriculares nacionais: Ensino Religioso*. São Paulo (SP): AM Edições, 1997.

²⁴ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; CORRÊA, Rosa Lyda Teixeira; HOLANDA, Ângela Maria Ribeiro. *Ensino religioso: aspecto legal e curricular*. São Paulo (SP): Paulinas, 2007, p. 66.

²⁵ MARTINS, Ives Gandra da Silva. Educação religiosa nas escolas públicas. *Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados*, v. 145, ano 20, fev. 1996.

²⁶ FIGUEIREDO, 1994, p. 103.

desenvolveu no terreno das controvérsias religiosas. De modo oposto, as diversas formas de intolerância foram motivos de guerras que perduraram por séculos. Dessa maneira, o termo foi entendido na tradição Católica, como também por filósofos laicos em sentido limitativo como *aceitação* – por questão de conveniência prática – de um erro. Ao passo que o respeito é dirigido àquilo que se considera um bem e o comportamento adequado frente ao outro²⁷. Assim, a tolerância é exercida perante aquilo que se considera um mal, mas que por razões de prudência se suporta. Contudo, João Décio Passos salienta que:

O modelo estabelecido visando à cosmovisão unirreligiosa, sustentada pela aliança entre a Igreja e o Estado, com conteúdos que conduzissem a adesão a uma comunidade religiosa, por meio da transmissão doutrinária e a manutenção ou sustentação de confissões religiosas, garantia a definição e formação do corpo docente, com riscos de proselitismo e intolerância²⁸.

No entanto, Cury chama atenção para o que representa o Ensino Religioso como componente curricular nas escolas públicas brasileiras. Por trás dele se oculta a dialética entre secularização e laicidade no interior de contextos históricos e culturais mais precisos. A laicidade reúne, de forma indissociável, a liberdade de consciência, fundamentada sobre a autonomia individual, ao princípio de igualdade entre os homens. Na opinião de Maria de Franceschi Neto Domingos, trata-se da garantia de liberdade de pensamento do homem-cidadão dentro de uma comunidade política, a garantia da liberdade de espírito e da liberdade para todos os seres humanos²⁹.

1.2 A questão da laicidade do estado

No Brasil, o ensino religioso, legalmente aceito como parte dos currículos das escolas oficiais do ensino fundamental, na medida em que envolve a questão da laicidade do Estado, a secularização da cultura, a realidade socioantropológica dos múltiplos credos e a face existencial de cada indivíduo, torna-se uma questão de alta

²⁷ BOBBIO, Norberto. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. São Paulo (SP): UNESP, 2002, p. 149-150.

²⁸ PASSOS, João Décio. *Ensino religioso: construção de uma proposta*. São Paulo (SP): Paulinas, 2007, p. 56-59.

²⁹ DOMINGOS, Maria de Franceschi Neto. Ensino religioso e estado laico: uma lição de tolerância. *Revista de Estudos da Religião*. São Paulo, setembro de 2009. Disponível em: <www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.pdf>. Acesso em: 10.10.2017.

complexidade e de profundo teor polêmico³⁰.

Em muitos séculos de história, a religião tem apresentado paradoxo que, por um lado ajuda as pessoas a viverem melhor e a encontrarem esperanças; mas, por outro, é inegável que é usada para excluir e dividir grupos³¹. Não por acaso que a existência de polêmicas em torno da intolerância religiosa tem sido motivo de sofrimentos e guerras, seja na cultura regional ou na global. No entendimento de Marion Brepohl:

A laicidade se insurgiu contra a hegemonia da Igreja Católica, não apenas como força política, mas também como orientadora dos valores e conteúdos do ensino e da educação. Contudo, observa-se que, quando se analisam os diferentes Estados nacionais, não há uniformidade de compreensão e de operacionalização dos princípios da laicidade, pois, em todo o mundo, a relação entre religião e a vida pública é extremamente variada, revelando que há diversos modelos, bem como que há disputa acirrada entre esses mesmos modelos. Durante a chamada Guerra Fria, por exemplo, muitas foram as autoridades que adotaram políticas baseadas em verdades religiosas. Do mesmo modo, ações extremistas e violentas incentivaram a violência bélica em diversas regiões, nas quais diziam haver ameaças aos valores democráticos e cristãos³².

Por essa razão é que não se deve esquecer também as observações de Gramsci, para o qual, na religião – como em qualquer outro campo de poder – existe o grupo que detém o domínio. Esse grupo político no poder precisa do poder de persuasão hegemônico, ou das instituições civis que formam a opinião pública, para criar o consenso necessário às suas investidas políticas. O Estado obtém e exige consenso, mas também reproduz tal consenso. Isso é feito através da sociedade civil, que representa o aparelho de criação de consenso, enquanto a sociedade política detém o poder de coerção³³. Aqui cabe destacar as palavras de Roseli Fischmann, a qual oferece importante definição acerca do estado laico:

A grande diferença que há entre um Estado que se baseia na ordem religiosa e o laico, é que neste os seres humanos tomam-se uns aos outros em sua condição humana, como necessitados de agir em conjunto, ou em concerto, para construir a igualdade. Já na fusão da esfera privada com a esfera pública que faz o Estado religioso, haverá o apelo ou ao sobrenatural ou àquele absoluto transcendente, crível, se assim se desejar, mas inapreensível ao meramente humano³⁴.

³⁰ CURY, 1993, p. 20-37.

³¹ CURY, 1993, p. 20-37.

³² BREPOHL, Marion. Estado laico e pluralismo religioso. *Estudos de religião*, vol. 30. n.º 1, jan./abr., 2016.

³³ *Apud* BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.) *Histórias e memórias da educação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre (RS): Seiva publicações, 2002, p. 63.

³⁴ FISCHMANN, Roseli. *Estado laico, educação, tolerância e cidadania: para uma análise da*

Na mesma linha de raciocínio, Stefano Martelli entende que, em relação à modernidade, a crítica não é feita mais em nome dos valores da tradição, mas em nome do direito do homem e do bem da humanidade. A questão deixa de ser unicamente religiosa, passando para o campo da ética e partilhada por toda a sociedade. A mesma estratégia pode ser observada na proposta para o Ensino Religioso na escola pública brasileira, porque, não podendo mais se falar em nome de uma única tradição, abre-se o leque para as demais tradições religiosas em nome do multiculturalismo, de forma que não possa ser questionada quanto ao caráter *proselitista* (que se refere à conversão), para que assim possa ser partilhada por todos na sociedade³⁵. Com isso, todos os grupos religiosos acabam beneficiados por isso. Tanto que diferentes denominações religiosas, com concepções distintas, se uniram para defender o Ensino Religioso nas escolas públicas.

Tânia Conceição Iglesias do Amaral, por sua vez, analisando os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (PCNERs), ressalta a estratégia utilizada pelos organizadores do documento ao substituírem o conceito tradicional do termo 'religião', que é religar a Deus, para o sentido de releitura do fenômeno religioso, tendo como substrato as ciências da religião, como filosofia, história, sociologia e antropologia da religião. Essa estratégia objetivou a passagem do âmbito religioso para o âmbito secular.

Assim, concomitantemente à aprovação da Lei n.º 9.475/97, que alterou o artigo 33 da LDB, ocorreu a publicação dos PCNERs³⁶. É necessário, porém, destacar o fato de que, diferente das demais áreas do Ensino Fundamental, o Ensino Religioso não teve seus parâmetros elaborados por comissão instituída pelo Ministério da Educação (MEC), mas por entidade civil composta por educadores cristãos. Na análise de Sérgio Rogério Azevedo Junqueira:

O Ensino Religioso, para a sua construção estrutural e explicitação, necessitou vincular-se a uma ciência de referência: a Educação. No campo do ensino, dialogou com os elementos pedagógicos permitindo uma estrutura em que a linguagem e o fenômeno estejam explícitos e, desta forma, o componente permita enfrentar situações, construir argumentações

concordata Brasil-Santa Sé. São Paulo (SP): Factash, 2012.

³⁵ MARTELLI, Stefano. *A religião na sociedade pós-moderna: entre a secularização e a dessecularização*. São Paulo (SP): Paulinas, 1995, p. 454.

³⁶ AMARAL, Tânia Conceição Iglesias do. *Análise dos parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras*. Maringá (PR): Universidade Estadual de Maringá, 2003, p. 70.

e elaborar propostas. De tal forma que pudesse contribuir para a leitura e a interpretação da realidade, estabelecendo a possibilidade de participação do cidadão na sociedade de forma autônoma³⁷.

Conforme explica Miguel Gonzáles Arroyo, ao partir do pressuposto de que o Ensino Religioso é parte essencial da formação do ser humano como pessoa e cidadão, seu ordenamento curricular deve contemplar todos os aspectos. Por esse motivo, a definição dos conteúdos para o Ensino Religioso constitui o ponto nevrálgico da implantação desse ensino³⁸. Ocorre que – mesmo agregando outras tradições religiosas – as entidades civis que se ocupam da elaboração dos conteúdos do Ensino Religioso são constituídas por representantes cristãos. Ainda segundo as afirmações de Arroyo, tem-se que a organização de um currículo que promova a educação básica plena requer habilidade para não privilegiar a tradição religiosa em detrimento de outras³⁹. Este é um dos aspectos mais destacados nas discussões em torno do Ensino Religioso e merece uma constante avaliação.

A sociedade brasileira apresenta expressiva diversidade religiosa, decorrente da vinda de colonizadores europeus, escravos africanos e imigrantes asiáticos, além dos indígenas que aqui se encontravam. No entanto, tal diversidade não se distribui na mesma proporção. Para Carlos Roberto Jacob, os católicos, que representavam 83,3% da população em 1991, em 2000 passaram a representar 73,9%. Os evangélicos, os *sem religião* e a representação minoritária da categoria *outras religiões* cresceram em 2000. Os evangélicos somam 15,6%, os *sem religião* 7,4%, e as *outras religiões* 3,2%. Assim, as confissões cristãs somam quase 90% dos brasileiros⁴⁰.

No entanto, segundo Arroyo, é necessário destacar que os currículos organizam conhecimentos, culturas, valores, técnicas e artes a que todo ser humano tem direito, o ordenamento curricular do Ensino Religioso tem como desafio romper com as hierarquias e silêncios, sedimentados ao longo de sua história⁴¹. Todavia, o que causa estranhamento é o fato de ter sido delegada essa tarefa à entidade civil ligada à confissão religiosa dominante.

³⁷ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Uma ciência como referência: uma conquista para o Ensino Religioso. *REVER*, ano 15, n. 2, jul./dez., 2015, p. 18.

³⁸ ARROYO, Miguel Gonzáles. *Indagações sobre currículo: educandos e educadores – seus direitos e o currículo*. Brasília (DF): Ministério da Educação, 2008, p. 38.

³⁹ ARROYO, 2008, p. 39.

⁴⁰ JACOB, Carlos Roberto. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. São Paulo (SP): Loyola, 2003, p. 140.

⁴¹ ARROYO, 2008, p. 39.

Por sua vez, para Stuart Hall a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos da mudança histórica no novo milênio. Não deve surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de política cultural⁴².

Nesse sentido, Bastos e outros entendem que a diversidade cultural se constitui terreno fértil para justificar a inclusão do Ensino Religioso no currículo e, assim, garantir o espaço dessa disciplina na escola pública brasileira. Os PCNERS apresentam proposta pedagógica com base no ideal de fraternidade universal, sem o qual a paz mundial permanecerá sonho inatingível⁴³.

Destaca-se o respeito à diversidade cultural, tendo em vista que, nos diferentes grupos culturais, existem aspectos relevantes que devem ser considerados. No Ensino Religioso, pelo espírito de reverência às crenças alheias (e não só pela tolerância), desencadeia-se o respeito mútuo que pode conduzir à paz. Tal argumento justifica a presença do Ensino Religioso na escola pública brasileira como instrumento capaz de formar o conceito de tolerância, evitando o preconceito e a discriminação. No entanto, esse conceito deve ser analisado sob diferentes perspectivas⁴⁴.

A partir da Lei n.º 9.457/97, o Ensino Religioso assume novo modelo baseado no pluralismo e no diálogo inter-religioso que reflete essa tendência de aproximação entre as religiões. Para Maria Amélia Smith Dickie e Janayna de Alencar Lui, a presença do Ensino Religioso nas escolas públicas representa a tentativa de recuperação das religiões no espaço público, através da legitimação de autoridade sobre a vida cotidiana⁴⁵. Tais tentativas, no entanto, se fazem sobre novas bases, mais democráticas e preocupadas em respeitar as individualidades presentes no esforço conjunto do grupo estratégico.

Tomaz Tadeu da Silva alerta para a instalação nas escolas de um *currículo oculto*, que seria constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial explícito, contribuem, de forma implícita, para

⁴² HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro (RJ): DP&A, 1997, p. 97.

⁴³ BASTOS, 2002, p. 70.

⁴⁴ BASTOS, 2002, p. 71.

⁴⁵ DICKIE, Maria Amélia Smith e LUI, Janayna de Alencar. *O Ensino Religioso e a interpretação da lei*. Porto Alegre (RS): PUC-RS, 2005, p. 15.

aprendizagens sociais relevantes⁴⁶. Porém, é preciso também indagar que interesses estão por trás das imposições curriculares oficiais. Será que o peso das representações políticas católicas e evangélicas influenciou a composição da lei que apresenta o Ensino Religioso como parte integrante da matriz curricular oficial? Com que objetivo esse ensino permanece na escola pública? Domesticação, doutrinação, alienação, adequação?

A implementação da disciplina de Ensino Religioso dentro do currículo regular, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Religioso se justifica a partir da constatação de que, desde os primórdios da história da humanidade, o ser humano se defronta com grandes desafios e situações limites: a enfermidade, a morte, a separação, o heroísmo entre tantas outras⁴⁷. Diante desses acontecimentos da vida, as pessoas se questionam sobre quem são, porque estão aqui, para onde vão, o que acontece após a morte, qual é o sentido da vida. Na tentativa de dar respostas a essas questões surge o conhecimento religioso⁴⁸.

As respostas a tais indagações são a razão da busca pelos seres humanos, para desvendar o mistério, a fragilidade e a finitude. Como consequência, surgiram várias manifestações religiosas e filosóficas. Assim, o saber religioso é o conjunto das respostas às questões fundamentais da vida. Aqui se pode identificar estreita relação entre a forma como se optou por ministrar o Ensino Religioso e o pensamento de José Carlos Libâneo, o qual ressalta a prática educativa como parte das relações e da organização social, onde os processos educativos são determinados por interesses antagônicos das diversas classes sociais⁴⁹.

Diante do exposto, entende-se que a metodologia no Ensino Religioso deve possibilitar relação dialética e fazer pedagógico dinâmico, permitindo a interação e o diálogo no processo de construção e socialização do conhecimento, de maneira que professor e aluno, juntos, possam dar novo sentido ao conhecimento. Para tanto, sugere-se, como momentos metodológicos, um ponto de partida para a introdução do assunto a ser estudado seguindo a observação, reflexão e informação.

Segundo o FONAPER, esses momentos se interligam por meio de

⁴⁶ SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2003, p. 29.

⁴⁷ SILVA, Elielson das Neves. *O Ensino Religioso e a formação de professores de Vila Velha*. Vitória (ES): Faculdade Unida [Dissertação de Mestrado], 2015, p. 33.

⁴⁸ NETO, Libâneo Lopes Costa. *Um estudo sobre o estado laico e o Ensino Religioso no município de Santarém/PA – 2008-2014*. Vitória (ES): Faculdade Unida [Dissertação de Mestrado], 2015, p. 60.

⁴⁹ LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. In: Coleção Magistério 2º Grau. Série Formação do Professor. São Paulo: (SP): Cortez, 1992, p. 44.

dinâmicas fundamentadas em princípios tais como: valores éticos, sociais, políticos e religiosos, visando integrar os alunos em seu contexto social, o que proporciona a participação efetiva através de temas transversais, abordando assuntos concernentes ao seu cotidiano, levando a questionar, discutir e opinar sobre determinados temas, proporcionando maior discernimento⁵⁰.

O aspecto religioso propriamente dito recebe enfoque especial de abordagem. Contudo, torna-se interessante ressaltar que a preocupação maior é a de compreender e encará-lo no contexto universal; ou seja, não depositando a visão sectarista e fechada de uma crença, de um caminho, de um pensamento direcionado. Mas a ideia é buscar a transmitir e principalmente despertar nos alunos o sentimento de respeito de amizade e de amor pelo próximo, valores estes altamente positivos a serem considerados na formação do ser humano⁵¹.

Como se vê, o Ensino Religioso é diferente da aula de religião, catequese, da escola bíblica ou, ainda, de qualquer modelo de doutrinação, não se pressupondo a adesão e, muito menos, o proselitismo ou a propagação de determinada crença religiosa sua especificidade e decodificação ou análise das manifestações do sagrado, possibilitando ao aluno o conhecimento e a compreensão do fenômeno religioso como fato cultural e social, bem como uma visão global de mundo e de pessoa promovendo, assim, o respeito às diferenças no convívio social. Na visão de Thales de Azevedo:

Historicamente, todas as redes de ensino, públicas ou privadas, têm dificuldades e conflitos para ministrar as aulas de Ensino Religioso por causa da complexidade do seu conteúdo do pluralismo religioso. Tais dificuldades surgem porque os professores de Ensino Religioso insistem em catequizar e educar na fé os alunos, fato no mínimo questionável, haja vista a existência de várias denominações eclesiais entre os estudantes. E os conflitos se estabelecem porque há pais que não acreditam em determinados conceitos religiosos apresentados aos filhos como único dogma de fé, ou não os admitem⁵².

De modo geral, a avaliação faz parte do processo metodológico, sendo portanto um elemento integrador, no qual interagem aluno e professor. Seus critérios estão vinculados à organização curricular entre outras funções no processo ensino e aprendizagem, permitindo ao professor conhecer o progresso do aluno e reelaborar

⁵⁰ SILVA, 2015, p. 34.

⁵¹ NETO, 2015, p. 61.

⁵² AZEVEDO, Thales de. *A religião civil brasileira: um instrumento político*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 20.

a sua prática pedagógica. Quando necessário, o seu registro poderá ser efetivado por meio de tabelas, gráficos, listas, análise de produções atividades da avaliação escrita ou oral, na qual o aluno verifica o seu progresso de aprendizagem. Esse mapeamento de resultados informa se o aluno atingiu os objetivos e onde deve investir mais esforços para superar as dificuldades de aprendizagem.

No entanto, em se tratando de Ensino Religioso, a avaliação do processo está dividida em dois momentos: a) em um primeiro instante ocorre a avaliação informal ao final de cada aula, quando serão verificadas as dificuldades e sugestões por parte dos alunos; b) em um segundo momento será realizada a avaliação trimestral do conteúdo trabalhado pelo professor, que será somada aos trabalhos individuais ou em grupo realizados pelos alunos, no intuito de apurar a nota final total do trimestre, a qual será de 30 ou 40 pontos⁵³.

Portanto, a avaliação do Ensino Religioso se constitui uma ação contínua, no sentido de permitir aos professores as mais diversas tomadas de decisão para com o processo de ensino e aprendizagem; pois é importante que as ações visam socializar os conhecimentos produzidos, as experiências compartilhadas e as descobertas. Nessa ótica, específica para o Ensino Religioso, a avaliação é condição para análise do educador e do educando provocando reflexões sobre as práticas e processos de aprendizagem, não podendo ser compreendida como ato meramente de aprovação ou reprovação.

Mais uma vez encontra-se aqui um paralelo com o pensamento de Libâneo pois, segundo afirma esse autor, a educação se constitui tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas, mas sim uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho⁵⁴. Afinal, mas que classificar e dar base às rotulações dos educandos, todas as atividades avaliativas concorrem para o desenvolvimento intelectual, social e moral dos alunos, e visam diagnosticar como a escola e o professor estão contribuindo para isso.

Neste contexto, o Ensino Religioso, como área de conhecimento e componente da matriz curricular integrante da base nacional comum do Ensino Fundamental, também inclui o desenvolvimento do cotidiano escolar, a avaliação do

⁵³ ESPÍRITO SANTO. *Constituição do Estado do Espírito Santo*. Disponível em: <<http://www.tce.es.gov.br/portais/Portals/14/Arquivos/Biblioteca/Legislacao/CES.doc.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

⁵⁴ LIBÂNEO, 1992, p. 71.

conjunto de ações cuja função é aprofundar os conhecimentos, propondo questionamentos para informar, esclarecer, opinar, discernir, participar e decidir, orientando os educandos para o exercício da cidadania. Na prática desses procedimentos incluem-se os princípios éticos, estéticos e políticos para a construção do pensamento crítico, criativo e sensível, de modo que cada aluno construa sua identidade e autonomia. Para Junqueira:

O Ensino Religioso, estabelecido a partir da migração da religião para a escola como uma estratégia de garantir a manutenção de cristandade, foi sendo alterado em decorrência da alteração do cenário da escola, do aprimoramento do projeto pedagógico, o que passa a ser exigida a escolarização deste componente do currículo. No contexto brasileiro, a partir da história da disciplina, buscando superar uma mera transposição didática de tornar objeto científico em objeto escolar e para facilitar ensino de conteúdos, é necessário organizar um componente curricular que tenha uma ciência de referência, que, a partir dos pressupostos de ensino-aprendizagem, contribua para a leitura do religioso na formação social-cultural da sociedade brasileira. Porém, para uma escola pluralista, em que coexistam a escola pública e a privada, é possível reconhecer o Ensino Religioso tendo a referência das Ciências da Religião voltada para a diversidade e a educação religiosa. Com a referência à Teologia, entretanto, o respeito à sociedade brasileira, laica e plural, é fundamental para todo e qualquer componente curricular subsistir no espaço escolar nacional⁵⁵.

Para tanto, vale lembrar que nos PCN específicos do Ensino Religioso encontram-se os elementos que norteiam a prática avaliativa, classificando e avaliação inicial, processual, formativa e final, em cada eixo temático, culturas e tradições religiosas, textos e livros sagrados, teologias e ritos em caracterização didática com encaminhamentos para avaliação da aprendizagem, a fim de que cada educando possa⁵⁶: a) crescer no respeito às diferenças do outro, chegando a ser motivo de reverência; b) estabelecer diálogo, conviver de forma pacífica, aprofundando as razões históricas de sua própria tradição religiosa; c) entender o sentido da vida a partir das respostas elaboradas pelas tradições religiosas, desenvolvendo o diálogo com segurança.

Em análise histórica mais recente, Passos⁵⁷ enumera três modelos para se trabalhar o Ensino Religioso: o catequético, o teológico e o da Ciência da Religião. O catequético corresponde ao modelo de ensino religioso antigo, ligado a determinada religião (como a dos jesuítas, por exemplo); o teológico é um modelo construído no

⁵⁵ JUNQUEIRA, 2015, p. 23-24.

⁵⁶ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo e FRACARO, Edile Maria Rodrigues. *História da formação do professor de Ensino Religioso no contexto brasileiro*. Maringá (PR): v. 3, n. 9, jan./2011.

⁵⁷ PASSOS, João Décio. *Ensino religioso: construção de uma proposta*. São Paulo (SP): Paulinas, 2007, p. 56-59.

diálogo com a sociedade plural e secularizada e firmado sobre bases antropológicas; já o da Ciência da Religião ainda está em construção, defendido pelo autor como o mais propício a embasar a prática do Ensino Religioso, por ter enfoque multifacetado baseado na Fenomenologia, na História, na Sociologia, na Antropologia e na Psicologia da Religião, contemplando, ao mesmo tempo, o olhar da Educação.

Mas como fazer com que a disciplina Ensino Religioso se desenvolva de modo a manter-se alheia às disputas de poder que ocorrem na escola e, muito especialmente, entre as diversas tendências religiosas, respeitando o pluralismo e a diversidade cultural? No entendimento de Passos isso é possível:

Para que se permita a valorização do pluralismo e da diversidade cultural presentes na sociedade brasileira, favorecendo a compreensão das formas que exprimem a diversidade religiosa presente na realidade, faz-se necessário proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando; assim como subsidiar o educando na formulação do questionamento existencial, em profundidade, para dar sua resposta devidamente informado; analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais; facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas; refletir o sentido da atitude moral como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano; possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável⁵⁸.

Frente ao exposto, Clera Barbosa Cunha e Cláudia Barbosa entendem que, por ser o aprendizado de Ensino Religioso, no Brasil, um processo profundamente enraizado nas tradições do cristianismo e nos ensinamentos cristãos, exige-se uma metodologia em sala de aula inovadora e interdisciplinar, acessível às mudanças de cada época⁵⁹.

O que deve ser levado em consideração não é a ausência ou não da fé, mas sim a importância que as diversas religiões têm para a formação da sociedade brasileira, nos seus mais variados aspectos históricos, sociológicos, políticos etc. Essa neutralidade se constitui a garantia do respeito às convicções de todos os usuários dos serviços; é a única forma de permitir o amplo respeito a todas as religiões. Para Domingos, é esse princípio que deve garantir que o Ensino Religioso

⁵⁸ PASSOS, 2007, p. 64-67.

⁵⁹ CUNHA, Clera Barbosa e BARBOSA, Cláudia. O ensino religioso na escola pública e suas implicações em devolver o senso de respeito e tolerância dos alunos em relação aos outros e a si próprios. *Revista Sacrilegens* – Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Religião. Juiz de Fora (MG): UFJF, vol. 8, n. 1, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2011/02/8-12.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

ministrado nas escolas públicas seja feito sem proselitismo e que as práticas de cada religião sejam apresentadas de forma objetiva e com igual destaque, por professores habilitados nesta área do conhecimento⁶⁰.

Para tanto, torna-se fundamental que o educador compreenda a realidade educacional e que elabora, em parceria com a comunidade escolar, o perfil histórico do conteúdo a ser trabalhado, conhecendo as origens, as controvérsias e os avanços históricos no desenvolvimento da disciplina. Nesse sentido, cabe destacar as palavras de Libâneo, o qual afirma que a característica maior da atividade do educador é promover a mediação entre o aluno e a sociedade, entre as condições de origem do estudante e sua destinação social na sociedade⁶¹.

Diante do exposto, passa-se agora a descrever o Ensino Religioso, nos moldes dos procedimentos adotados no município de Vila Velha, descrevendo-se as unidades escolares pesquisadas, bem como as principais abordagens dessa disciplina.



⁶⁰ DOMINGOS, 2009, p. 45-70.

⁶¹ LIBÂNEO, 1992, p. 49.

2 ENSINO RELIGIOSO EM VILA VELHA

2.1 Caracterização da cidade de Vila Velha

Vila Velha é a cidade mais antiga do Estado do Espírito Santo, criada em 23 de maio de 1535. Porém, ao longo dos séculos Vila Velha ficou à sombra da capital Vitória. Sobreviveu aos primeiros anos, quando a maior parte de sua população foi para a capital. Em 1828, quase três séculos depois de povoada, tinha apenas 1.250 habitantes, enquanto Vitória contava já com 12.704 moradores. Também naquela época, pequenos municípios, como Nova Almeida e Itapemirim, possuíam respectivamente 1.734 e 1.835 habitantes, sendo maiores do que Vila Velha⁶².

Englobando 91 bairros, atualmente o município de Vila Velha tem seu território delimitado com a divisão geográfica de sua área urbana em cinco regiões administrativas, quais sejam: Centro, Grande Ibes Grande Aribiri, Grande Cobilândia e Grande Jucu. Conforme a Lei n.º 4.707/08, aprovada pela câmara municipal e sancionada pelo prefeito Max filho em setembro de 2008⁶³.

A delimitação dos novos bairros considerou as características históricas, culturais e sociais de cada comunidade, respeitando também os limites do perímetro urbano, os eixos viários das rodovias e ferrovias, bem como as imposições de caráter geográfico. De acordo com o censo demográfico realizado em 2010 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Vila Velha (ES) possui cerca de 430.000 habitantes, distribuídos por uma área de 211 km², sendo ligada à Vitória pela Terceira Ponte, Estrada Jerônimo Monteiro e a Avenida Carlos Lindenberg⁶⁴.

Atualmente a cidade de Vila Velha (ES) se caracteriza como sendo um município de grande desenvolvimento econômico, sobressaindo-se na produção de chocolates, refrigerantes, calçados infantis e sorvetes. O município possui diversas agências bancárias e um grande polo de confecções, além de várias opções para os turistas.

⁶² GARCIA, Daniele Goldner. *Configuração urbana do município de Vila Velha/ES: reflexões sobre os espaços livres e áreas ambientalmente fragilizadas*. Vitória (ES): UFES, 2014, pp. 3-14.

⁶³ GARCIA, 2014, p. 3-14.

⁶⁴ GARCIA, 2014, p. 3-14.

2.2 Sistema educacional de Vila Velha

O Conselho Municipal de Educação foi criado pela Lei 2.611/90 e o seu primeiro colegiado empossou em junho de 1993. Já o segundo colegiado tomou posse em 1996. Através da Resolução 178, de 9 dezembro de 1996, o Conselho Estadual delegou as funções que, até então, eram exercidas por ele ao Conselho Municipal de Educação (CME)⁶⁵.

O primeiro Regimento foi elaborado e aprovado em 27 de dezembro de 1996. Na época, o colegiado era formado por representantes dos professores municipais, do administrativo escolar, do sindicato dos professores, do sindicato dos auxiliares administrativos, de pais e/ou responsáveis dos alunos das escolas municipais, com idade acima de 16 anos, dos membros indicados pelo executivo municipal, dentre os representantes do magistério e da comunidade científica. Durante algum tempo o Conselho ficou adormecido por falta de corum e, conseqüentemente, por falta de condição de funcionamento que resultou no encerramento das atividades em 1998⁶⁶.

Em 31 de agosto de 2001, pela Lei n.º 3.821, foram redefinidas a estrutura e competências do Conselho Municipal de Educação, sendo elas: representação dos professores em docência de rede pública municipal, apresentação do Conselho Nacional de Ensino Religioso, representantes das instituições privadas da Educação Infantil, representante dos pais de alunos indicado pelos conselhos escolares representante dos alunos da Rede Municipal representante da comunidade indicado pelo conselho comunitário, representante da comunidade científica indicado pela Secretaria Municipal de Educação e representante da própria secretaria⁶⁷.

No mesmo ano Vila Velha (ES) implantou seu sistema Municipal de Ensino, por meio da Lei municipal n.º 4.100. De acordo com a Lei n.º 3.821/2001, o Conselho Municipal de Educação é o órgão colegiado do sistema Municipal de Ensino, de natureza participativa e representativa da comunidade, na gestão da educação exercendo as funções de caráter normativo consultivo e deliberativo, nas questões que lhe são pertinentes. Funciona em sessão plenária e reunião de

⁶⁵ OLIVEIRA, Denise Maria. Educação, linguagem e cultura. *In: Omnes Humanitate: Revista Científica da Escola Superior Aberta do Brasil*, vol. 4, n.º 12, jan./mar., 2014. Vila Velha (ES): Escola Superior Aberta do Brasil, 2014.

⁶⁶ BARCELLOS, C. J. A educação no município de Vila Velha. *Revista Cidade Viva – Informativo da Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha (ES)*, ano 2, n.º 4, fevereiro de 2012, p. 5-9.

⁶⁷ BARCELLOS, 2012, p. 5-9.

comissões permanentes na forma regimental⁶⁸.

O Planejamento Estratégico da Secretaria (PES) traçou os objetivos e metas para educação para os anos entre 2012 e 2015. O PES foi desenvolvido com a participação dos servidores da pasta em 2011, visando garantir condições que assegurem o acesso, a permanência e o sucesso de todos os alunos. Por isso mesmo, o planejamento traz as definições de valores, divisão e missão voltadas para a qualidade para ética e para inovação⁶⁹.

No que tange aos valores, pode-se afirmar que, em relação à qualidade busca-se excelência em todos os serviços oferecidos aos cidadãos. Em relação à ética, valorizam-se os preceitos legais, os bons costumes e o respeito a todos os cidadãos. Já no que tange à inovação, responde com agilidade e criatividade aos desafios educacionais, buscando a excelência na prestação de serviços. Por sua vez, no que concerne a equidade, visa garantir as mesmas condições de aprendizagem para todos os alunos do município⁷⁰.

Tudo isso vai ao encontro do pensamento de Libâneo⁷¹, o qual afirma que a escola brasileira não poderá ainda desfazer-se de um papel de provedor da informação. Contudo, aos poucos, deve ir se tornando cada vez mais uma estrutura que possibilite a atribuição de significados da informação, propiciando aos alunos os meios de buscá-la, analisá-la, para dar a ela um significado pessoal. Nesse sentido vale dizer que a visão refere-se a ser uma Secretaria de referência na prestação de serviços educacionais de qualidade no estado do Espírito Santo, trabalhando com equidade, valorizando a ética e as ações inovadoras.

Por fim tem-se a missão, que busca garantir ensino de qualidade para todos, fortalecendo as escolas e assegurando atendimento efetivo às necessidades e às expectativas das comunidades locais.

Em relação aos objetivos estratégicos, a Secretaria busca garantir ensino de qualidade para todos, dinamizar a gestão da SEMED, investir na formação qualificação e valorização dos recursos humanos, garantir as condições de funcionamento das escolas da rede municipal de ensino. No município de Vila Velha (ES) a estrutura do sistema educacional subdivide-se em Educação Infantil e Ensino

⁶⁸ BARCELLOS, 2012, p. 5-9.

⁶⁹ BARCELLOS, 2012, p. 5-9.

⁷⁰ BARCELLOS, 2012, p. 5-9.

⁷¹ LIBÂNEO, José Carlos. Adeus Professor, Adeus Professora? Novas Exigências Educacionais e Profissão Docente. 4. ed. *Coleção Questões da Nossa Época*, vol. 67. São Paulo (SP): Cortez, 2000, p. 29.

Fundamental, os quais são de responsabilidade da prefeitura, ficando o Ensino Médio a cargo do Estado⁷².

No Ensino Fundamental de Vila Velha (ES) são atendidos, atualmente, mais de 40 mil alunos, nas 61 unidades municipais de Ensino Fundamental da rede de ensino. Com projetos pedagógicos que visam promover ensino de qualidade nas escolas, leva para as salas de aula iniciativas dinâmicas, lúdicas e criativas, garantindo o cumprimento do conteúdo pedagógico aliado a práticas diferenciadas de aprendizagem⁷³.

Literatura, meio ambiente, sustentabilidade e novas tecnologias são alguns dos temas que ganham vida e, de forma interdisciplinar, agregam valor ao trabalho desenvolvido pelos professores. Além disso, os alunos têm acesso ao conteúdo acadêmico em livros e histórias em quadrinhos virtuais, vídeos, jogos, músicas e outras atividades que incentivam a leitura e a aprendizagem de forma prazerosa e divertida, por meio de softwares pedagógicos trabalhados nos laboratórios de informática das escolas⁷⁴.

2.3 Formalização do ensino religioso em Vila Velha

A primeira proposta curricular do Ensino Religioso em Vila Velha (ES) surgiu em 1997 e teve especial significado no processo educacional do país. A LDB, promulgada em dezembro de 1996, fez exigências novas e pretendeu estabelecer um arcabouço menos fragilizado das relações que buscam aprimorar os resultados educacionais. Assim sendo, esse dispositivo legal representou o marco de transição.

Contudo, um ano apenas não foi bastante para intermediar a passagem para uma estrutura definitiva, visto que a organização de um modelo novo, realmente eficaz, exige mudanças radicais, inclusive de comportamento dos órgãos públicos e das pessoas que os representam⁷⁵.

O período ficou conhecido como o começo da gestão administrativa municipal que se assentou, com fôlego renovado, calcada na experiência do trato com as dificuldades que o professor enfrenta na sua caminhada, levando-o a acreditar na energia que pode advir desse envolvimento se os fundamentos, o

⁷² BARCELLOS, 2012, p. 5-9.

⁷³ BARCELLOS, 2012, p. 5-9.

⁷⁴ BARCELLOS, 2012, p. 5-9.

⁷⁵ SILVA, 2015, p. 35.

conteúdo e a maneira de conduzir a ação pedagógica tiverem participação efetiva e direta⁷⁶.

A tarefa de construção da proposta pedagógica formulada a partir dos encontros de trabalho nas reuniões e dos debates durou dois anos. Tendo sempre como referencial básicos os Parâmetros Curriculares Nacionais, serviram igualmente como documentos de apreciação para a formulação da proposta em outras experiências vivenciadas, tais como os programas da Secretaria Municipal de Educação, tanto da capital quanto do Estado⁷⁷.

Em seus objetivos gerais, o Ensino Religioso atualmente ministrado no município de Vila Velha (ES) busca: a) julgar problemas vivenciais, de modo alcançar conclusões próprias; b) entender sobre drogas, sexo e família, estabelecendo metas para o melhor desempenho social; c) desenvolver valores éticos, sociais e políticos que levem o aluno à plena consciência⁷⁸.

Na direção e no encaminhamento dessa estruturação foram consideradas, com atenção especial às atribuições, posturas e desempenho dos profissionais que orientam a ação pedagógica. No caso da SEMED, os supervisores escolares, a equipe técnica central, na sua tarefa específica de unificação dos currículos e programas. Também o diretor escolar, como elo de responsabilidade sobre o sucesso do plano esquematizado e, claro, o professor, como elemento encarregado de desenvolver a mais importante ação nesse sentido qual seja, a aprendizagem⁷⁹.

O grupo de trabalho que compôs o departamento técnico-pedagógico formou-se aos poucos. Todos que estavam atuando na equipe central, partir de seu diretor, foram escolhidos e/ou indicados, tendo recebido apoio consensual e unânime com aprovação do Secretário de Educação. Tal fato é importante pois, a partir desse modo simples da escolha pautada primeiramente na competência e depois no consenso, fez surgir e favorecer o espírito de união do grupo, em especial como fator de sucesso do trabalho ali desenvolvido⁸⁰. Para tanto, foi realizada a capacitação dos diretores escolares e dos supervisores, com o objetivo de informar e detalhar as linhas de ação da proposta de trabalho. Nessa etapa ficaram definidos pontos de atuação básicos do documento e os profissionais que o implementariam

⁷⁶ SILVA, 2015, p. 35.

⁷⁷ SILVA, 2015, p. 36.

⁷⁸ SILVA, 2015, p. 35.

⁷⁹ SILVA, 2015, p. 36.

⁸⁰ SILVA, 2015, p. 37.

por meio de ação objetiva e direta nas escolas.

Atualmente, a disciplina Educação Religiosa é oferecida de acordo com a legislação vigente, Lei n.º 9.475/97 e da Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Regional de Educação n.º 2, de 7 de abril de 1998. Nos dias atuais, para ministrar o Ensino Religioso em nível Fundamental, o município conta com 71 professores efetivos e 21 professores contratados⁸¹. No artigo 33 da lei acima mencionada tem-se estabelecida a matrícula facultativa como disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental regulamenta e, ainda, que os sistemas de ensino deverão abranger as diferentes denominações religiosas, quanto ao conteúdo a ser estudado.

Cabe ainda destacar que a Resolução CEB n.º 02/98 estabeleceu a relação entre Educação Fundamental, a vida cidadã e as áreas de conhecimento, entre elas estando incluída a Educação Religiosa⁸². Uma vez garantida pela legislação educacional torna-se necessário ressaltar que o termo 'matrícula facultativa' não retira a obrigatoriedade de oferta da disciplina Educação Religiosa da grade curricular da escola pública. Todavia, tal termo prevê a possibilidade do aluno não frequentar as aulas em que haja conflito ideológico entre a cultura familiar e o conhecimento estruturado.

Por outro lado, a rede municipal de ensino de Vila Velha (ES) desenvolveu a transição da disciplina Ensino Religioso, baseada nos moldes do estudo de uma característica religiosa para uma proposta curricular que visa compreender a sistematização do fenômeno religioso a partir de suas raízes orientais, ocidentais e africanas, focando o processo de ensino e aprendizagem no contexto de uma sociedade pluralista⁸³.

Dessa forma, baseado nos PCNs do Ensino Religioso, bem como na legislação educacional em vigor, não é motivo para a não opção pela frequência, pois não se trata mais do ensino confessional de uma religião específica. Mesmo porque, a resolução n.º 18/07, que ampara o Ensino Religioso no município de Vila Velha (ES), tendo em vista o que dispõe na LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 33, com redação dada pela Lei n.º 9.475/1997 e o artigo 175 da

⁸¹ SILVA, 2015, p. 37.

⁸² SILVA, 2015, p. 38.

⁸³ SILVA, 2015, p. 43.

Constituição do Estado do Espírito Santo, assim resolve⁸⁴:

Artigo 1 – O Ensino Religioso, parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina optativa para o aluno e de oferta obrigatória no currículo do Ensino Fundamental nos horários de aulas normais das escolas de Educação Básica da rede pública do sistema municipal de ensino, assegurado o respeito à diversidade cultural e vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Artigo 2 – O Ensino Religioso, com ênfase no conhecimento, comportamento e valores humanos, visa orientar o aluno na compreensão do fenômeno ético religioso presente nas diversas culturas e sistematizadas por todas as tradições religiosas.

§1º – O aluno, se maior, ou pelos pais ou seu responsável quando menor, deverá efetivar anualmente sua opção para as aulas de Ensino Religioso, por meio de declaração no ato da matrícula e registro em sua ficha individual.

§2º – Os estabelecimentos de ensino deverão oferecer, para aqueles alunos que não optarem pelo Ensino Religioso, outros conteúdos e atividades de formação geral, nos mesmos horários de aula, de modo que todos, sem exceção, cumpram satisfatoriamente a carga horária anual mínima, prevista na legislação vigente.

Artigo 3 – O Ensino Religioso, oferecido em todas as séries do Ensino Fundamental regular, constará da proposta curricular da escola, com a carga horária de uma aula semanal.

Artigo 4 – Caberá ao Conselho de Ensino Religioso do Estado do Espírito Santo, nos termos da Lei n.º 9.475, de 22 de julho de 1997; e do Decreto n.º 1.736-R, de 26 de setembro de 2006, elaborar os princípios norteadores do Ensino Religioso para as escolas públicas do Ensino Fundamental da rede municipal de Vila Velha e definir os conteúdos programáticos integrantes da proposta pedagógica.

§1º – A partir dos princípios norteadores, as escolas incluirão o Ensino Religioso em sua proposta pedagógica, executando-a num processo participativo, de acordo com a realidade da comunidade escolar, observadas as normas comuns em nível nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, além de outras normas pertinentes.

§2º – A avaliação do aluno, voltada para o Ensino Religioso, como processo e parte integrante da proposta pedagógica, não será considerada para fins de promoção por série, período, etapa ciclo ou equivalente⁸⁵.

Em relação ao conteúdo ministrado, a Educação Religiosa aplicada nas escolas municipais de Vila Velha (ES) abordou, até o ano de 2015, na forma multidisciplinar, todos os chamados temas geradores, expostos a seguir (em ordem alfabética)⁸⁶:

- A família e a escola.

⁸⁴ ESPÍRITO SANTO. *Constituição do Estado do Espírito Santo*. Disponível em: <<http://www.tce.es.gov.br/portais/Portals/14/Arquivos/Biblioteca/Legislacao/CES.doc.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

⁸⁵ ESPÍRITO SANTO. *Constituição do Estado do Espírito Santo*. Disponível em: <<http://www.tce.es.gov.br/portais/Portals/14/Arquivos/Biblioteca/Legislacao/CES.doc.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

⁸⁶ JUNQUEIRA e FRACARO, 2011, p. 29-32.

- A humanidade busca o criador. Ciências x religião. Tudo fala de Deus: o homem, animais e natureza. Homem imagem de Deus. Qual Deus?
- A puberdade e as transformações do corpo. O adolescente e o meio.
- Amar a Deus, ao próximo, a si mesmo.
- Amar de verdade. Os três níveis de amor. Amor versus paixão. Amor versus amizade. Amor x caridade.
- Faces da violência. Agressividade. Violência e suas modalidades.
- Características humanas: inteligência; liberdade; responsabilidade.
- Conflitos familiares. Relacionamento familiar. Respeitando uns aos outros.
- Convivência viver e conviver. Saber colocar-se no lugar do outro, falando a mesma língua. Ecumenismo e a vivência com Deus.
- Direitos e deveres. Respeitando o direito do outro.
- Drogas. Maconha, cocaína, crack, cigarro branco, heroína, LSD, remédios, psicotrópicos, êxtase. O caminho de volta: recuperação.
- Páscoa; Dia das Mães; Dia dos Pais; Dia do Estudante; Dia do Professor; Dia Internacional de Ação de Graças.
- Educação da consciência. Respeitando a família; respeitando a escola e a comunidade; cultivando amizades.
- Equilíbrio físico, emocional, ideal.
- Gravidez na adolescência. Aborto: riscos. Métodos contraceptivos.
- Ideais: ser, ter, viver. Ser mais; ser bom; ser amigo; ser sábio; ser cristão.
- Introdução à sexualidade.
- Introdução ao combate e prevenção contra as drogas.
- Liberdade política, social, religiosa, cultural, moral. Política social, financeira, educacional, religiosa, justiça social.
- Liberdade. O que é libertinagem.
- Meios de comunicação de massa.
- Necessidades básicas. Alimentação, segurança.
- O belo e o bom da vida. Espetáculo da natureza beleza artística.
- O desafio de ser livre. Liberdade no namoro. Liberdade na sexualidade. Liberdade no trabalho. Liberdade na escola. Liberdade e responsabilidade.
- Drogas. Droga e família. Droga e violência. Droga e sociedade.
- Adolescência. O que é a puberdade? Aprendendo a se cuidar.
- O que é ser gente. Gente pensa, cria, sonha e decide.
- O sentido da vida. A busca dos prazeres além dos prazeres. Ser feliz.
- Personalidade. Estrutura da personalidade. Identidade.
- Política e o poder. Como fica e quem garante. Partilhar para multiplicar. Os acomodados perdem a festa.
- Política, família, escola, educação, consumismo.
- Problemas sociais. Minhas ações. Caridade. Como se trabalha com os necessitados. Ignorando preconceitos.
- Racismo.
- Relacionamento interpessoal, familiar e social.
- Religiosidade. Religiões, igrejas, consciência crítica.
- Dúvidas sobre sexo. Amor; paixão; namoro.
- Sou importante. Autoconceito, autoimagem, autoestima.
- Talentos diferentes. Estudo, artes, trabalho.
- Tipos de amor: Ágape, Filéo, Eros.
- Tipos de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.
- Tipos de valores. Valores materiais, estéticos, morais e religiosos.
- Trabalho e vocação ideias.
- Valorização da vida humana e ecológica.
- Valorização humana: a importância de pequenos gestos.
- Violência: viver é perigoso. O que gera violência.

- Viver a verdade. Pensar é preciso⁸⁷.

Para Selson Garutti e Rita de Cássia da Silva Oliveira, cada um desses temas possa ter significado maior, fazendo-se necessário problematizá-lo através de análise de tudo aquilo que possa estar envolvido no processo de ensino e aprendizagem. Isso porque a aprendizagem consiste em ser o resultado das ações variadas do sujeito, não apenas como resultado de qualquer ação, mas sim construída em interação entre esse sujeito e o meio natural e social⁸⁸.

A partir de 2016 o município de Vila Velha inseriu mudanças no currículo da disciplina Ensino Religioso, do 6.º ao 9.º ano, em função da orientação do professor doutor Carlos Eduardo Ferraço, da UFES, em parceria com a equipe da SEMED e cinquenta professores de Ensino Religioso, ficando o currículo do 9.º ano com a seguinte configuração:

Primeiro trimestre – Conteúdo:

- Fé e ateísmo. Onde está a verdade?
- Quem busca a verdade? Razão e fé.
- A religião na sociedade. Um educar para a paz.
- O valor dos mitos.
- De onde vêm os mitos? Criacionismo e evolucionismo.
- As muitas faces da divindade. A ordem e o caos.
- Qual é o sentido da vida? Os ideais que fazem sentido.
- A violência. Saber cuidar. O consumismo.
- A morte através dos tempos.
- As ideias de imortalidade. O momento da morte⁸⁹.

Primeiro trimestre – Objetivos:

- Discutir as diferentes maneiras de crer.
- Discutir o conceito de verdade, confrontando o relativismo com a ideia de verdades universais.
- Conhecer os sentidos da vida através da linguagem mitológica.
- Apresentar o ensino inter-religioso e a proposta de Comenius.
- Discutir a mídia e suas tendências à manipulação.
- Introduzir as ideias da origem do mundo – místicas, religiosas, filosóficas e científicas.
- Discutir a compatibilidade do mito e da religião com a ciência.
- Abrir questionamento sobre os temas criacionismo e evolucionismo.
- Discutir as diferentes concepções de Deus e o ateísmo.
- Fazer conexões entre religião e ciência.
- Mostrar concepções contemporâneas como não necessariamente

⁸⁷ ESPÍRITO SANTO. *Constituição do Estado do Espírito Santo*. Disponível em: <<http://www.tce.es.gov.br/portais/Portais/14/Arquivos/Biblioteca/Legislacao/CES.doc.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

⁸⁸ GARUTTI, Selson e OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. *Didática para o Ensino Religioso: do imaginário ao pedagógico*. Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, vol. 18, n.º 1, pp. 105-123, jan./jun., 2013.

⁸⁹ FERRAÇO, Carlos Eduardo e CARVALHO, Janete Magalhães. Currículo, cotidiano e conversações. *Revista e-curriculum*, São Paulo, vol. 8 n.º 2, agosto de 2012, p. 5.

contrárias à existência de Deus.

- Discutir o sentido da vida, criticando o niilismo (ideia do nada e da ausência de sentido) contemporâneo e o consumismo.
- Apontar as ideias de transformação social e de engajamento no bem como algo que pode dar sentido à vida humana.
- Discutir as origens do niilismo.
- Discutir a violência e a falta de amor no mundo atual.
- Discutir, sem tabus, a morte como uma questão humana, natural.
- Introduzir algumas visões sobre a morte do ponto de vista das religiões e da filosofia.
- Ética, pluralidade cultura, saúde⁹⁰.

Segundo trimestre – Conteúdo:

- A ressurreição. O juízo final. Cuidar do corpo.
- A reencarnação. Ocidente e Oriente.
- O paraíso, onde fica?
- O bem e o mal. De onde vem?
- Os heróis e os santos. Do heroísmo ao martírio.
- Budas e espíritos puros. Existe mesmo perfeição⁹¹.

Segundo trimestre – Objetivos:

- Discutir a ideia da ressurreição e a identidade do ser humano como espírito e corpo, dentro das concepções cristã, judaica e muçulmana.
- Discutir a ideia do juízo final.
- Tratar a questão da saúde do ponto de vista dos cuidados pessoais e da problemática social.
- Discutir a ideia da reencarnação no Oriente e no Ocidente, na antiguidade e na atualidade.
- Discutir a presença do reencarnacionismo no Brasil.
- Introduzir a noção de paraíso – como mito da idade de ouro; do paraíso perdido; como espera além da morte; como possibilidade de construção humana.
- Discutir as visões antiga, medieval e contemporânea.
- Discutir a colonização como sonho de paraíso; situar as concepções católica, muçulmana, afro-brasileira e espírita.
- Levantar questão do bem e do mal; abordar algumas noções de bem e de mal: a cristã, a relativista, a evolucionista, e maniqueísta.
- Discutir a simbologia de anjos e demônios.
- Discutir a natureza humana e a influência da educação.
- Discutir a ideia de que o ser humano pode alcançar a superioridade moral; apresentar os exemplos de heróis da antiguidade, santos católicos, budistas iluminados e espíritos; abordar a questão da natureza humana⁹².

Terceiro trimestre – Conteúdo:

- A religião pode mudar o mundo?
- Religião como coisas deste mundo. Duas formas de lutar.
- As ideias sociais vêm de onde? A bíblia e a injustiça. Anarquismo e religião.
- Um anarquista em defesa da religião.
- Quem é contra a religião? Os que não têm religião.
- As críticas à religião. Resgatando os valores religiosos. Deus no cotidiano.
- Religiões orientais. A religião e a ciência. Inimigas ou companheiras?
- O início do conflito.

⁹⁰ FERRAÇO e CARVALHO, 2012, p. 5.

⁹¹ FERRAÇO e CARVALHO, 2012, p. 6.

⁹² FERRAÇO e CARVALHO, 2012, p. 6.

- Deus na visão de Leon Denis. Duas visões conciliatórias.
- Uma medicina de corpo e alma⁹³.

Terceiro trimestre – Objetivos:

- Ampliar o horizonte cultural em torno do debate sexualidade, trazendo dados históricos.
- Discutir o tema no âmbito da literatura e da música.
- Discutir a religião como algo não alienante, mas que pode promover o engajamento social; introduzir o anarquismo.
- Discutir o ateísmo como posição respeitável, mas também sujeita a questionamentos.
- Introduzir ideias gerais do marxismo, do positivismo e da psicanálise sobre o assunto.
- Apresentar Marx, Feruerbach e Russel.
- Discutir a ausência de Deus no mundo contemporâneo e a necessidade de resgatá-lo.
- Introduzir aspectos do niilismo e, ao mesmo tempo, da experiência de Deus.
- Introduzir a teologia da morte de Deus e a visão de Nietzsche, que deflagrou a crise atual.
- Discutir os conflitos tradicionais entre ciência e religião
- Introduzir ideias e atitudes de cientistas e religiosos que buscaram conciliação entre ambas, como Giordano Bruno, Allan Kardec, Albert Einstein, Chardin etc.⁹⁴.

Dessa forma, entende-se que, com o ensino baseado na proposição dos temas geradores, a partir da contextualização, tomando como referência uma proposição atual, da realidade dos educandos e dos educadores. Busca-se assim uma interpretação mais detalhada da questão e descobre-se que o senso comum não instrumentaliza a plena compreensão do tema em pauta. Com isso, constrói-se o momento ideal para provocar no aluno a aprendizagem de forma significativa, pois se consideram as necessidades de situações do seu cotidiano.

Também de acordo com Werkson da Silva Azeredo, a metodologia do Ensino Religioso buscará o que o aluno saiba reconhecer e perceber toda uma diversidade que o rodeia, conduzindo ao diálogo religioso, mostrando ao aluno uma nova forma de pensar e viver dentro da pluralidade religiosa existente nas escolas, nas ruas, nas próprias famílias, ou seja, no seu habitat⁹⁵.

Nesse contexto, Garutti e Oliveira, entendem que o Ensino Religioso renasce dos ranços eclesiásticos sob a forma de mundo sociocultural, criado e executado pelos educadores como totalidade, simbolizando a integração, um vir a

⁹³ FERRAÇO e CARVALHO, 2012, p. 7.

⁹⁴ FERRAÇO e CARVALHO, 2012, p. 8.

⁹⁵ AZEREDO, Werkson da Silva. *Didática e metodologia do Ensino Religioso*. Nanuque (BA): FANAN, 2015, p. 10.

ser histórico e harmônico dentro das diferenças através da diversidade⁹⁶. Mundo o qual se transformou no decorrer da composição e transformação inerentes a todas as propostas pedagógicas.

2.4 Procedimentos metodológicos desta pesquisa

O presente estudo buscou combinar dois modelos metodológicos. Primeiro, o de caráter teórico, visando elencar postulados teóricos que permitam a formulação de generalizações. Segundo, de caráter aplicado, em que se levantou, por meio de pesquisa de campo, dados que permitissem confrontar a teoria com a realidade; bem como destacar os pontos positivos, identificar os pontos negativos e, por fim, propor soluções.

Para esse estudo a definição de Sylvia Constant Vergara, que sugere dois critérios básicos de classificação, conforme abaixo apresentados⁹⁷: a) *quanto aos fins*: adotou-se, para esse estudo, a pesquisa aplicada, em que o conhecimento adquirido foi utilizado para aplicação prática, voltados à solução de problemas concretos do cotidiano; b) *quanto aos meios*: adotou-se a pesquisa de campo, visando observar os fatos tal como ocorrem, o que se fez por meio da aplicação de questionários (modelos em anexo) junto ao público-alvo.

No estudo aqui proposto, o universo da pesquisa é composto por, alunos, pais de alunos do Ensino Fundamental do município de Vila Velha (ES), bem como de líderes religiosos atuantes também nessa cidade capixaba. Da mesma forma, a amostra utilizada é probabilística, resultante de cálculos estatísticos e caracterizada pela possibilidade de que cada elemento da população possa ser selecionado e estar representado na amostra, a qual será do tipo por agrupamento, considerando-se que somente serão chamados a responder o questionário os alunos, pais de alunos do Ensino Fundamental do município de Vila Velha (ES), além dos líderes religiosos atuantes também nesse mesmo município capixaba.

De acordo com Antônio Chizzotti, a coleta de dados é o ato de pesquisar, reunir documentos e provas, buscar informações sobre determinado tema ou

⁹⁶ GARUTTI e OLIVEIRA, 2013, p. 105-123.

⁹⁷ VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2000, p. 40.

conjunto de assuntos afins, agrupando-os de modo a facilitar futura análise⁹⁸.

Quanto à coleta de dados, este estudo pode ser classificado, segundo Luiz Sérgio Cativo Barros, como pesquisa de levantamento, por meio do qual, pequenas e grandes populações são estudadas através de amostras, obtendo-se informações sobre os fatores que mais interessam à percepção do grupo pesquisado⁹⁹. Entre as técnicas apresentadas por Rosiu Ovídiu Petre Octavian e outros, o questionário foi adotado nesse estudo por se tratar de uma das formas de se obter o levantamento de informações¹⁰⁰.

Com base nesses conceitos, a coleta de dados se fez via questionários abertos (modelos em anexo), constituídos de perguntas simples e respostas livres, distribuído aleatoriamente entre os componentes da amostra, valendo ressaltar que tal questionário foi distribuído pela própria pesquisadora.

Nesse sentido vale destacar que, em relação às aulas de educação religiosa, ministradas no Ensino Fundamental do município de Vila Velha (ES), o questionário aplicado teve por principal objetivo coletar dados a respeito dos itens relacionados a seguir: a) conteúdo ministrado; b) problemas identificados; c) conflitos relacionados a religiões específicas; d) linguagem utilizada; e) teor filosófico; f) teor político; g) teor religioso; h) conflitos relacionados à sexualidade humana; i) conflitos relacionados à constituição da família; j) conflitos relacionados às liberdades individuais.

Nesse estudo, o método de procedimento utilizado foi o dedutivo que, de acordo com Domingos Parra Filho e João Almeida Santos, parte de pesquisa geral em leis e doutrinas para chegar a conclusões gerais¹⁰¹. Assim, para a consecução da presente pesquisa foram utilizados questionários contendo de três a quatro questões abertas, distribuídos para alunos do 9º ano da Educação Básica; bem como para os pais desses mesmos alunos; e, ainda, para os líderes religiosos dos mais diversos segmentos.

Por fim, caso sejam identificadas disfunções – de acordo com os resultados

⁹⁸ CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2001, p. 89.

⁹⁹ BARROS, Luiz Sérgio Cativo. *A influência de um sistema de planejamento e a pesquisa sobre a criatividade dos pesquisadores*. Brasília (DF): UnB, 2001, p. 460.

¹⁰⁰ OCTAVIAN, Rosiu Ovídiu Petre; PAULESCU, Doina; MUNIZ, Adir Jaime de Oliveira. *Monografia – cursos de administração, ciências contábeis, ciências econômicas e turismo*. Brasília: UniCEUB, 2003, p. 25.

¹⁰¹ PARRA FILHO, Domingos e SANTOS, João Almeida. *Apresentação de trabalhos científicos: monografia, TCC, teses e dissertações*. 3. ed. São Paulo (SP): Futura, 2000, p. 20.

da pesquisa – sugerindo que a Educação Religiosa, ministrada nas escolas públicas do Ensino Fundamental em Vila Velha (ES), não esteja cumprindo os preceitos constitucionais que primam por um ensino laico, serão propostas soluções visando minimizar ou resolver totalmente os problemas.

Conforme afirma Vergara, todo método tem possibilidades e limitações, sendo conveniente antecipar-se a possíveis críticas¹⁰². Com o presente estudo não foi diferente. A impossibilidade de aplicar a pesquisa a todas as escolas do município de Vila Velha (ES) se constitui a primeira limitação. Afinal, pode ser que os problemas identificados, em apenas um pequeno conjunto de escolas, não se apresentem em outros grupamentos; principalmente naqueles que – diferente do que possa ocorrer no Ensino Fundamental – adotem outras práticas ao ministrar o Ensino Religioso.

Não obstante, há de se entender que, apesar das limitações, o presente estudo pode apresentar resultados que indiquem a necessidade de se melhorar a qualidade do Ensino Religioso, ministrado no Ensino Fundamental em Vila Velha (ES).

Sem a intenção de esgotar o assunto, o presente estudo visa somente lançar uma pequena luz sobre a questão, deixando em aberto a possibilidade de se retomarem, em outras ocasiões, os debates sobre o tema. Frente ao exposto, passa-se agora, no próximo capítulo, a apresentar e discutir os resultados da pesquisa de campo.

2.4.1 Unidades de ensino pesquisadas

Atualmente, Vila Velha (ES) tem 61 escolas do Ensino Fundamental, de 1.º ao 9.º Ano e, desse total, 34 de 6.º ao 9.º Ano, sendo assim distribuídas: a) Região 1 – sete escolas; b) Região 2 – quatro escolas; c) Região 3 – oito escolas; d) Região 4 – seis escolas; e) Região 5 – nove escolas.

Para a aplicação dessa pesquisa foram utilizados questionários abertos, contendo perguntas para os alunos de 9.º Ano; para os pais e responsáveis por estes mesmos alunos; bem como para alguns dos principais líderes religiosos do município de Vila Velha (ES). A aplicação da pesquisa foi realizada em uma UMEF

¹⁰² VERGARA, 2000, p. 59.

de cada região.

A aplicação prática da pesquisa deu-se nos meses de outubro e novembro de 2016. Os questionários foram entregues em um dia, sendo recolhidos no outro, pelo pedagogo. Nas três primeiras escolas percebeu-se que os questionários não voltavam. Então, mudou-se a estratégia. O pedagogo da escola aplicava o questionário aos alunos e recolhia no dia.

Em todas as escolas a pesquisa foi realizada em duas turmas de 9.º Ano, perfazendo um total de dez turmas, tendo uma média de quinze alunos por sala de aula, sendo distribuído um total de cento e cinquenta questionários para alunos e para os pais dos alunos.

2.4.1.1 Região 1 – UMEF 'Luiz Malizeck'

Localizada no Bairro Divino Espírito Santo ('Itapoã'), na Rua Jaime Duarte do Nascimento, s/n, a escola foi criada em 1975 com o nome de Escola de Primeiro Grau Guadalajara. Alguns anos depois passou a se chamar E.E.P.G. Luiz Malizack, com instalações para atender alunos de 1ª à 4ª Série. No ano de 2006, na gestão do então prefeito Max Filho, a escola foi municipalizada, passando por reformas para atender alunos de 1ª à 8ª Série. Hoje se chama UMEF Luiz Malizeck, a qual funciona nos turnos matutino e vespertino, com um total de 520 alunos e 70 funcionários, oferece alimentação escolar aos alunos.

Sua estrutura física engloba, além de 10 salas de aula, em módulos dotados de aparelhos de ar condicionado, possui laboratório de informática (com acesso à Internet banda larga), sala de recursos multifuncionais (para Atendimento Educacional Especializado – AEE), sala de diretoria, sala dos professores, secretaria, cozinha, biblioteca, banheiros, refeitório, despensa, almoxarifado, pátio descoberto, com dependências e vias acessíveis aos portadores de deficiência. Além disso, conta com um prédio, de dois pavimentos, o qual funciona em anexo¹⁰³.

2.4.1.2 Região 2 – UMEF 'Guilherme Santos'

Inaugurada em 1961, está localizada na Rua Bernardo Santos, no Ibes, essa

¹⁰³ Censo Escolar, 2015.

unidade escolar oferece à comunidade o Ensino Fundamental, dos anos iniciais aos anos finais, bem como a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Aberta nos turnos matutino, vespertino e noturno, oferece alimentação escolar a cerca de 800 alunos.

Com 95 funcionários, sua estrutura engloba, além de 14 salas de aula, possui laboratório de informática (com acesso à Internet banda larga), sala de recursos multifuncionais (para Atendimento Educacional Especializado – AEE), sala de diretoria, sala dos professores, secretaria, quadra coberta para a prática de esportes, cozinha, biblioteca, banheiros (com chuveiros), refeitório, despensa, almoxarifado, pátio descoberto e área verde, com dependências e vias acessíveis aos portadores de deficiência¹⁰⁴.

2.4.1.3 Região 3 – UMEF 'Saturnino Rangel Mauro'

Fundada em 1965, funcionava em um barraco denominado de 'Escolinha da Pedra do Buzio'. Porém, no ano de 1992 pelo decreto municipal n.º 81/92 a escolinha ganhou a denominação oficial de Unidade Municipal de 1º grau 'Saturnino Rangel Mauro'. Situada na Rua Leonardo Garrido, na Vila Batista, essa unidade escolar oferece à comunidade o Ensino Fundamental, dos anos iniciais aos anos finais, bem como a Educação para Jovens e Adultos (EJA). Aberta nos turnos matutino, vespertino e noturno, oferece alimentação escolar aos alunos.

Com cerca de 630 alunos e 61 funcionários, sua estrutura engloba, além de 12 salas de aula, laboratório de informática (com acesso à Internet banda larga), sala de recursos multifuncionais (para Atendimento Educacional Especializado – AEE), sala de diretoria, sala dos professores, secretaria, quadras de esportes (uma coberta e outra descoberta), cozinha, biblioteca, banheiros (com chuveiros), refeitório, despensa, almoxarifado, pátio descoberto, com dependências e vias acessíveis aos portadores de deficiência¹⁰⁵.

2.4.1.4 Região 4 – UMEF 'Paulo Mares Guia'

Inaugurada no ano de 1978 e localizada na Rua Cabiunas, em Cobilândia, essa unidade escolar oferece à comunidade os anos finais do Ensino Fundamental,

¹⁰⁴ Censo Escolar, 2015.

¹⁰⁵ Censo Escolar, 2015.

bem como a Educação para Jovens e Adultos (EJA). Aberta nos turnos matutino e vespertino, oferece alimentação escolar aos alunos.

Com cerca de 630 alunos e contando com 79 funcionários, sua estrutura engloba, além de 10 salas de aula, possui laboratório de informática (com Internet banda larga), sala de recursos multifuncionais (para Atendimento Educacional Especializado – AEE), sala de diretoria, sala dos professores, secretaria, quadras para a prática de esportes (uma coberta e outra descoberta), cozinha, biblioteca, banheiros (com chuveiros), refeitório, despensa, almoxarifado, pátio descoberto, com dependências e vias acessíveis aos portadores de deficiência¹⁰⁶.

2.4.1.5 Região 5 – UMEF 'Ilha da Jussara'

Inaugurada em 1997 e situada na Rua da Saúde, no bairro Ulisses Guimarães, essa unidade escolar oferece à comunidade o Ensino Fundamental. Aberta nos turnos matutino e vespertino, oferece alimentação escolar aos alunos.

Atualmente com aproximados 1097 alunos e contando com 96 funcionários, sua estrutura física engloba, além de 16 salas de aula, possui laboratório de informática (com acesso à Internet banda larga), sala de diretoria, sala dos professores, secretaria, quadra de esportes (coberta), cozinha, biblioteca, banheiros (com chuveiros), refeitório, despensa, almoxarifado, auditório, pátio descoberto, com dependências e vias acessíveis aos portadores de deficiência¹⁰⁷.

2.4.2 Doutrinas religiosas pesquisadas

Quanto às correntes religiosas, foram pesquisados apenas uma de cada segmento, a saber: a) Igreja Presbiteriana – de Vila Velha; b) Igreja Assembleia de Deus – Itapoã; c) Igreja Adventista – Ibes; d) Igreja Evangélica Betânia – Praia da Costa; e) Centro Espírita Vale do Amanhecer – Barra do Jucu; f) Centro de Umbanda Aprendizes do Amor – Barra do Jucu; g) Comunidade Fé Bahai – Jardim Colorado; h) Igreja Maranata – Itapoã; i) Igreja Católica – Vale Encantado; j) Igreja Internacional da Graça – Glória; k) Igreja Batista – Centro; l) Igreja Metodista de –

¹⁰⁶ Censo Escolar, 2015.

¹⁰⁷ Censo Escolar, 2015.

Itapoã; m) Centro Espírita Cristã – Prainha, Vila Velha; n) Igreja de Jesus Cristo dos Santos do Último Dia – Gaivotas.

Frente a todo o exposto, no próximo capítulo serão expostas as informações obtidas por meio dos questionários aplicados, analisando-os sob a ótica de Décio Passos, o qual aponta três vertentes principais de evolução do Ensino Religioso no Brasil, quais sejam: modelo catequético; modelo teológico; modelo das Ciências das religiões.



3 RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA DE CAMPO

3.1 Resultados e discussão

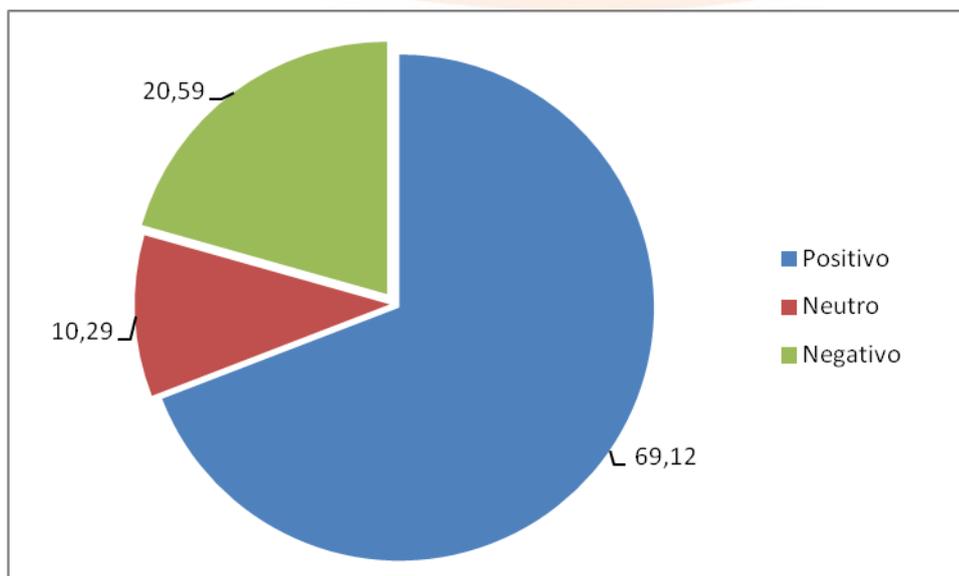
Passa-se, agora, a apresentar a análise dos questionários, primeiro revelando o que pensam os alunos do Ensino Fundamental, seus pais e alguns dos principais líderes religiosos atuantes no município de Vila Velha (ES), no intuito de conhecer como esses grupos entendem o Ensino Religioso.

3.1.1 Apresentação geral dos resultados da pesquisa

3.1.1.1 A visão dos alunos do Ensino Fundamental

A primeira pergunta indagava “o que ele achava da aula de Ensino Religioso”.

Gráfico 1: O que acha da aula de Ensino Religioso (em %).



Fonte: Pesquisadora, 2017.

Essa primeira pergunta gerou a divisão entre os respondentes; pois, grande parte deles considera a aula de Ensino Religioso positiva, visto que os ensina sobre

diversas religiões e sobre Filosofia. Contudo, outra parte dos respondentes considera aula de Ensino Religioso é desnecessária, posto que muitos afirmam que não conseguem identificar nada de importante em tais aulas.

Para essa primeira questão, a pesquisa de campo mostrou que 69,12% dos alunos respondentes têm uma visão positiva da aula de Ensino Religioso; 10,29% não souberam dizer; enquanto que outros 20,59% têm uma visão negativa acerca dessa disciplina.

Analisando-se o Gráfico 1 à luz da teoria desenvolvida por Passos, entende-se que há, entre os alunos pesquisados, razoável rejeição ao modelo catequético, o qual representa a educação da fé, ou seja, a aprendizagem centrada no aspecto da transmissão de conteúdo pela via da experiência de fé. Do mesmo modo, o modelo teológico, que procura oferecer um discurso religioso e pedagógico em diálogo com as diversas confissões religiosas, também não alcança grande aceitação¹⁰⁸, como se pode ver por alguns exemplos, das respostas dos alunos: “Desnecessário, porque nem todos seguem a mesma religião do professor”; “Desnecessário. Não aprendo absolutamente nada”; “Desnecessário, pois não aprendemos nada de importante”.

No entanto, quando se considera que mais da metade dos alunos respondentes afirmou ser o Ensino Religioso algo positivo e, ainda, compreendendo que a grade curricular dessa disciplina engloba uma gama extensa de temas, é de se supor que grande parte dos estudantes parece buscar um Ensino Religioso próprio daquilo que Passos chama de modelo das Ciências da Religião, o qual propõe o reconhecimento tanto da religiosidade quanto da religião como dados antropológicos e socioculturais a ser abordados no conjunto das demais áreas de conhecimento por razões cognitivas e pedagógicas.

Estabelecendo nítida relação com a religiosidade, mesmo que pensada como inerente ao ser humano, o modelo das Ciências da Religião descrito por Passos não a religiosidade como uma dimensão a ser aprimorada pelo Ensino Religioso, bem como não postula a dimensão religiosa como fundamento último dos valores aos quais se direcionam a Educação¹⁰⁹. No caso da pesquisa de campo, isso pode ser confirmado por meio de alguns exemplos de respostas: “Legal. Só falta ter outros conteúdos a serem dados”; “Muito importante. Essas são as únicas

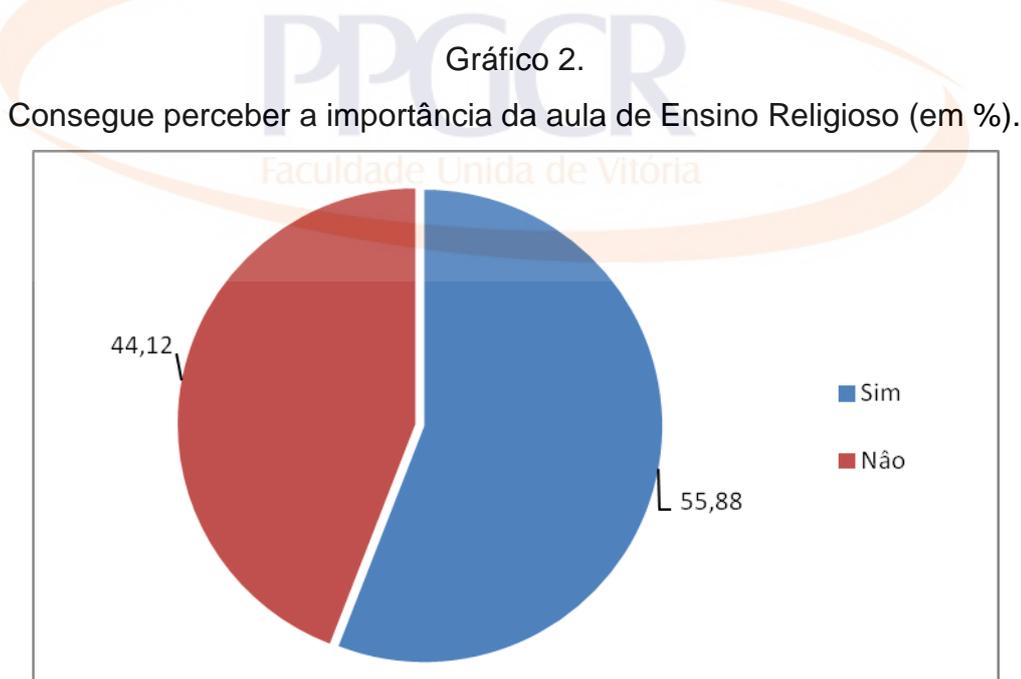
¹⁰⁸ PASSOS, 2007.

¹⁰⁹ PASSOS, 2007.

aulas que ensinam valores morais”; “Muito interessante, pois traz o entendimento sobre culturas de outros povos”.

Dessa forma, além de conferir um caráter mais universal à disciplina Ensino Religioso, adequa-se bem melhor às necessidades dos educandos, principalmente porque parte considerável da grade curricular estabelece forte vínculo com os problemas cotidianos mais urgentes, fazendo com que se eleve o interesse dos estudantes pelo que é abordado em sala de aula.

Já a segunda pergunta do questionário procurou saber se o aluno “conseguiu perceber a importância da aula de Ensino Religioso” (Questão 2). Seguindo a tendência já demonstrado na primeira questão, a segunda pergunta também apresentou divisão quase igualitária entre os alunos respondentes. Assim, entende-se que parte deles consegue ver importância na aula de Ensino Religioso, enquanto que outra parte desses mesmos alunos considera que nada de muito proveitoso decorre dessa disciplina.



Fonte: Pesquisadora, 2017.

De acordo com o resultado da segunda pergunta, a pesquisa de campo também revelou que 55,88% dos alunos respondentes afirmam perceber a importância da aula de Ensino Religioso; ao passo que os 44,12% restantes dizem não perceber tal importância.

Para entender melhor a questão da importância do Ensino Religioso deve-

ser novamente recorrer aos ensinamentos de Passos, o qual entende que o Ensino Religioso configura presença ambígua do privado em ambiente público. O caráter facultativo, ao conferir aos sistemas de ensino a competência dos conteúdos do Ensino Religioso e a tarefa de definição da qualificação e admissão de professores, podem ser entendidos como reflexo dessa posição ambígua da disciplina.

Então, analisando-se os resultados expressos no Gráfico 2 à luz do modelo catequético, aceita-se a visão de Passos, o qual entende que a ligação implícita do modelo catequético com o confessional pode ser percebida na persistência em matéria legislativa do caráter facultativo do Ensino Religioso, bem como na continuidade entre as comunidades religiosas e escolas, por meio da produção, no interior destas últimas, de espaços para a formação religiosa¹¹⁰. A ênfase desse modelo, segundo alguns alunos, fica nítida por meio dos exemplos de respostas aqui expostos: “Sim. O Ensino Religioso é importante para a salvação na nossa vida”; “Sim. Ela nos ensina muitas coisas boas da Bíblia”; “Aprender os ensinamentos de Jesus”.

Por sua vez, do ponto de vista do modelo teológico, pode-se perceber que a atual maior abertura do conteúdo programático do Ensino Religioso talvez seja entendida como uma concepção de Ensino Religioso que busca fundamentação para além da confessionalidade estrita. Ainda assim tal abertura não parece ser suficiente para que a disciplina se mostre mais atrativa a todos os alunos. “Sim, pois várias coisas são dadas pelo professor que levamos para o futuro”; “Acho que é legal para aprender sobre religião”; “Não. Porque religião não é assunto de escola”.

Não obstante, Passos entende que, sem negar que religiosidade e religião sejam dados antropológicos e socioculturais, passíveis de ser ensinados, o modelo das Ciências da Religião parte do princípio de que o conhecimento da religião contribui com a formação completa do cidadão, ao mesmo tempo que faz parte da educação geral, no entanto, desde que esteja sob a responsabilidade não das autoridades religiosas, mas dos sistemas de ensino e submetendo-se às mesmas exigências das demais áreas de conhecimento que compõem os currículos escolares¹¹¹. Vale dizer que muitos alunos também parecem aprovar o método das Ciências da Religião, conforme se pode ver em algumas respostas: “Sim, pois me permite aprender e respeitar a diversidade religiosa no mundo”; “Sim. O professor

¹¹⁰ PASSOS, 2007, p. 52.

¹¹¹ PASSOS, 2007, p. 65.

trabalha cultura geral e não só sobre a religião dele”; “Sim. Pois nos ensina a ter disciplina e a ser bom com o próximo”.

Embora ainda se verifique carência histórica de uma base epistemológica para o Ensino Religioso, que permanece, quase sempre, vinculado às tradições religiosas e termina por reproduzi-la nos currículos escolares, Passos explica que os modelos que estabelecem as práticas do Ensino Religioso durante muitas décadas esconderam, em sua singularidade, a realidade plural dessas práticas com suas peculiaridades localizadas no tempo e no espaço¹¹². Essa postura, porém, não é mais aceita nos dias atuais, seja porque, agora, as diversas doutrinas religiosas disputam o espaço da escola em condições de igualdade; seja porque os alunos ganharam maior consciência e autonomia no que tange às suas escolhas.

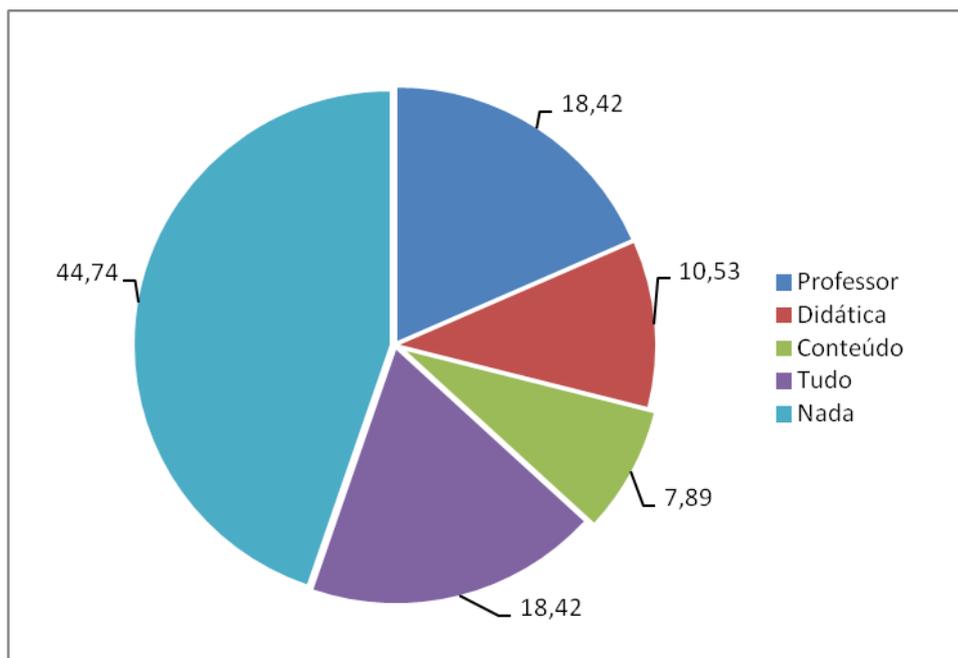
A terceira pergunta buscou saber “o que o aluno, caso pudesse, gostaria de mudar na aula de Ensino Religioso” (Questão 3). Como não poderia deixar de ser, tal questão também revela a mesma divisão identificada nas questões anteriores. Os alunos que veem a importância nas aulas de Ensino Religioso gostariam que fosse adotado pelo menos um livro sobre o assunto, ao invés de apenas conteúdo a ser copiado do quadro.

Analisando-se a terceira questão tem-se que, em relação à aula de Ensino Religioso, de acordo com a pesquisa de campo, 44,74% dos alunos respondentes não mudariam nada; 18,42% gostariam de mudar tudo; outros 18,42% gostariam de mudar o professor; 10,53% gostariam de mudar a didática utilizada nessa disciplina; enquanto os demais 7,89% gostariam de mudar o conteúdo. Os alunos que dizem não compreender a importância da disciplina Ensino Religioso sugerem que tudo nessa disciplina fosse mudado. Porém, enquanto alguns deles sugerem mudança no conteúdo, outros sugerem que tal disciplina sequer exista, deixando-se espaço para outras disciplinas que eles consideram de maior importância.

Gráfico 3.

O que gostaria de mudar na aula de Ensino Religioso (em %).

¹¹² PASSOS, 2007, p. 52.



Fonte: Pesquisadora, 2017.

Para tentar entender os resultados do Gráfico 3, primeiro é preciso destacar, com base em Passos, que, por buscarem repassar seus postulados às novas gerações, de forma espontânea ou sistemática, as doutrinas religiosas estão vinculadas a um tipo de ensino que reproduz, ao invés de produzir conhecimento. Assim, a tradição autoritária persiste no Ensino Religioso¹¹³. Por mais que se queira atualizar, renovar e descaracterizar sua gênese, permanece o intento das religiões de influenciar na sociedade e nos poderes do Estado, por meio da Educação. Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem pode e deve decodificar valores e tradições, porém, dentro de um discurso regrado por fundamentos teóricos e regras metodológicas, ou seja, dentro de uma dinâmica lógica enraizada nas ciências.

Com isso, pode-se dizer que o modelo catequético não é mais bem aceito entre os alunos, visto que estes procuram uma justificativa mais universal de religião, a partir da existência de uma dimensão antropológica religiosa do ser humano a ser educado. Daí o porquê de tantos alunos afirmarem que mudariam tudo, conforme se vê pelas respostas: “Tudo. Cada um tem sua religião e irá defendê-la”; “Tirar essa matéria. Na verdade, trocar por uma que seja necessária”; “Tudo. A professora e também a matéria dada”.

Por sua vez, o modelo teológico está aqui representado pelos alunos que

¹¹³ PASSOS, 2007, p. 28.

afirmam que nada mudariam. Conforme Passos, esse modelo inclui, em si mesmo, os modelos confessional, ecumênico, interconfessional ou pluralista, que são diretamente influenciados, em termos epistemológicos, a partir das reflexões teológicas modernas em suas expressões ecumênicas e de diálogo inter-religioso¹¹⁴. Embora ofereça maior liberdade que o modelo catequético, esse modelo também não mais se mostra de acordo com os interesses da escola. A tendência ao modelo teológico também pode ser identificada por meio das respostas de alguns alunos: “O conteúdo das aulas bem mais voltado para realmente a religião em si”; “Gostaria que falasse um pouco mais sobre religião”; “Eu gostaria que contasse mais sobre as histórias da Bíblia”.

Em relação ao que é proposto pelo modelo das Ciências da Religião, o Gráfico 3 revela o quanto os alunos estão tendentes a um Ensino Religioso livre do controle das doutrinas. Isso explica o elevado percentual de alunos que afirmaram querer mudar o professor, a didática e o conteúdo. Desse modo, entende-se que o modelo das Ciências da Religião, embora ainda em fase embrionária, apresenta uma postura que procura dar autonomia epistemológica ao Ensino Religioso, o que faz com que a disciplina Ensino Religioso seja bem melhor aceita entre os alunos pesquisados, os quais, em grande parte, rejeitam a rigidez e a unilateralidade de cunho cristão, comum ao ensino confessional. Muitos dos alunos respondentes se mostraram favoráveis ao modelo das Ciências da Religião, conforme se pode verificar nas respostas expostas a seguir: “Gostaria que falasse de todas as religiões; e não só de Cristianismo”; “Que colocasse todas as religiões; já que o professor só fala de Cristianismo”; “Gostaria que fosse uma aula mais dinâmica, mais atrativa, mais ativa”.

Como se pode observar, muitos alunos gostariam que a aula de Ensino Religioso abordasse outras concepções religiosas diferentes do Cristianismo. Isso leva a crer que, nas escolas pesquisadas, os professores dessa disciplina não estão respeitando os preceitos da diversidade religiosa e cultural, conforme deveria ocorrer em um estado laico.

No entanto, é preciso ainda considerar que tal disfunção decorra do fato de que as aulas de Ensino Religioso sejam, até certo ponto, desvalorizada pelos próprios professores que a ministram, os quais podem se sentir desmotivados, já

¹¹⁴ PASSOS, 2007, p. 61.

que recebem, por grande parte dos alunos, uma espécie de 'banho de água gelada', considerando-se que muitos estudantes declaram rejeição total a essa matéria.

3.1.1.2 A visão dos pais de alunos do Ensino Fundamental

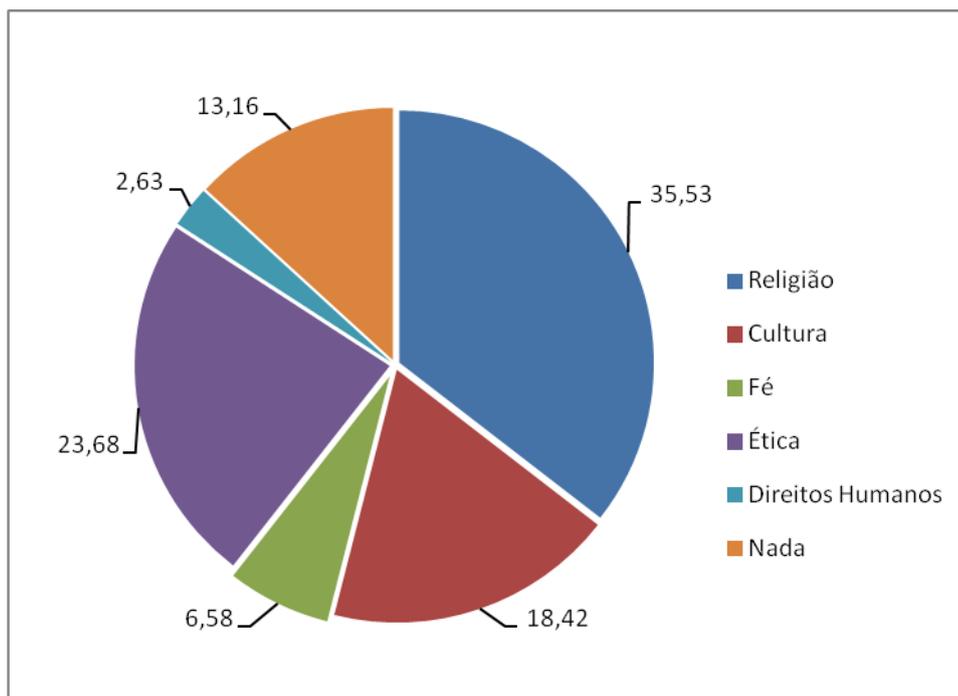
No questionário voltado aos pais de alunos, a primeira pergunta buscou saber “o que eles achavam que seus filhos aprendiam na aula de Ensino Religioso” (Questão 4). Sobre isso, parte considerável dos pais respondentes acham que a disciplina Ensino Religioso ajuda seus filhos a entenderem um pouco sobre outras religiões, bem como a respeitar outras religiões. Esses pais compreendem que se trata de um conteúdo acerca da ética e da moral predominantes na sociedade, o qual é abordado nas aulas de Ensino Religioso.

A análise da quarta questão mostra que 35,53% dos pais respondentes acham que os filhos aprendem sobre religião; 23,68% acham que os filhos aprendem sobre ética; 18,42% acham que os filhos aprendem sobre cultura; 13,16% acham que os filhos nada aprendem; 6,58% acham que os filhos aprendem sobre fé; enquanto que os demais 2,63% acham que os filhos aprendem sobre direitos humanos.

No entanto, torna-se necessário dizer que houve também aqueles pais que consideraram que o Ensino Religioso ministrado nas escolas de Ensino Fundamental pouco acrescenta à cultura pessoal do aluno. Sobre esta questão, vale observar, contudo, que poucos foram os pais cujas respostas deixaram transparecer qualquer forma mínima de radicalismo religioso, desconsiderando por completo o caráter positivo da disciplina em questão. Em sua maioria, os pais respondentes mostraram-se abertos e favoráveis à disciplina Ensino Religioso.

Gráfico 4.

O que os pais pensam que os filhos aprendem na aula de Ensino Religioso (em %).



Fonte: Pesquisadora, 2017.

Daí que, analisando-se o Gráfico 4, à luz do modelo catequético, fica fácil entender o elevado percentual de pais que pensam que os filhos aprendem sobre religião nas aulas de Ensino Religioso. Ora, a maioria dos pais foi ainda criada de modo rígido, sob o rigor confessional. Grande parte desses mesmos pais ainda vê nesse modelo uma forma de controlar suas crianças, evitando ou minimizando os riscos comuns a quem, nos dias atuais, é criado em cidade grande. Esses pais, em grande parte, têm medo que a velocidade das mudanças faça com que seus filhos enveredem por “caminhos errados”. E, por isso mesmo, muitos desses pais querem que o Ensino Religioso se aproxime daquilo que é, em suma, o trabalho de catequese desenvolvido no interior das igrejas, conforme se pode constatar pelas respostas expostas a seguir: “Penso que aprendem sobre a teoria do Evangelho”; “Acho que aprende assuntos sobre Deus”; “Acho que aprende sobre Deus e o que fazer para subir ao Céu”.

Contudo, analisando-se o Gráfico 4 pela ótica do modelo teológico, pode-se entender o grupo de respondentes que afirmaram que os filhos aprendem sobre fé nas aulas de Ensino Religioso. Esses são aqueles que conseguem desprender-se parcialmente dos mecanismos empregados pelas doutrinas tradicionais. No entanto, esse grupo de pais ainda quer que, em certa medida, o Ensino Religioso esteja limitado aos temas mais recorrentes das igrejas. “Aprende a ter fé; ler a Bíblia e a

amar todas as pessoas do mundo”; “Aprende coisas para reforçar a fé a ter entendimento sobre outras religiões”; “Eu acho legal porque fala sobre religião”.

No entanto, quando visto pelo prisma do modelo das Ciências da Religião, o Gráfico 4 revela que, em tese, esse é o modelo que tende a se consolidar, pois, não apenas aborda temas próprios das religiões, como ainda os integra aos saberes referentes à cultura, à ética e aos direitos humanos, posto que, como bem destaca Passos, as Ciências da Religião podem oferecer base teórica e metodológica para a abordagem da dimensão religiosa em seus diversos aspectos e manifestações, articulando-a de forma integrada com a discussão sobre a educação¹¹⁵. Cabe agora destacar algumas respostas de pais que denotam uma maior tendência a perceber a importância do Ensino Religioso sob a ótica das Ciências da Religião: “Acredito que aprende sobre os valores e as diferenças de cada religião”; “Aprende valores éticos, para saber respeitar mais o próximo”; “Aprende ética, bons princípios, respeito às regras e às diferenças”.

Aqui se destaca, novamente, o grupo de pais cujas respostas denotam maior visão acerca do Ensino Religioso, posto que aceitam que tal disciplina explique sobre outras religiões, bem com o aborde conteúdos relacionados a valores tais como: ética, respeito, diversidade etc.

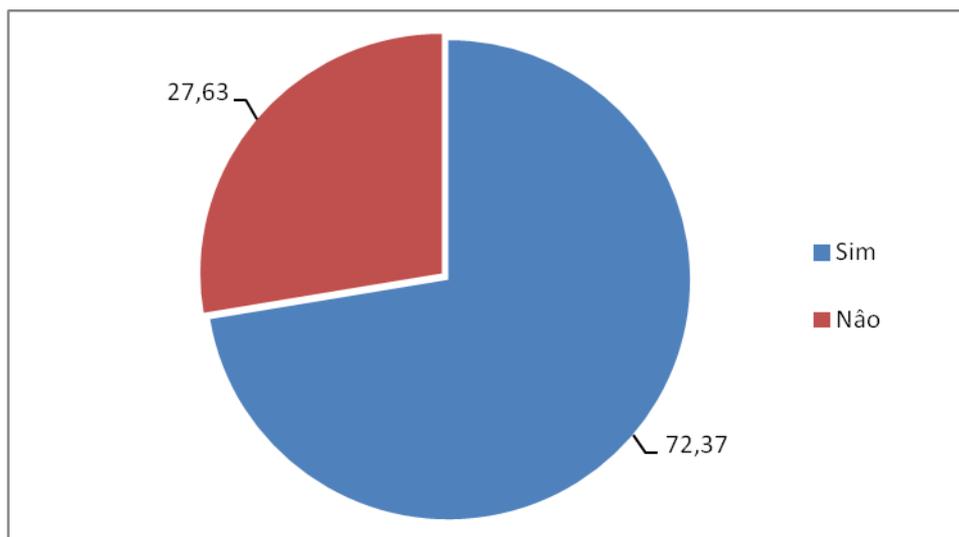
Sobre a segunda pergunta direcionada aos pais a qual indagava “se esses consideravam o Ensino Religioso uma disciplina importante na escola” e, ainda, “por quê” (Questão 5). Quanto a isso, a maioria dos pais respondentes entendem que a disciplina Ensino Religioso é importante, desde que aborde saberes sobre todas as religiões ao invés de priorizar apenas uma ou outra doutrina religiosa.

O Gráfico 5, apresentado na página seguinte, revela que 72,37% dos pais consideram o Ensino Religioso uma disciplina importante; 27,63%. Nesse sentido, o questionário revelou grande consciência social entre os respondentes, os quais, mesmo sendo, em sua maioria, seguidores do cristianismo, entenderam a importância de se ensinar sobre as demais religiões.

Gráfico 5.

Pais que consideram o Ensino Religioso uma disciplina importante (em %).

¹¹⁵ PASSOS, 2007, p. 65.



Fonte: Pesquisadora, 2017.

Aqui parece repetirem-se as tendências apresentadas no Gráfico 4, em que os respondentes se dividem entre os que adotam os modelos catequético e teológico, de um lado; e, de outro, os que se mostram abertos ao modelo das Ciências da Religião. Tal afirmação pode ser facilmente confirmada pelas respostas apresentadas, por meio das quais se pode perceber que, em grande parte, os pais respondentes são adeptos do modelo catequético, o qual, segundo as explicações de Passos¹¹⁶, é organizado e se sustenta no estilo confessional.

Assim, em todos os momentos a catequese é entendida como construção, como prática escolar voltada à formação das ideias corretas em oposição às ideias falsas. Nesse modelo, os conteúdos ficam sob responsabilidade das igrejas e, com o estilo confessional, aparece o modelo pedagógico tradicional. Contudo, os pais parecem desprezar o risco dessa proposta, que é o proselitismo e a intolerância religiosa.

Embora não se deva entender tais informações de modo extremo, pois muitas delas revelam certa confusão por parte dos respondentes, analisando-se algumas respostas é possível entender melhor o significado do 'sim' e do 'não' no questionário. Alguns pais, em atitude que se assemelha aos modelos catequético e teológico, respondem “que não consideram Ensino Religioso uma disciplina importante”, por defenderem que a religião não é algo que se deva aprender na escola: “Não. Porque religião é uma escolha da família e deve ser ensinada em

¹¹⁶ PASSOS, 2007, p. 56.

casa”; “Não. Porque religião se aprende em casa, na igreja etc.”; “Não. Nossos filhos ficam expostos à opinião de pessoas de outras religiões”.

Porém, em sentido inverso, há pais que, aproximando-se daquilo que Passos¹¹⁷ atribui ao modelo das Ciências da Religião, respondem 'que consideram Ensino Religioso uma disciplina importante', por entenderem que tal matéria pode ensinar muito mais que somente doutrina religiosa, conforme mostram as respostas abaixo: “Sim. Pois ensina valores, auxiliando na formação de cidadãos críticos”; “Sim. Porque fala sobre o dia a dia das pessoas e sobre direitos humanos”; “Sim, porque eu acho que ela [a disciplina] melhora o meu filho”.

Como se vê, nem todos os pais estabelecem uma relação direta entre o que é abordado na disciplina Ensino Religioso e o que é abordado nas igrejas. Muitos pais mostraram postura otimista em relação ao que a referida matéria pode propiciar de positivo a seus filhos, principalmente no que tange à liberdade religiosa, à propagação da ética e à diversidade cultural.

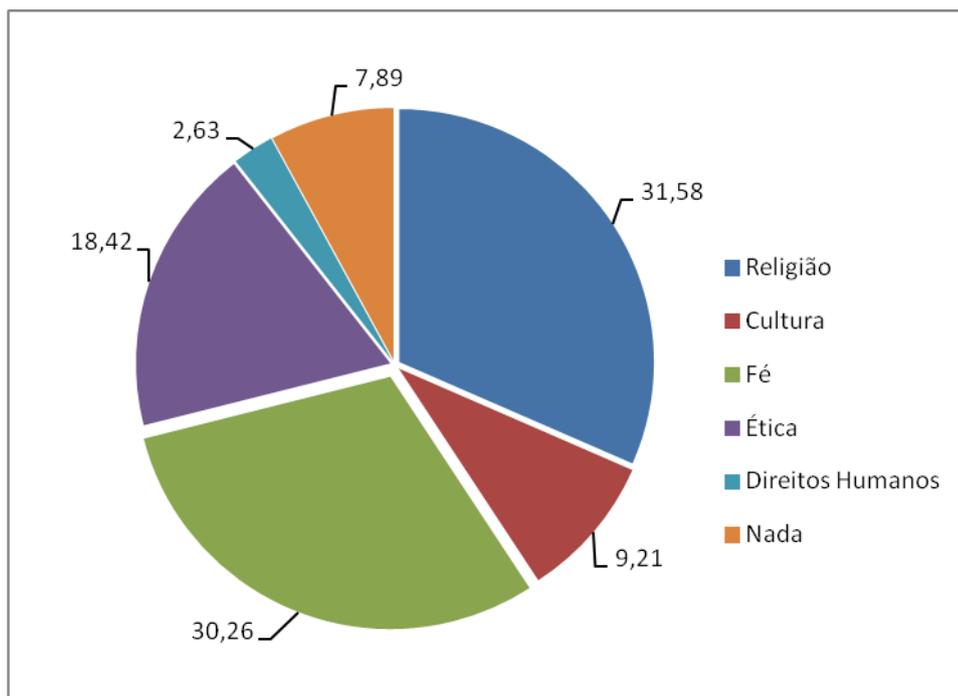
Por fim, a terceira pergunta direcionada aos pais teve por objetivo indagar “quais temas eles julgam mais relevantes para serem abordados nas aulas de Ensino Religioso” (Questão 6). Para a maioria dos pais respondentes, o amor ao próximo foi escolhido como o tema mais importante a ser abordado nas aulas de Ensino Religioso. Na opinião dos pais, o mais importante é que a disciplina Ensino Religioso ofereça aos alunos conteúdo que os auxilie a viverem melhor em sociedade, bem como melhorar as relações interpessoais principalmente no âmbito familiar.

Conforme mostra o Gráfico 6, a pesquisa mostrou que, para 31,58% dos pais, religião é o tema mais relevante a ser abordado em Ensino Religioso; para 30,26% dos pais o tema mais importante é fé; 18,42% dos pais pensam ser ética o tema mais importante; no entanto, cultura é o tema mais importante na opinião de 9,21% dos pais; ao passo que, para 2,63% esse tema é direitos humanos; havendo, ainda, 7,89% de pais que tema algum é importante nessa disciplina.

Gráfico 6.

Quais temas os pais consideram mais relevantes para serem abordados nas aulas de Ensino Religioso (em %).

¹¹⁷ PASSOS, 2007, p. 56.



Fonte: Pesquisadora, 2017.

Analisando-se o conjunto de respostas, com base nos postulados de Passos¹¹⁸, tem-se que novamente se confirma a tendência dos pais respondentes em adotarem o modelo teológico, favorecendo o contexto político que prima pela aliança entre Igreja e Estado, tendo como fonte os conteúdos doutrinários, cujo método, obviamente, é a doutrinação dos estudantes. Tal visão apresenta grande afinidade com a escola tradicional, tendo por objetivo a expansão das igrejas, e repassando a responsabilidade do ensino às confissões religiosas, fazendo também se elevar o risco de proselitismo e intolerância. Contudo, essa visão, fundamentada nos modelos catequético e teológico, constituem ainda o entendimento de muitos dos pais pesquisados, conforme se pode constatar por meio das respostas abaixo, decorrentes da questão que indagava quais temas os pais consideram mais relevantes para serem abordados nas aulas de Ensino Religioso: “Falar sobre a Bíblia”; “A Bíblia e suas histórias. Jesus Cristo e seu sacrifício por nós”; “Religião, fé e o cristão na sala de aula etc.”; “Sobre ler a Bíblia, rezar, orar etc.”.

Contudo, apesar do visível conservadorismo que ainda marca a questão, o Gráfico 6 também revela que, do ponto de vista das Ciências da Religião, há considerável volume de pais mostrando-se favorável a temas como cultura, ética e direitos humanos, cujo somatório das respostas ultrapassou a 30%. Isso leva a crer

¹¹⁸ PASSOS, 2007, p. 56-68.

que, em se tratando do Ensino Religioso, esse modelo mais moderno esteja, aos poucos, ganhando espaço na comunidade escolar pesquisada, conforme se pode ver nas respostas abaixo, acerca de quais temas os pais consideram mais relevantes para serem abordados nas aulas de Ensino Religioso: “Valores morais, respeito e amor ao próximo”; “Cidadania, etnias, diversidade cultural, civismo, entre outras coisas”; “História das religiões no mundo e respeito pela religião do próximo”.

A consequência positiva que tais respostas podem significar é que podem reverter a tendência, ainda forte, dos modelos mais tradicionais, de modo que, em um futuro ainda não previsível, tal disciplina possa ser ministrada com o grau de liberdade que se espera em um estado laico.

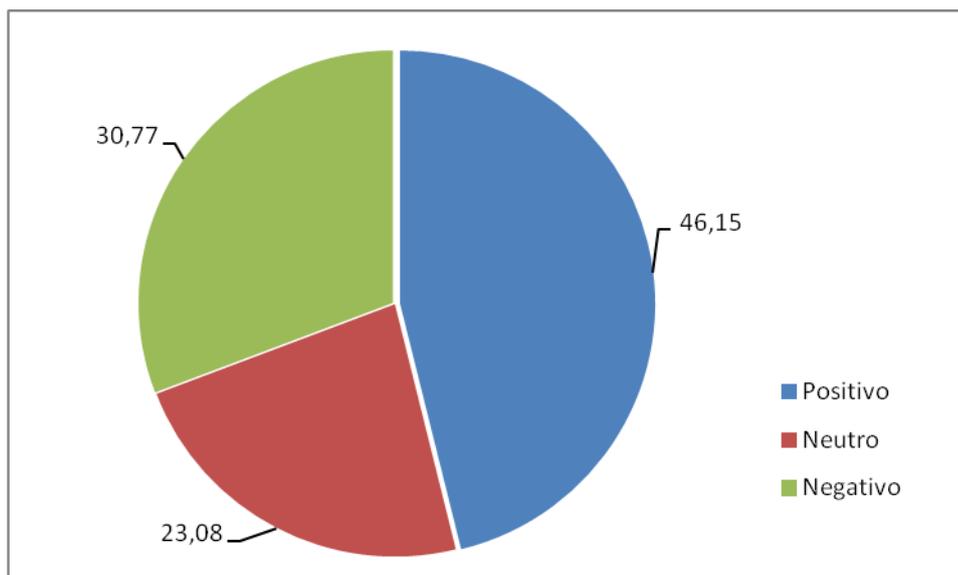
3.1.1.3 A visão dos líderes religiosos

A primeira pergunta feita aos líderes religiosos buscou saber “qual o posicionamento deles quanto às aulas de Ensino Religioso ministradas nas escolas públicas de Vila Velha” (Questão 7).

Observando-se os resultados decorrentes do Gráfico 7, exposto na página seguinte, tem-se que a pesquisa revelou que 46,15% dos líderes religiosos respondentes entendem como sendo positiva as aulas de Ensino Religioso. Porém, 30,77% desses líderes têm visão negativa em relação a essas mesmas aulas. Havendo, ainda, 23,08% que não expressaram opinião a respeito.

Gráfico 7.

Posicionamento dos líderes religiosos quanto às aulas de Ensino Religioso ministradas nas escolas públicas de Vila Velha (em %).



Fonte: Pesquisadora, 2017.

De início cabe destacar que essa primeira indagação causou forte divisão entre os respondentes. De um lado surgiu o grupo daqueles líderes religiosos que compreendem a importância da disciplina Ensino Religioso, apenas ressaltando que tal matéria deva ser ministrada sem priorizar ou favorecer qualquer doutrina. Esses líderes entendem a importância de um conteúdo que introduza o pensamento filosófico nos alunos, ajudando-se a fazerem as próprias escolhas, bem como a entenderem que o respeito, a opinião e a vontade do outro se constituem elementos fundamentais para uma sociedade melhor e igualitária.

No entanto, outra parte dos líderes religiosos respondentes constituiu o grupo de opinião mais contundente, o qual se mostra totalmente contrário ao Ensino Religioso nas escolas, alegando que essa é uma opção apenas da família e que, por isso mesmo, não cabe ao Estado laico ministrar Ensino Religioso nas escolas, muito especialmente nas escolas públicas.

Nesse sentido, tomando-se como base ainda as alegações de Passos¹¹⁹, percebe-se que mais da metade dos líderes religiosos respondentes ainda se mostram presos aos modelos teológico e catequético. Isso fica visível nas respostas aqui destacadas, por meio das quais se percebe que parte considerável desses líderes (aqueles que responderam “negativo” ou “neutro”) ainda vê, na disciplina Ensino Religioso, um espaço para a disputa entre as diversas doutrinas: “Acho muito

¹¹⁹ PASSOS, J. D. *Ensino religioso: construção de uma proposta*. São Paulo (SP): Paulinas, 2007, p. 56-68.

válido, a partir do momento em que não forem princípios religiosos e culturais dos alunos”; “Contra. Visto que deve ser de responsabilidade da família”; “Sim. Tem que ser ensinada a palavra de Deus em todos os lugares. Todo ser humano precisa conhecer aprender sobre Deus”.

No entanto, há uma grande parte dos líderes respondentes que entende o Ensino Religioso ministrado na escola como sendo algo positivo. Entre esses tem-se que as respostas revelam uma tendência voltada ao método das Ciências das Religiões, aceitando que tal disciplina se mostra positiva quando prima por um conteúdo abrangente em relação à ética e à diversidade cultura e religiosa: “Concordo. Desde que seja em aspecto histórico, não doutrinário”; “Acho positivo, desde que tenha critérios para contribuir com o crescimento do aluno, ampliando sua visão, mas com o cuidado de não impor qualquer religião”; “Concordo. Essa disciplina deve ser oferecida oportunizando ao aluno o conhecimento sobre as diversas religiões, desenvolvendo um pensamento crítico a respeito da diversidade religiosa, tão presente em nosso país”.

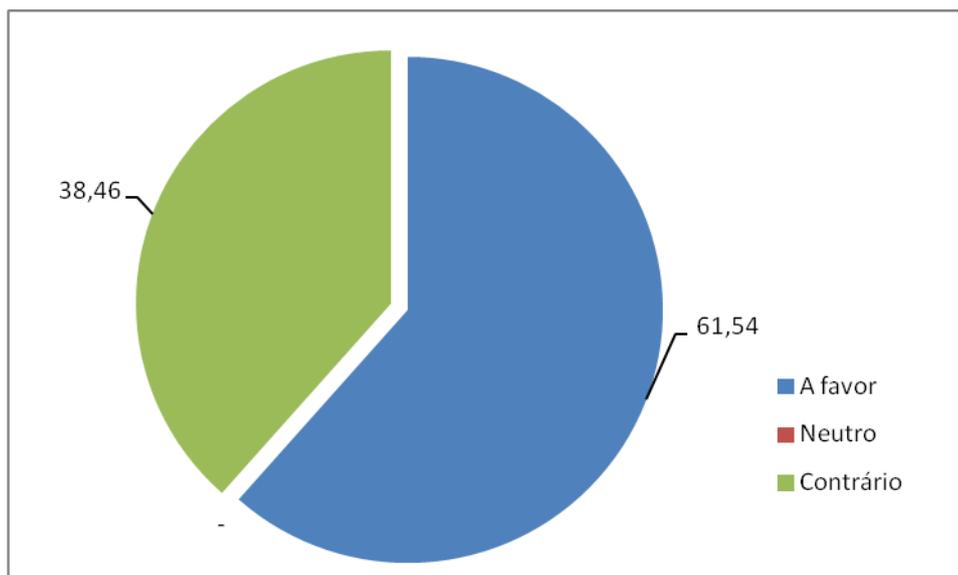
Frente ao exposto, fica claro que há atualmente as igrejas pesquisadas passam por momento de renovação das ideais, com franca evolução de um entendimento mais moderno por grande parte dos líderes religiosos, os quais veem o caráter laico da disciplina Ensino Religioso de modo positivo, reconhecendo que essa matéria não pode favorecer quaisquer doutrinas; mas sim ser apresentada na forma de saber que combina o conhecimento sobre as religiões, despertando postura crítica entre os alunos, de forma a ressaltar o respeito e à diversidade.

Considerando que o estado brasileiro é laico, a *segunda pergunta* direcionada aos líderes religiosos buscou saber 'qual a visão deles quanto à obrigatoriedade da oferta da disciplina Ensino Religioso' (Questão 8).

De acordo com o Gráfico 8, a pesquisa de campo mostrou que 61,54% dos líderes religiosos respondentes são a favor da obrigatoriedade da oferta da disciplina Ensino Religioso. Os demais 38,46% se mostraram contrários a tal obrigatoriedade.

Gráfico 8.

Visão dos líderes religiosos quanto à obrigatoriedade da oferta das aulas de Ensino Religioso (em %).



Fonte: Pesquisadora, 2017.

Aqui parece ter-se encontrado o ponto comum que une diferentes líderes religiosos que responderam ao questionário. Em sua maioria, eles se posicionam a favor da obrigatoriedade da disciplina Ensino Religioso. Embora discordem quanto à eficácia e o bom uso da disciplina, todos defendem a ideia que o Estado não pode dispor aos alunos uma disciplina tão complexa e que concentra em si opiniões tão divergentes, como algo a ser imposto a cada estudante. Nesse sentido, os líderes religiosos respondentes concordam que a disciplina Ensino Religioso deva ser apresentada para o aluno como uma opção, a qual ele possa realmente rejeitar se assim lhe parecer melhor.

Cabe destacar que nessa oitava questão não houve respostas neutras, o que deixa nítido o embate entorno do campo de poder que o Ensino Religioso representa. Selecionando-se algumas respostas, fica claro que o que está em jogo, nesse momento histórico, é a luta entre os três modelos conceituados por Passos¹²⁰. Assim, entre os que são a favor da obrigatoriedade da oferta das aulas de Ensino Religioso encontram-se, de um lado, há aqueles que veem, nessa obrigatoriedade, uma chance de estender o poder das igrejas, as quais farão uso da sala de aula para também professar sua fé, bem ao estilo dos modelos catequético e teológico: “Concorda com a obrigatoriedade. Acredito que toda aula que possa abrir os olhos do cidadão para o Evangelho é válida. Porém, quando se misturam os ensinamentos isso é ruim”; “Concordo. Desde que seja uma disciplina acadêmica”; “Se tantas

¹²⁰ PASSOS, 2007, p. 56-68.

coisas são ensinadas às pessoas, porque também não ensinar a palavra de Deus”.

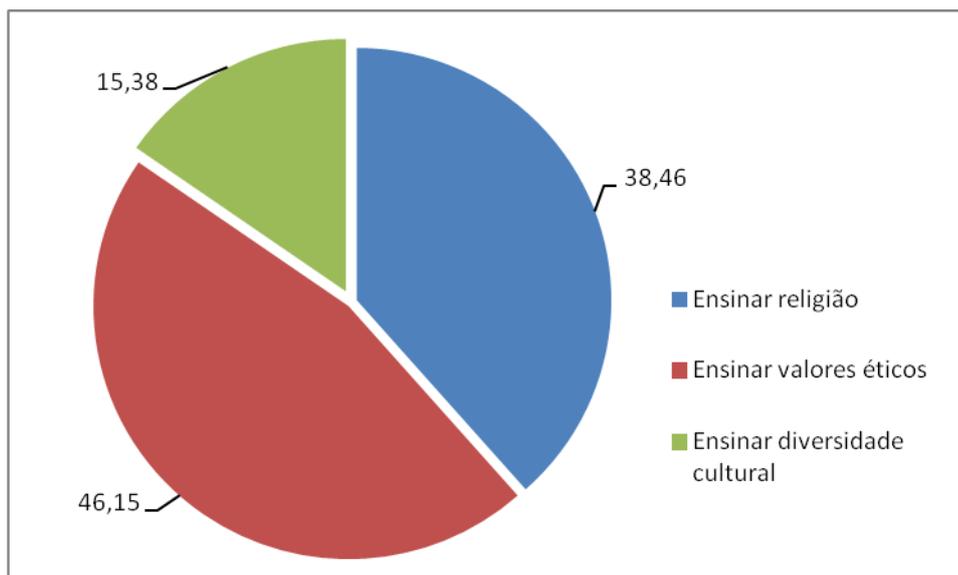
Nesses casos, seria interessante saber se, ao citar o Evangelho ou ao se referir à “palavra de Deus”, os respondentes entendem que existem outras visões sobre Deus (diferentes das que eles acreditam), regidas por outros livros sagrados. Estariam eles preparados para aceitar essa diversidade de conceitos? Por sua vez, de outro lado, há aqueles que defendem que tal disciplina deva seguir o norteamento próprio das Ciências das Religião, por meio de aulas que não se prendam à doutrinação: “Acredito que possa ser facultativa a oferta. Porém, que possa haver espaço para se debater o amor, humildade, solidariedade e demais valores necessários à vida em sociedade”; “Este ensino é de suma importância, desde que não sejam abordadas doutrinas específicas, devendo haver pluralidade religiosa”; “Sou contra a doutrinação”.

No entanto, a mesma análise também pode ser feita em relação às respostas daqueles que são contrários à obrigatoriedade da oferta das aulas de Ensino Religioso: uns a rejeitam por defenderem um ensino cada vez mais livres; outros, porém, a rejeitam porque querem que as igrejas sejam absolutas na propagação de suas crenças. Esses últimos demonstram certa desconfiança em relação ao que possa realmente ser trabalhado em sala de aula. Contudo, é inegável que já surge entre os líderes religiosos respondentes uma forte tendência a aceitar que o Ensino Religioso seja ensinado de forma mais livre e menos doutrinária, envolvendo outras questões igualmente importantes para a sociedade como um todo.

Em relação à terceira pergunta, a qual buscou saber, considerando o ponto de vista dos líderes religiosos respondentes, “quais são os objetivos inerentes à disciplina Ensino Religioso na escola?” e, ainda, “quais as contribuições dessa disciplina para a formação do aluno” (Questão 9).

Gráfico 9.

Visão dos líderes religiosos quanto aos objetivos inerentes às aulas de Ensino Religioso (em %).



Fonte: Pesquisadora, 2017.

O Gráfico 9, acima exposto, mostra que para 46,15% dos líderes religiosos entrevistados, o objetivo maior da disciplina Ensino Religioso é ensinar valores éticos. Para 38,46% o objetivo maior da disciplina Ensino Religioso é ensinar religião. Por fim, para 15,38% o objetivo maior da disciplina Ensino Religioso é ensinar diversidade cultural.

Para a maioria dos líderes religiosos respondentes a grande importância da disciplina Ensino Religioso está em oferecer grande contribuição para a formação do caráter dos alunos, tanto no que diz respeito a fazer com que o educando aprenda a respeitar as opiniões e culturas diversas, quanto no que tange a adquirirem uma base filosófica que sirva para fazer as escolhas certas não somente no que se refere às doutrinas religiosas especificamente, mas também no que concerne à postura adotada diante da complexidade da vida. Sendo assim, pode-se concluir que os líderes religiosos respondentes entendem que a disciplina Ensino Religioso constitui importante adendo à formação social e ao caráter dos educandos.

Tomando-se por base os ensinamentos de Passos¹²¹ tem-se que, do ponto de vista do modelo catequético, a análise do Gráfico 9 revela que parte considerável dos líderes religiosos respondentes ainda prioriza o ensino confessional, com as igrejas vendo na escola, através da disciplina Ensino Religioso, um local a mais para propagarem suas doutrinas. Veja-se, por exemplo, que a resposta abaixo, acerca dos objetivos inerentes da disciplina Ensino Religioso, traz em si o molde

¹²¹ PASSOS, 2007, p. 56-68.

catequético de pensar essa disciplina: “Esclarecer e ensinar o amor de Cristo. Isso pode contribuir para a formação do caráter do aluno”.

Já pelo ângulo do modelo teológico, nota-se que a grande maioria dos líderes religiosos respondentes aceitam que o Ensino Religioso, além de ensinar religião, possa também servir para ajudar os educandos a desenvolverem valores éticos. A resposta abaixo bem traduz essa visão: “Na escola as pessoas aprendem os primeiros passos sobre o mundo, incluindo várias coisas como também a palavra de Deus”.

Por fim, sob o prisma das Ciências das Religião, tem-se um percentual menor de líderes religiosos que, de acordo com as respostas abaixo apresentadas, defendem que o Ensino Religioso deva também abordar questões relacionadas à diversidade cultural. “Ensinar os valores do dia a dia; preparar os alunos para enfrentar desafios da vida; e compreender melhor a si mesmo, frente a nossa origem a Deus”; “Os objetivos inerentes são: formação do caráter do cidadão; respeito ao próximo; respeito às autoridades; às leis etc. O Ensino Religioso leva o cidadão a observar todas essas questões citadas”; “Transformar o aluno em um cidadão sem preconceito religioso, despertando o respeito e a solidariedade”.

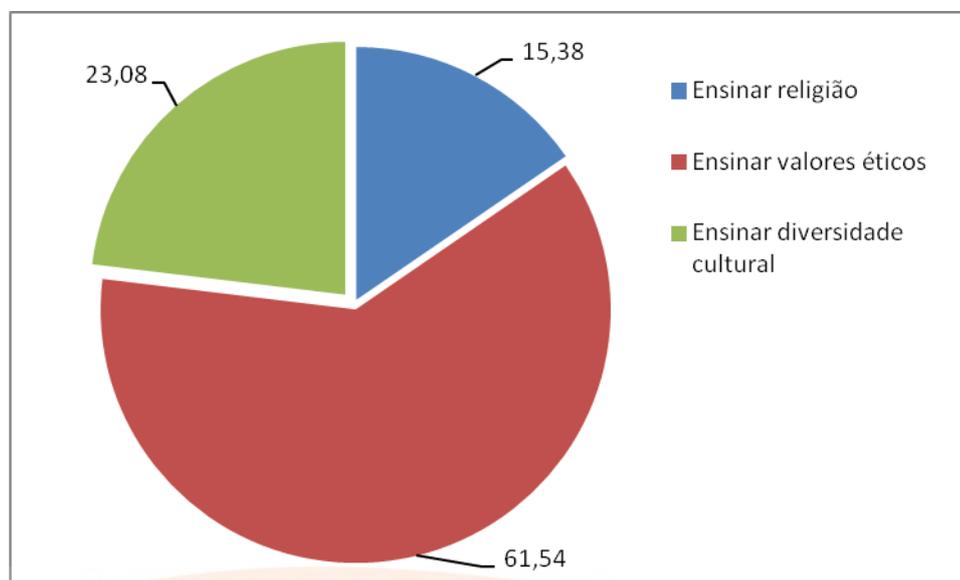
De modo geral, uma leitura das respostas acima leva a crer que a maioria dos líderes religiosos respondentes já não possui visão tão conservadora acerca dos objetivos da disciplina Ensino Religioso. Tais líderes entendem que ensinar valores éticos (46,15%) e diversidade cultural (15,38%) pode contribuir imensamente para a formação de cidadãos dotados de consciência crítica e isentos de preconceitos.

Por fim, a *quarta e última pergunta* buscou conhecer a opinião dos líderes religiosos em relação a “como a disciplina Ensino Religioso pode contribuir para reduzir o preconceito religioso no Brasil, sobretudo em relação às religiões de matriz africana” (Questão 10).

Conforme mostra o Gráfico 10, apresentado na página anterior, para 61,54% dos líderes respondentes, o Ensino Religioso pode contribuir para reduzir o preconceito no Brasil se ensinar valores éticos. Para 23,08%, o Ensino Religioso pode contribuir para reduzir o preconceito no Brasil se ensinar diversidade cultural. Havendo, ainda, 15,38% dos respondentes que acreditam que o Ensino Religioso pode contribuir para reduzir o preconceito no Brasil se ensinar diversidade cultural.

Gráfico 10.

Visão dos líderes religiosos sobre como a disciplina Ensino Religioso pode contribuir para reduzir o preconceito religioso no Brasil (em %).



Fonte: Pesquisadora, 2017.

Do ponto de vista estatístico o Gráfico 10 se mostrou bastante coerente quando comparado ao Gráfico 9. Vale dizer que tal questão também revelou considerável grau de proximidade no pensamento dos diversos líderes religiosos respondentes. Quase como regra, eles entendem que a disciplina Ensino Religioso pode contribuir para diminuir os preconceitos, desde que ministrada por pessoas capacitadas e que saibam trabalhar o conteúdo da matéria de modo Imparcial, não influenciando os alunos por meio de conteúdos que se mostrem a favor desta ou daquela doutrina religiosa.

Contudo, analisando-se os resultados apresentados pelo Gráfico 10 sob a ótica de Passos¹²² entende-se que, pelo prisma do modelo catequético, alguns dos líderes religiosos respondentes ainda acreditam que é possível reduzir o preconceito religioso no Brasil utilizando a disciplina Ensino Religioso apenas ensinando religião, conforme pode ser visto por meio de algumas respostas: “Um ensino religioso mais simplificado possível, sem doutrinas profundas”; “A palavra de Deus liberta”; “O Ensino Religioso bem ministrado jamais fomentará preconceitos com qualquer que seja a religião. Jesus, em sua encarnação, exerceu um movimento totalmente oposto a isso. Ele dialogou com todos sem perder a sua essência, sempre

¹²² PASSOS, 2007, p. 56-68.

influenciando através do amor. Em seu ministério terreno ele foi quem sofreu perseguição, sem jamais revidar. Esse é o espírito do Ensino Religioso”.

Porém, as respostas abaixo mostram que, assumindo o ponto de vista do modelo teológico, há líderes religiosos que defendem que o preconceito religioso no Brasil pode ser minimizado se a disciplina Ensino Religioso também diversidade cultural: “Se for ensinado no contexto histórico, pode sim levar o aluno a perceber as questões culturais, o conhecimento geralmente reduz o preconceito”. “Oportunizando aos alunos o conhecimento de todas as religiões, sem supervalorizar uma ou outra”.

Por fim, tem-se o grupo de líderes religiosos que se mostram mais tendentes a adotar o modelo das Ciências da Religião, os quais defendem que a maior contribuição que a disciplina Ensino Religioso pode dar à causa da diminuição do mencionado preconceito se faz ao ensinar valores éticos, conforme se pode constatar por meio das respostas abaixo: “Trazer informações e esclarecimentos, levando o aluno, desde cedo, a lidar com divergências. Dar opções, ignorando diferenças enraizadas no preconceito e edificando o respeito que deve existir em todos os segmentos religiosos”. “Fundamentar o amor e o respeito nas relações sociais. Só assim para vivermos bem. fazer o bem em tudo e a todos que estiverem ao nosso alcance”.

De modo positivo, parte dos respondentes acredita que as bases ética e filosófica da disciplina Ensino Religioso podem contribuir imensamente para a formação de um melhor caráter do educando. Do mesmo modo, falando especificamente de preconceito, os respondentes acreditam que tal problema tenderia a diminuir, caso a disciplina Ensino Religioso fosse ministrada de modo a fazer com que os alunos percebam que todos os caminhos levam a Deus, bem como percebessem o quão importante é, para cada ser humano, dedicar parte de seu tempo a um aprendizado de cunho espiritual e metafísico, sem esquecer suas responsabilidades sociais.

3.2 Discussão dos resultados da pesquisa

Analisando-se primeiro o questionário aplicado aos alunos do Ensino Fundamental tem-se que, de modo geral, esses alunos respondentes se mostraram

bem mais resistentes à disciplina Ensino Religioso que seus pais. Isso é compreensível considerando-se que são eles, os alunos, que assistem às aulas, estando, portanto, bem mais aptos a aprovar ou rejeitar tal disciplina – independente da vontade e da opinião de seus pais.

Quanto ao questionário aplicado aos pais de alunos entende-se que, com base nas informações apontadas pela pesquisa de campo, apesar de Vila Velha (ES) ser um município com população de predominância religiosa voltada para o cristianismo – em suas vertentes católica e protestante –, pode-se afirmar que a maioria dos pais de alunos demonstra boa aceitação quanto à disciplina Ensino Religioso.

Curiosamente, a análise geral do questionário direcionado aos líderes religiosos revelou que são esses os que apresentam maior resistência à disciplina Ensino Religioso, visto que alegam que tal conhecimento deva ficar a cargo da família ao invés de ser uma função do Estado.

Contudo, do ponto de vista dos ensinamentos de Passos¹²³, esse estudo leva a crer que, apesar de ainda haver grande resistência, o modelo das Ciências da Religião – pela coerência de seus pressupostos – vem ganhando força nos grupos pesquisados.

3.3 Sugestões e recomendações

Como se pode constatar, após a análise da pesquisa de campo volta-se, aqui, à questão da laicidade do Estado, muito debatida ao longo do referencial teórico. Com isso, não se pode dizer que os líderes religiosos estejam errados, pois é a própria Constituição Federal quem define o Brasil como Estado laico. Então, qual o sentido de se apresentar uma disciplina voltada ao Ensino Religioso, ainda que optativa? Ora, em tese, não haveria problema algum.

Porém, o problema parece surgir na prática cotidiana das escolas. Quase sempre em decorrência das inúmeras dificuldades que seria oferecer outras disciplinas aos alunos, a maioria das escolas acaba apresentando a disciplina Ensino Religioso como 'opção única' – expressão essa que, por si só, já se configura um absurdo, pois, se é 'única' não pode ser também 'opção'. Como, então,

¹²³ PASSOS, 2007, p. 56-68.

solucionar esse problema?

A pesquisa leva a crer que parte da polêmica em relação ao Ensino Religioso esteja no próprio nome da disciplina. A expressão 'Ensino Religioso' faz parecer, principalmente aos menos instruídos, que a escola esteja doutrinando os alunos em favor de uma ou outra religião. No entanto, não é possível – no âmbito de uma unidade escolar, ou mesmo de uma secretaria municipal de educação – alterar o nome o de uma disciplina. Assim, sugere-se que, cada vez mais, o conteúdo se volte a questões gerais; atendo-se cada vez menos aos conhecimentos que forem específicos do meio religioso.

Em relação ao caso específico do conjunto geral dos conteúdos ministrados na disciplina Ensino Religioso, aplicada nas escolas municipais de Vila Velha (ES), na forma multidisciplinar, sugere-se que a Secretaria de Educação propicie meios para que as unidades educacionais, onde é ministrado o Ensino Religioso, promovam palestras direcionadas aos pais de alunos e líderes religiosos, de modo a fazer com que compreendam exatamente o caráter abrangente dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Dessa forma, acredita-se que a comunidade escolar poderá, inclusive, debater, expressando suas opiniões e dúvidas.

Na forma como vem sendo ministrado em Vila Velha (ES), a disciplina Ensino Religioso precisa de poucas mudanças – quase todas relacionadas a datas específicas do calendário cristão, como é o caso, por exemplo, do 'dia de ação de graças', cuja abordagem ainda faz parte do conteúdo. Do modo geral, o que é preciso fazer é tão somente aproximar, ainda mais, a escola e a comunidade, para que essa última compreenda a maneira positiva e imparcial que tal matéria é ministradas aos alunos do Ensino Fundamental nesse município capixaba.

Ademais, mostrou-se evidente que os modelos catequético e teológico não mais satisfazem os anseios de alunos, pais e líderes religiosos. É preciso que a disciplina Ensino Religioso caminhe, cada vez mais, 'afinada' com os pressupostos das Ciências da Religião – sustentada na tríade: ciência, ensino-aprendizagem e cidadania –, com o objetivo maior de ajudar os educandos a se tornarem cidadãos livres e eticamente responsáveis.

CONCLUSÃO

Nesse estudo, cujo tema trabalhado foi o 'Ensino Religioso nas escolas públicas de Vila Velha (ES), na visão dos alunos dos anos finais, pais e líderes religiosos', a literatura mostrou que, no Brasil, ao longo dos anos, o Ensino Religioso tem se constituído palco de disputa de poder entre algumas doutrinas religiosas. Mesmo após a Constituição Federal de 1988, com o advento do Estado laico, esse problema tem persistido visto que, ainda que caracterizada como 'matéria opcional', tal disciplina acabou refletindo a predominância que as vertentes do cristianismo apresentam na sociedade em geral.

No entanto, o presente estudo mostrou, por meio de pesquisa de campo, que, no município de Vila Velha (ES), o Ensino Religioso vem sendo ministrado de forma imparcial, reduzindo ao máximo as influências que uma ou outra doutrina possa tentar causar ao Ensino Fundamental. Apesar disso, o problema maior tem sido a interpretação empírica desenvolvida por alguns pais ou líderes religiosos locais, os quais, desconsiderando o norteamento filosófico dessa disciplina, insiste em alegar que tais ensinamentos deveriam ficar somente a cargo da família.

Mas isso não basta! O Ensino Religioso ministrado em Vila Velha (ES) é abrangente em termos de conteúdos que podem ser de grande importância para os educandos, preparando-os para a tomada de decisão sobre questões recorrentes tais como, por exemplo, o uso de drogas e a sexualidade precoce. Além disso, tal disciplina, norteada em saberes que primam pela diversidade, colabora para que os alunos conheçam a trajetória religiosa de outros povos, o que concorre para a minimização de preconceitos.

Frente ao exposto – e tendo também como embasamento os resultados da pesquisa de campo –, torna-se possível, agora, responder à questão-problema inicialmente levantada, qual seja: o 'Ensino Religioso nas escolas públicas de Vila Velha (ES), na visão dos alunos dos anos finais, pais e líderes religiosos', segue os preceitos constitucionais, garantindo aos educandos uma educação laica?'. A resposta a tal indagação é 'sim'. A pesquisa revelou que a abrangência dos conteúdos ministrados, nos moldes estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e legislação complementar, respeita o princípio da laicidade, não privilegiando qualquer doutrina religiosa.

Ademais, pode-se também confirmar que a hipótese 'a' mostrou-se

verdadeira, ao sugerir que, 'seguindo rigorosamente os preceitos constitucionais que defendem o estado laico, a educação religiosa ministrada no ensino fundamental, nas escolas públicas municipais da cidade de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, não prioriza qualquer doutrina religiosa em especial'.

Sendo assim, após ter alcançado todos os objetivos a que se propôs de início, dá-se por encerrado o presente estudo, não se fechando, porém, as possibilidades de debate sobre esse importante tema, o qual deverá ser retomado em outras oportunidades – agregando-se novas variáveis e considerando-se novos pontos de vista –, de modo a fazer evoluir a discussão acerca do Ensino Religioso ministrado nas escolas de Ensino Fundamental.



REFERÊNCIAS

- AMARAL, Tânia Conceição Iglesias do. *Análise dos parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras*. Maringá (PR): Universidade Estadual de Maringá, 2003.
- ANDRADE, Teresa Cristina Bruno. *Dos temas transversais à apropriação/vivência de valores: uma proposta de qualidade sócio-educacional*. Marília (SP): Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2004.
- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. *História da educação*. São Paulo (SP): Moderna, 1996.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. *Indagações sobre currículo: educandos e educadores – seus direitos e o currículo*. Brasília (DF): Ministério da Educação, 2008.
- AZEREDO, Werkson da Silva. *Didática e metodologia do Ensino Religioso*. Nanuque (BA): FANAN, 2015.
- AZEVEDO, Israel Belo de. *O prazer da produção científica – passos práticos para a produção de trabalhos acadêmicos*. 13. ed. São Paulo (SP): Hagnos, 2012.
- AZEVEDO, Thales de. *A religião civil brasileira: um instrumento político*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- AZZI, Riolando. *História da igreja no Brasil*. Tomo II. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.
- BARCELLOS, C. J. A educação no município de Vila Velha. *Revista Cidade Viva – Informativo da Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha (ES)*, ano 2, n.º 4, fevereiro de 2012.
- BARROS, Luiz Sérgio Cativo. *A influência de um sistema de planejamento e a pesquisa sobre a criatividade dos pesquisadores*. Brasília (DF): UnB, 2001.
- BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *Histórias e memórias da educação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre (RS): Seiva publicações, 2002.
- BELLO, José Luiz de Paiva. *Metodologia científica: manual para elaboração de textos acadêmicos, monografias, dissertações e teses*. Rio de Janeiro (RJ): Universidade Veiga de Almeida, 2005.
- BOBBIO, Norberto. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. São Paulo (SP): UNESP, 2002.
- BOFF, Leonardo. *Ética e moral – a busca dos fundamentos*. São Paulo (SP): Vozes, 2005.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília (DF): Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Fórum Nacional permanente do Ensino Religioso – parâmetros curriculares nacionais: Ensino Religioso*. São Paulo (SP): AM Edições, 1997.

BRASIL. *Lei n.º 9.394/96 – Diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. *Lei n.º 9.475/97 – Dá nova redação ao artigo 33 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 1997.

BREPOHL, Marion. Estado laico e pluralismo religioso. *Estudos de religião*, vol. 30. n.º 1, p. 127-144, jan./abr., 2016.

CASTRO, Raimundo Márcio Mota de. *Tocar em frente as ensinhanças da dúvida: a busca da identidade do Ensino Religioso*. Uberaba (MG): Universidade de Uberaba, 2009.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2001.

CUNHA, Clera Barbosa e BARBOSA, Cláudia. O ensino religioso na escola pública e suas implicações em devolver o senso de respeito e tolerância dos alunos em relação aos outros e a si próprios. *Revista Sacrilogens – Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Religião*. Juiz de Fora (MG): UFJF, vol. 8, n. 1, p. 164-181, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilogens/files/2011/02/8-12.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre a igreja e o estado no Brasil. *Educação em Revista*, n.º 17, jun., p. 20-37. Belo Horizonte (MG): Faculdade de Educação da UFMG, 1993.

DICKIE, Maria Amélia Schmidt e LUI, Janayna de Alencar. *O Ensino Religioso e a interpretação da lei*. Porto Alegre (RS): PUC-RS, 2005.

DUARTE, Newton. *As pedagogias do aprender a aprender e as ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento*. Campinas (SP): Autores Associados, 2003.

DOMINGOS, Marília de Franceschi Neto. Ensino religioso e estado laico: uma lição de tolerância. *Revista de Estudos da Religião*. São Paulo, setembro de 2009, p. 45-70. Disponível em: <www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

ESPÍRITO SANTO. *Constituição do Estado do Espírito Santo*. Disponível em: <<http://www.tce.es.gov.br/portais/Portais/14/Arquivos/Biblioteca/Legislacao/CES.doc.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

FERRAÇO, Carlos Eduardo e CARVALHO, Janete Magalhães. Currículo, cotidiano e conversações. *Revista e-curriculum*, São Paulo, vol. 8 n.º 2, agosto de 2012, p. 2-17.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *Ensino religioso*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

FISCHMANN, Roseli. *Estado laico, educação, tolerância e cidadania: para uma análise da concordata Brasil-Santa Sé*. São Paulo (SP): Factash, 2012.

GARCIA, Daniele Goldner. *Configuração urbana do município de Vila Velha/ES: reflexões sobre os espaços livres e áreas ambientalmente fragilizadas*. Vitória (ES): UFES, 2014, p. 3-14.

GARUTTI, Selson e OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Didática para o Ensino Religioso: do imaginário ao pedagógico. *Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, vol. 18, n.º 1, p. 105-123, jan./jun., 2013.

HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro (RJ): DP&A, 1997.

HUTTNER, Édson. *A igreja católica e os povos indígenas do Brasil*. Porto Alegre (RS): EPIPUC-RS, 2003.

JACOB, Carlos Roberto. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. São Paulo (SP): Loyola, 2003.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *História, legislação e fundamentos do Ensino Religioso*. Curitiba (PR): IBPEX, 2008.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Uma ciência como referência: uma conquista para o Ensino Religioso. *REVER*, ano 15, n. 2, jul./dez., 2015.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira; HOLANDA, Ângela Maria Ribeiro. *Ensino religioso: aspecto legal e curricular*. São Paulo (SP): Paulinas, 2007.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo e FRACARO, Edile Maria Rodrigues. *História da formação do professor de Ensino Religioso no contexto brasileiro*. Maringá (PR): vol. 3, n. 9, p. 29-32, jan./2011.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 4. ed. *Coleção Questões da Nossa Época*, vol. 67. São Paulo (SP): Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. In: Coleção Magistério 2º Grau. Série Formação do Professor. São Paulo (SP): Cortez, 1992.

LUI, Janayna de Alencar. *Em nome de deus: um estudo sobre a implementação do Ensino Religioso nas escolas públicas de São Paulo*. Florianópolis (SP): UFSC, 2006.

MARCOS, Wilian Ramos. *Modelos do ensino religioso: contribuição das ciências da religião para a superação da confessionalidade*. Belo Horizonte (MG): UCMG, 2010, pp. 23-24. Disponível em: <http://www.pucminas.br/Paginas/PageNotFound.aspx?requestUrl=http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI2010112412010>.

Acesso em: 09 out. 2017.

MARTELLI, Stefano. *A religião na sociedade pós-moderna: entre a secularização e a dessecularização*. São Paulo (SP): Paulinas, 1995.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Educação religiosa nas escolas públicas*. Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados, vol. 145, ano 20, p. 81-91, fev. 1996.

NETO, Libâneo Lopes Costa. *Um estudo sobre o estado laico e o Ensino Religioso no município de Santarém/PA – 2008-2014*. Vitória (ES): Faculdade Unida [Dissertação de Mestrado], 2015.

OCTAVIAN, Rosiu Ovídiu Petre; PAULESCU, Doina e MUNIZ, Adir Jaime de Oliveira. *Monografia – Cursos de administração, ciências contábeis, ciências econômicas e turismo*. Brasília: UniCEUB, 2003.

OLIVEIRA, Denise Maria. *Educação, linguagem e cultura*. In: *Omnes Humanitate: Revista Científica da Escola Superior Aberta do Brasil*, vol. 4, n.º 12, jan./mar., 2014. Vila Velha (ES): Escola Superior Aberta do Brasil, 2014.

OLIVEIRA, Mirian e FREITAS, Henrique de Freitas. Pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. *Revista de Administração da USP – RAUSP*, vol. 33, n. 3, p. 83-91, 1998.

PARRA FILHO, Domingos e SANTOS, João Almeida. *Apresentação de trabalhos científicos: monografia, TCC, teses e dissertações*. 3. ed. São Paulo (SP): Futura, 2000.

PASSOS, João Décio. *Como a religião se organiza: tipos e processos*. Temas do Ensino Religioso. São Paulo (SP): Paulinas, 2006.

PASSOS, João Décio. *Ensino religioso: construção de uma proposta*. São Paulo (SP): Paulinas, 2007.

REIMER, Haroldo. *Liberdade religiosa na história e nas constituições do Brasil*. São Leopoldo (RS): Oikos, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry (Org.). *Pesquisa social – métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo (SP): Atlas, 1999.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Coleção Memória da Educação. Campinas (SP): Autores Associados, 2007.

SENA, Luzia (Org.). *Ensino religioso e formação docente*. Ciências da Religião e Ensino Religioso em Diálogo. São Paulo (SP): Paulistas, 2007.

SILVA, Elielson das Neves. *O Ensino Religioso e a formação de professores de Vila Velha*. Vitória (ES): Faculdade Unida [Dissertação de Mestrado], 2015.

SILVA, Edna Lúcia da e MENEZES, Estera Muskat. *Metodologia da pesquisa e*

elaboração da dissertação. 4. ed. Florianópolis (SC): UFSC, 2005.

SILVA, Fabiana Maria Lobo da. Liberdade de religião e o ensino religioso nas escolas públicas de um estado laico: perspectiva jusfundamental. *Revista de Informação Legislativa*, ano 52, n. 206, abr./jun, 2015, p. 271-298.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2003.

SOARES, Afonso Maria Ligório. Ciência da Religião, Ensino Religioso e Profissão Docente. *Revista de Estudos da Religião*. São Paulo, set. 2009. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_soares.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

TEIXEIRA, Enise Barth. Análise de dados na pesquisa científica – importância e desafios em estudos organizacionais. *Revista Desenvolvimento em Questão*. Editora Unijuí, ano 1, vol. 2, jul./dez., 2003, p. 177-201.

VASCONCELOS, José Antônio. *Fundamentos epistemológicos da história*. Curitiba: IBPEX, 2009.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo (SP): Cultrix, 1998.

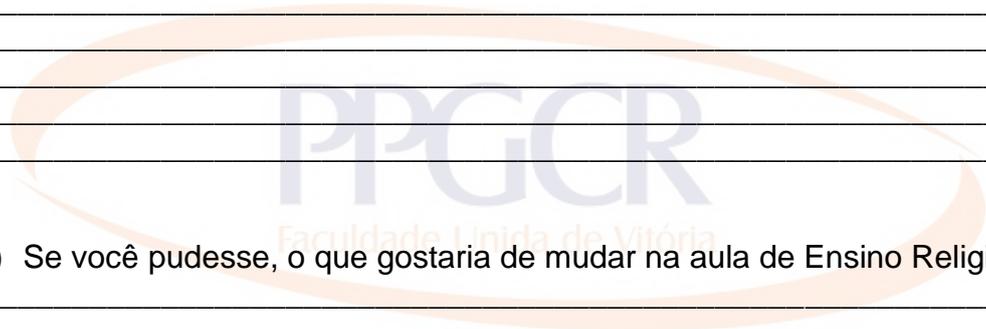
VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2000.

ANEXOS**ANEXO I
PERGUNTAS ABERTAS PARA ALUNOS DO 9.º ANO.**

a) O que você acha da aula de Ensino Religioso?

b) Você consegue perceber a importância da aula de Ensino Religioso?

c) Se você pudesse, o que gostaria de mudar na aula de Ensino Religioso?

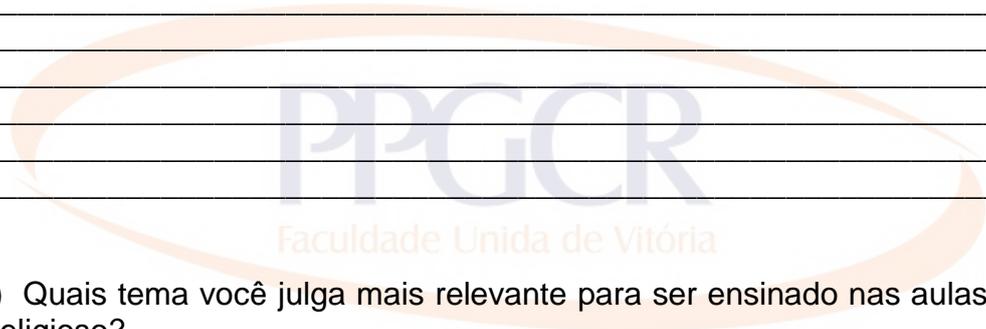


ANEXO II
PERGUNTAS ABERTAS PARA PAIS DOS ALUNOS DO 9.º ANO.

a) O que você acha que seu filho aprende na aula de Ensino Religioso?

b) Você considera o Ensino Religioso uma disciplina importante na escola? Por quê?

c) Quais tema você julga mais relevante para ser ensinado nas aulas de Ensino Religioso?



ANEXO III
PERGUNTAS ABERTAS PARA LÍDERES RELIGIOSOS DE CADA SEGMENTO:

a) Qual seu posicionamento quanto às aulas de Ensino Religioso nas escolas públicas de Vila Velha?

b) Considerando que o estado brasileiro é laico, qual sua visão quanto à obrigatoriedade da oferta da disciplina Ensino Religioso?

c) Do seu ponto de vista, quais são os objetivos inerentes à disciplina Ensino Religioso na escola? E quais as contribuições dessa disciplina para a formação do aluno?

d) Em sua opinião, como a disciplina Ensino Religioso pode contribuir para reduzir o preconceito religioso no Brasil, sobretudo em relação às religiões de matriz africana?

ANEXO IV RESPOSTAS DOS ALUNOS DO 9.º ANO.

Respostas dos alunos – região 1 – Pergunta 1:

- “Uma aula legal”.
- “Uma aula legal”.
- “Legal e interessante”.
- “Legal”.
- “Legal”.
- “Acho muito legal”.
- “Boa e muito legal”.
- “São bem legais, pois a gente aprende um pouco sobre religião e Deus”.
- “São boas, mas que deveria ser acrescentado mais coisas, temas”.
- “Muito interessante por causa das diversas religiões do mundo”.
- “Muito interessante, pois nos traz o entendimento de culturas e etnias de vários povos”.
- “Interessante é necessária, pois nela aprendemos coisas diferentes, que talvez não conheceríamos em lugares diferentes”.
- “Acho que uma das melhores aulas”.
- “Importante para ter um conhecimento a mais sobre outras etnias, principalmente as religiões delas”.
- “Importante para as pessoas conhecerem sobre Jesus e tudo mais”.
- “Ela ajuda a entendermos um pouco de cada religião, sem julgar outras e sobre seus costumes”.
- “Acho que é uma aula em que podemos aprender mais sobre religiões sobre como eram as coisas antes dos dias de hoje”.

Respostas dos alunos – região 1 – Pergunta 2:

- “Sim”.
- “Sim”.
- “Sim”.
- “Sim”.
- “Sim”.
- “Sim”.
- “Sim, ela nos ensina muitas coisas boas da Bíblia”.
- “Sim, porque, muitas vezes, quando fala de religião que você não conhece é mais interessante”.
- “Sim, posso aprender sobre algumas religiões precisamos da aula”.
- “Sim, porque é uma matéria muito interessante e importante no meu ponto de visão”.
- “Sim, pois através dela consigo aprender a respeitar a diversidade e etnias do mundo”.
- “Sim, ela é essencial na vida escolar dos alunos”.
- “Sim, pois sem Deus a gente não vive”.
- “Sim, pois é um aprendizado a mais na minha vida”.
- “Sim, nos ajuda a compreender melhor o que acontece no mundo tais como guerras, conflitos, novas leis e assuntos religiosos”.
- “Aprender os ensinamentos de Jesus”.

- “Mais ou menos. Eu acho que serve para me fazer observar a vida com outro olhar”.

Respostas dos alunos – região 1 – Pergunta 3:

- “Nada”.
- “Nada”.
- “Nada”.
- “Nada. Está muito boa”.
- “Não mudaria nada, pois é uma aula muito interessante”.
- “Praticamente nada”.
- “Nada. Gosto do jeito que minhas aulas são”.
- “Mais aulas na semana”.
- “Eu mudaria o mínimo de aulas. Em minha opinião, deveriam ser duas aulas por semana”.
- “Gostaria que fosse uma aula mais dinâmica, mais atrativa, mais ativa”.
- “Colocaria aulas mais criativas, com slides fotos etc.”.
- “Queria assistir alguns filmes sobre matéria”.
- “Eu gostaria que contasse mais sobre as histórias da Bíblia”.
- “Gostaria que acrescentasse mais aulas sobre a Bíblia, despertaria mais a atenção dos alunos”.
- “Ampliar um debate entre as turmas”.
- “Falarmos um pouco mais sobre religião. Nem todas as aulas se fala sobre isso”.
- “Queria que o Ensino Religioso fosse como qualquer outra matéria, pois assim alguns alunos dariam mais importância e prestariam mais atenção”.

Respostas dos alunos – região 2 – Pergunta 1:

- “Acho legal porque a gente discute sobre religião e descobre as outras também”.
- “Acho uma aula boa”.
- “Muito boa. Serve para aprender sobre religiões que eu nem sabia que existiam”.
- “Boa uma educação religiosa é sempre boa, pois nos ensina a ajudar a conduzir algo em nossa vida”.
- “Aula de Ensino Religioso é boa para o desenvolvimento dos alunos; para sermos mais educados e termos mais sabedoria. Muitas vezes, o que não ouvimos em casa, ouvimos na aula”.
- “Legalzinha”.
- “Aula de Ensino Religioso para mim é muito importante. Eu gosto muito da professora. Ela é muito legal”.
- “Uma coisa desnecessária. Nem todos têm uma religião e outros discordam de muitas coisas a respeito”.
- “Acho desnecessária”.
- “Desnecessária”.
- “Acho a aula de Ensino Religioso desnecessária”.
- “Não gosto”.
- “Não acho uma aula interessante. Acho que não preciso desta aula”.
- “Não muito importante, pois não vamos usar tanto como outras matérias”.

- “Por uns motivos gosto e por outros não, pois aprende sobre religiões diferentes. Eu não gosto do professor, pois fica uma matéria repetitiva”.
- “Acho que poderia ser substituída por outra matéria, como algo que envolva tecnologia”.
- “Mais ou menos, pois no sexto ano eu amava porque o professor mudou o nome para humanidades; no sétimo e oitavo anos eu gostava um pouco, pois aprendi bastante sobre etnias e religiões; mas no nono ano achei muito ruim, pois só se fala sobre cristianismo. Acho menos importante”.
- “Boa, mas acho desnecessário isso. Na sala de aula não falamos de religião. Na verdade não podemos dialogar sobre isso”.
- “Nunca tive aula de Ensino Religioso antes de estar nesta escola, mas acho que esta matéria é sobre religião; só que a professora não passa nada sobre isso. Ela fala sobre comportamento na escola e só. Não acho que isso seja Ensino Religioso”.

Respostas dos alunos – região 2 – Pergunta 2:

- “Não”.
- “Não. Para mim não é uma aula que necessite”.
- “Sinceramente não. Acho uma aula totalmente desnecessária”.
- “Não vou às aulas dessa professora”.
- “Mais ou menos, para conhecer as religiões”.
- “Sim”.
- “Sim”.
- “Sim. Independente da professora, a aula sempre será importante”.
- “Sim. A aula é muito importante: ajuda alunos a mudar um pouco”.
- “Sim. A importância é que ela nos ensina a ter disciplina com todos e bondade com o próximo”.
- “Sim, pois a gente não só aprende a religião, aprendemos sobre outras culturas e outros Mundos”.

Respostas dos alunos – região 2 – Pergunta 3:

- “Nada”.
- “Nada”.
- “Nada”.
- “Nada”.
- “Tudo”.
- “Tudo”.
- “O conteúdo”.
- “A professora”.
- “A professora e sobre a matéria dada”.

- “A professora, pois ela não ensina nada sobre religião”.
- “O conteúdo das aulas bem mais voltado para realmente a religião em si”.
- “Não deveria ter ela e sim outras”.
- “Gostaria realmente de ter um professor que realmente tirasse as dúvidas dos alunos sobre religiões que existem”.
- “Sim, para alguma coisa sobre tecnologia”.
- “Os alunos que não gostam do professor e da aula”.
- “Ter mais perguntas para os alunos, para saberem como eles enxergam a bondade etc.”.
- “Menos trabalho e mais provas sobre outras religiões e não ser uma matéria obrigatória”.
- “Ela poderia dar provas ao invés de trabalhos que não tem nada a ver com religião. Por mim, tirava dessa disciplina”.
- “Tirar essa matéria. Na verdade trocar por uma necessária”.

Respostas dos alunos – região 3 – Pergunta 1:

- “Desnecessário. Não aprendo absolutamente nada”.
- “Desnecessário, pois não aprendemos nada de importante”.
- “Acho legal, apesar de ser desnecessária”.
- “Legal”.
- “Acho legal, mas poderia ter mais conteúdo, mais explicação do professor”.
- “Uma aula boa... interessante”.
- “É uma aula interessante, fundamental, pois aprendemos um pouco sobre cada religião”.
- “Para mim aula de Ensino Religioso só falta outros conteúdos a ser dado”.

Respostas dos alunos – região 3 – Pergunta 2:

- “Sim”.
- “Sim”.
- “Sim, pois várias coisas que são dadas pelo professor levamos para o futuro”.
- “Sim. Só que poderia mudar algumas coisas: tipo, que os alunos tivessem mais interesse na aula entretenimento e aulas práticas”.
- “Não”.
- “Não”.
- “Não”.
- “Não, porque não aprendemos do que deveríamos aprender”.

Respostas dos alunos – região 3 – Pergunta 3:

- “Aulas mais práticas, vídeos e debates”.
- “Conteúdo dado, pois fala apenas sobre os costumes das diversas religiões, pois cada aluno tem a sua para defendê-la”.
- “O modo como é explicada a matéria”.
- “Mudaria explicação. Colocaria livro para os alunos estudarem. Ao invés de colocarem o aluno para copiar textos no quadro, colocaria uma aula a mais”.
- “Eu gostaria que aumentasse o número de aulas, ter livros para que possamos entender mais sobre o assunto”.
- “Gostaria que não ensinasse aula de Ensino Religioso, pois ocupa o lugar de uma matéria realmente importante”.

- “Tudo”.
- “Cada um tem sua religião, irá defendê-la mesmo que tenha sua religião criticada de forma positiva”.

Respostas dos alunos – região 4 – Pergunta 1:

- “É legal. Aprendemos muitas coisas. É uma aula fácil e boa de aprender”.
- “Muito legal”.
- “Muito legal”.
- “Muito legal”.
- “Muito legal. Aprendi várias coisas na aula”.
- “Ótima boa”.
- “Boa”.
- “Acho boa. Aprendemos coisas importantes”.
- “Muito boa. Ótimo professor”.
- “Bom”.
- “Muito importante. São as únicas que ensinam valores morais”.
- “Muito proveitosa. Aprendi muitas coisas com professor”.
- “Muito interessante”.
- “Eu gosto muito da aula de Ensino Religioso”.
- “Ele é muito prático e ensina bem a matéria”.
- “Sim”.
- “Sim. Consigo aprender várias coisas”.
- “Sim. A gente aprende coisas novas e coisas que não sabe”.
- “Sim. Nós estudamos sobre religiões e tal”.
- “Claro. Uma das melhores aulas”.
- “Sim. O professor trabalha cultura geral; não trabalha só a religião dele e dos outros”.
- “Sim. Muito boa para o aprendizado”.
- “Não muito”.

Respostas dos alunos – região 4 – Pergunta 2:

- “Sim”.
- “Sim. Consigo aprender várias coisas”.
- “Sim. A gente aprende coisas novas e coisas que não sabe”.

- “Sim. Nós estudamos sobre religiões e tal”.
- “Claro. Uma das melhores aulas”.
- “Sim. O professor trabalha cultura geral; não trabalha só a religião dele e dos outros”.
- “Sim. Muito boa para o aprendizado”.
- “Não muito”.

Respostas dos alunos – região 4 – Pergunta 3:

- “Nada”.
- “Nada, porque é muito bom”.
- “Nada, professor já tem o que é necessário para dar a melhor aula”.
- “Nada, ele sempre dá matéria que todos entendem, mas queria aulas mais práticas”.
- “Até hoje nada”.
- “Na aula dele nada, mas na aula sim”.
- “Não mudaria nada, gostaria que ficasse a mesma coisa que é”.
- “Mudaria nada”.
- “Ter mais aulas”.
- “Mais aulas com vídeos”.
- “Aumentar a quantidade de aulas semanais”.
- “Eu queria que mudasse o comportamento de alguns alunos”.
- “Menos textos”.
- “Eu acho que poucas coisas podem ser mudadas”.
- “Não sei”.

Respostas dos alunos – região 5 – Pergunta 1:

- “Desnecessário”.
- “Desnecessário, porque nem todos seguem a mesma religião do professor, já que ele trata apenas de um assunto”.
- “Não tem necessidade”.
- “Muito interessante”.
- “Acho que ela não pode ser uma matéria escolar”.
- “Acho que as , de Ensino Religioso às vezes são legais e às vezes não”.
- “Acho que é legal para aprender sobre religião”.
- “Acho que é importante para mostrar as opiniões dos outros”.
- “Eu acho a aula muito boa. A gente aprende muita coisa na aula de Ensino Religioso. Nessa aula a gente aprende as religiões de cada um, falar também com nosso Deus é bom para nossa vida”.

Respostas dos alunos – região 5 – Pergunta 2:

- “Sim, eu acho importante”.
- “Sim, cada aula tem um aprendizado diferente”.
- “Sim, eu consegui perceber a importância do Ensino Religioso como uma salvação na nossa vida e que nós procuramos uma religião na segunda”.
- “Sim, porque eu consegui perceber que a aula de Ensino Religioso é para ensinar as coisas sobre Jesus”.
- “Em algumas aulas sim”.
- “Mais ou menos; não vejo muita necessidade”.

- “Não, pois não é uma aula que eu preciso tanto”.
- “Não, porque não tem uma matéria principal para ensinar aos alunos”.
- “Não, porque religião não é assunto de escola”.

Respostas dos alunos – região 5 – Pergunta 3:

- “Tudo”.
- “O professor”.
- “O professor. Colocar brincadeiras e dinâmicas, estudando a Bíblia”.
- “Colocar mais brincadeiras, mais vídeos, sair mais da sala de aula”.
- “Colocar mais vídeos e trabalhos sobre pesquisa”.
- “Trabalhos e pesquisas e que pode valer ponto no trimestre”.
- “Eu mudaria na aula de Ensino Religioso que não falasse tanto de religião, mas sim o necessário da aula”.
- “Colocar todas as religiões e não só o cristianismo”.
- “Colocar todas as religiões, já que o professor só fala em cristianismo”.



ANEXO V RESPOSTAS DOS PAIS DOS ALUNOS DO 9.º ANO.

Respostas dos pais dos alunos – região 1 – Pergunta 1:

- “Religião, cultura e diversidade”.
- “Religião, Bíblia, Deus e seus mandamentos”.
- “Sobre religião, compreendendo e aprendendo a ajudar o próximo”.
- “Sobre outras religiões”.
- “Sobre religião”.
- “Sobre religião”.
- “Sobre vários tipos de religiões”.
- “Estudo das religiões e suas influências nos costumes na ideologia e nas relações sociais”.
- “A diversidade religiosa, princípios, a história por trás das religiões e as suas predominâncias”.
- “Ética, valores e respeito às diferenças”.
- “Ética dos princípios, respeito às regras e diferenças entre os outros”.
- “Respeitar o próximo”.
- “Assuntos relacionados à cultura e à aprendizagem”.
- “Respeito à natureza, solidariedade, ética e que existe um Ser superior ao ser humano”.
- “A ter fé, ler a Bíblia e amar a todas as pessoas do mundo”.
- “A palavra de Deus”.
- “Acho bom e importante, pois é um meio de falar de Jesus”.
- “Que é uma aula muito boa”.

Respostas dos pais dos alunos – região 1 – Pergunta 2:

- “Sim, pois é uma forma de ensinar todos os valores e auxilia a formação de futuros cidadãos críticos e pensantes”.
- “Sim, porque ajuda a resgatar valores perdidos”.
- “Sim”.
- “Sim, por que ensina sobre a Bíblia”.
- “Sim, por que ensina os jovens a palavra de Deus e a respeitar o próximo”.
- “Sim, faz bem para qualquer aluno manter princípios bíblicos”.
- “Sim, para aprender sobre religiões. Precisamos das aulas”.
- “Sim, por que ensina sobre coisas da vida e sobre Deus”.
- “Sim, porque aprendem sobre crenças de cada um e a respeitar a religião do próximo”.
- “Sim, porque aprende sobre seus antepassados e o que ocorre no mundo”.
- “Sim. Para conhecer filosofias de vida de cada religião, para reter um conhecimento maior sobre outras etnias”.
- “Sim, porque é um aprendizado a mais, já que nos dias atuais existe tanta maldade, tanta criminalidade e tanta falta de amor ao próximo e entre as famílias”.
- “Sim, é uma disciplina que abre a mente”.
- “Sim, para aprendizagem dos alunos nas questões citadas acima (solidariedade, ética, respeito à natureza...)”.
- “Muito, porque a sociedade precisa de Deus”.
- “Sim, pelo conhecimento e informações repassadas em sala”.

- “Sim, conhecer as diversas religiões e aprender a respeitar seus adeptos”.
- “Não, acho que não faz diferença”.
- “Não, porque religião é uma escolha da família e deve ser ensinada em casa”.

Respostas dos pais dos alunos – região 1 – Pergunta 3:

- “Temas como valores, relacionamento e Vida”.
- “Ética, respeito, humanismo e solidariedade”.
- “O respeito”.
- “Cidadania e etnia, diversidade cultural, civismo entre outras”.
- “Acredito que deveria substituir a antiga Educação Moral e Cívica. Trabalhar ética e cidadania, Direitos Humanos, política, Constituição e valores”.
- “Família e amor”.
- “Amor, respeito e tolerância”.
- “Ensinar a ler a Bíblia, mostrar a palavra, compartilhar um com outro”.
- “As leis de Deus, pois a juventude não quer nem saber o que é lei, quanto mais respeitar”.
- “A Bíblia e suas histórias. Jesus Cristo e seu sacrifício por nós. Deus e seus mandamentos e sacramentos. Temas também como: “bullying”, racismo, drogas, vícios etc.”.
- “Para meu filho a palavra de Deus é muito importante”.
- “No caminho que devemos andar”.
- “Todos. É bom para mantê-los no caminho certo”.
- “A diversidade cultural e seus princípios”.
- “Catolicismo”.
- “Nenhum. Todos devem ser discutidos com certa moderação”.
- “Nenhum”.
- “Não sei”.

Respostas dos pais dos alunos – região 2 – Pergunta 1:

- “Aprende coisas sobre religião”.
- “Coisas sobre diversas religiões”.
- “Sobre religião”.
- “Estudo o conteúdo da religião sobre vida, caráter, personalidade e respeito”.
- “Coisas para reforçar a sua fé e ter entendimento sobre outras religiões”.
- “Assuntos sobre Deus”.
- “Acho que aprende sobre Deus”.
- “Acho que é importante, mas falando de temas importantes que falam de Deus”.
- “Aprende sobre Deus. O que fazer e o que não fazer para subir para o céu; ensina a ter disciplina e a respeitar os outros”.
- “Como respeitar os pais, como ser responsável pelo comportamento com o trabalho”.
- “Como ser uma boa pessoa, mas em questão de educação quase nada, pois é uma matéria muito diferente”.
- “Sim, ela tem melhorado o comportamento. Minha filha aprende a não usar drogas, não fumar, aprende sobre religião, sobre a igreja e a obedecer mais”.
- “Valores éticos, para respeitar a religião do próximo”.
- “Respeitar seu próximo, estudos sobre as religiões do mundo”.

- “A ser um bom filho, bom aluno e a respeitar os mais velhos”.
- “Sim, pois ele tem melhorado o comportamento em casa como filho a partir do que ele tem aprendido com o professor de Ensino Religioso”.
- “Não tenho uma resposta certa, pois não converso muito com ele sobre Ensino Religioso, mas acho que são boas coisas, pois não tem reclamações sobre as aulas”.
- “Nada”.
- “Nada”.
- “Nada”.
- “Nada não vejo nenhuma diferença no ensino do meu filho”.
- “Acho aula de Ensino Religioso desnecessária”.

Respostas dos pais dos alunos – região 2 – Pergunta 2:

- “Não tenho uma opinião formada”.
- “Nem tanto, mas é uma matéria importante como todas as matérias escolares”.
- “Sim acho que ensina uma parte importante sobre a sociedade”.
- “Sim, porque a matéria ensina minha filha a ter um conhecimento geral sobre o mundo em que vivemos”.
- “Sim, pois eu acho que ela melhora o meu filho”.
- “Sim, a humanidade precisa de Deus”.
- “Sim, pois alguns colegas e outros alunos não conhecem Deus ou sua palavra e a aula de religião os ajuda e até educa e forma sua personalidade”.
- “Sim, porque muitas pessoas não conhecem Deus ou coisas de religiões. Serve para alertar que Deus está chegando e procurar uma igreja para louvar”.
- “Sim, porque os alunos aprendem a conhecer as coisas de Deus”.
- “Sim, para nossos filhos aprenderem a conhecer as religiões”.
- “Muito importante, pois ensina a minha filha a ser uma cidadã honesta, trabalhadora e cumpridora de suas obrigações como estudante e filha”.
- “Não, pois minha neta já vai na igreja e já aprende muitas coisas sobre sua religião”.
- “Não, pois acho que cada um vê uma forma de pensar sobre as religiões”.
- “Não, porque religião se aprende em casa na igreja etc.”.
- “Porque não é muito importante”.
- “Não, porque nem todo mundo tem a mesma religião, pois não considera uma disciplina que faça a mudança em nada”.
- “Não acho que seja importante, pois religião é uma coisa complicada para se tratar na escola”.
- “Totalmente desnecessário, pois religião se ensina em casa”.
- “Não, não vejo a importância de se ter essa matéria”.
- “Não, pois quem deve ensinar religião aos filhos são os pais”.
- “Sim e não, ao mesmo tempo, pois acho que isso não mudaria um aluno, mas acho muito importante essas aulas, pois podem ser um caminho bom para eles”.
- “Sim, acho que em cima parte importante sobre a sociedade”.

Respostas dos pais dos alunos – região 2 – Pergunta 3:

- “Religião, boas maneiras, coisas do tempo”.
- “Falar sobre todas as religiões sem exceção”.

- “Atividades em grupo sobre religião e de diversos assuntos”.
- “Como tá as religiões surgiram, como elas se expandiram e coisas que as envolve”.
- “Temas sobre Deus e religião cristã, pois pode até direcionar alunos à palavra de Deus”.
- “O amor de Deus”.
- “Amor ao próximo”.
- “Amor ao próximo”.
- “Amar sempre o próximo, amar a Deus acima de outras coisas, amar ao Senhor, pois só ele pode mostrar o caminho da salvação. Porque sem amor é impossível agradar a Deus e que Deus seja sempre louvado”.
- “Falar sobre a Bíblia”.
- “Para que meu filho seja responsável e que venha a aprender mais e mais, que se afaste de pessoas maldosas”.
- “Para que meu filho seja estudioso, aprenda a respeitar para não entrar no mundo das drogas e que possa ser inteligente”.
- “Que melhore o aprendizado do meu filho”.
- “Seria bom para os alunos terem uma aula dinâmica, com brincadeiras e realizar sem pesquisas diferentes dos padrões da escola”.
- “Para que meu filho não entre no mundo das drogas e se afaste das más companhias”.
- “Trabalhos em grupo sobre como se formaram as antigas igrejas e as de hoje em dia”.
- “História da religião no mundo, respeito pela religião do próximo”.
- “Disciplina”.
- “Nada”.
- “Não considero Ensino Religioso importante; poderia ser substituído por alguma matéria como informática”.
- “Algo mais tecnológico, algo que vai ser utilizado por eles no futuro”.

Respostas dos pais dos alunos – região 3 – Pergunta 1:

- “Sobre religião”.
- “Aprende sobre religião”.
- “Acho que ele, sobre religiosidade e sobre fé”.
- “Acho que aprende sobre os valores e as diferenças de cada religião mostrando que o caminho é um só: Jesus”.
- “De acordo com a opinião da minha filha, ela não aprende nada de importante”.
- “Não aprendemos nada; o que sei e aprendi sobre diversas religiões não foi através do Ensino Religioso e sim através de outras matérias”.
- “Não sei”.
- “Nada”.

Respostas dos pais dos alunos – região 3 – Pergunta 2:

- “Sim, porque é importante para o ser humano”.
- “Sim, porque eles podem aprender mais sobre religiões”.
- “Sim, porque é uma disciplina que as crianças aprendem sobre as religiões, sobre a Bíblia entre outros”.

- “Sim, porque ajuda no crescimento cristão de cada um, dando uma direção espiritual na vida”.
- “Sim, se forem ensinadas todas as crenças e não só o catolicismo”.
- “Não, pois não acrescenta nada no aprendizado da minha filha”.
- “O Ensino Religioso não trata apenas de religiões e crenças. No entanto, esse é o conteúdo dado, sendo desnecessária essa matéria, já que cada um possui a sua religião”.
- “Porque ela é uma matéria muito importante, só não estão sabendo ensiná-la”.

Respostas dos pais dos alunos – região 3 – Pergunta 3:

- “Falar de várias religiões”.
- “A que religião as crianças devem seguir”.
- “Religião, fé, cristão na sala de aula etc.”.
- “O respeito ao próximo”.
- “Amar ao próximo acima de todas as coisas”.
- “Amizade, amor, paciência, pois não vejo que esses temas podem ajudar minha filha”.
- “A importância de Jesus na vida, o respeito pelas diferenças religiosas, o respeito com o próximo de um modo geral”.
- “Deveria se estudar os valores (ética) de como devemos reagir a determinadas situações”.

Respostas dos pais dos alunos – região 4 – Pergunta 1:

- “Muitas coisas interessantes como religião”.
- “Sobre religião”.
- “Sobre religiões, e as aulas são muito boas”.
- “Valores morais”.
- “Direitos humanos”.
- “Tudo sobre a vida”.
- “Muitas coisas”.
- “Aprende muitas coisas”.
- “Muitas coisas”.
- “Sim, muitas coisas”.
- “Aprende muitas coisas sobre vários assuntos”.
- “Muita matéria, que meu filho para pra refletir no dia a dia”.
- “Como se comportar, disciplina etc.”.
- “Não sei. Acho que muita coisa importante”.
- “Não sei”.
- “Nos dias de hoje, muitas heresias”.
- “Minha filha sempre relata que não tem conteúdo”.
- “Não tenho visto Ensino Religioso na sociedade”.
- “Tudo sobre religiões diferentes e normais”.
- “Bom, no futuro, pelo menos, se conhece o que se fala sobre religião. A opção será individual”.

Respostas dos pais dos alunos – região 4 – Pergunta 2:

- “Não”.

- “Não, porque não”.
- “Não faço ideia”.
- “Sim, porque meu filho aprende mais sobre religião”.
- “Sim, porque ajuda o aluno em várias coisas”.
- “Sim, porque ensina diversas coisas. É uma matéria boa e fácil”.
- “Sim, com certeza, porque eles aprendem muitas coisas”.
- “Sim, com certeza”.
- “Sim, porque sim”.
- “Sim porque ensina coisas boas”.
- “Sim”.
- “Sim, para ele aprender mais sobre o mundo”.
- “Sim, melhora a forma de pensar e com certeza a de agir também”.
- “Sim, porque fala sobre o dia a dia das pessoas e direitos humanos”.
- “Sim, é uma matéria que tenta resgatar os valores que deveriam ser passados pela família, mas que hoje estão desestruturadas e infelizmente abandona seus filhos. Hoje temos muitos filhos órfãos de pais vivos”.
- “Sim, porque é para aprender mais sobre cultura religiosa”.
- “Sim, porque ajuda na disciplina da escola, como em casa e em outros lugares”.
- “Sim, é importante o Ensino Religioso desde cedo, pois saber que tem pessoas que orientam pedagogicamente sobre religiões como um todo, forma de não discriminar nenhuma religião, orientar que existe um Ser supremo, criador de nossa fé”.
- “Não, básica. Apenas complemento para conhecimento”.
- “Não acho interessante, uma vez que os nossos filhos ficam expostos à opinião de pessoas de diversas religiões e sem conhecimento de quem é Deus”.

Respostas dos pais dos alunos – região 4 – Pergunta 3:

- “Religião”.
- “Religião”.
- “Religião, respeito, racismo etc.”.
- “Religião, racismo e respeito”.
- “Falar sobre religião e direitos humanos”.
- “A paz e a tolerância religiosa”.
- “Valores morais, respeito e amor ao próximo”.
- “Ter amor ao próximo, pensar sempre no outro, melhor comportamento”.
- “O que é fé, respeito ao próximo, caridade”.
- “Amar a Deus sobre todas as coisas e conhecer a Deus”.
- “Amor e tolerância”.
- “Ensino bíblico”.
- “A fé em um ser supremo, que somos criatura desse universo, somos parte de um conjunto que, independente de credo, somos responsáveis por nossas atitudes, ação e reação, temos que ter responsabilidades com cada ser que de certa forma faz parte de nossa vida, quer seja familiar ou profissional, nossos atos junto ao outro. Não querer o que faz mal ao outro”.
- “Sobre a sociedade”.
- “Diversidade do mundo”.
- “Budismo, evangélico entre outros”.

- “Nenhum”.
- “Nenhum”.
- “Não julgo nenhum tema”.
- “Acho que não pode ser trabalhada nenhuma religião”.

Respostas dos pais dos alunos – região 5 – Pergunta 1:

- “Aprende a respeitar as religiões de cada um”.
- “Aprende mais sobre religiões”.
- “Eu acho legal porque fala sobre religião”.
- “Na verdade, o que se aprende ainda é pouco, pois o mínimo de aulas é reduzido ao mínimo, mas ainda assim acredito que aprenda o que é respeito às diferenças e crenças religiosas”.
- “É bom para algumas coisas e às vezes melhora o comportamento do aluno”.
- “Nada, porque ele não tem matéria específica para explicar”.
- “Acho que nada”.
- “Não tenho ideia”.

Respostas dos pais dos alunos – região 5 – Pergunta 2:

- “Sim, porque ensina sobre religião”.
- “Sim, pois é interessante ele saber sobre religião”.
- “Sim, porque temos que falar sobre Deus”.
- “Sim, porque tem muitas pessoas que não conhecem a igreja ou não gostam da aula de Ensino Religioso. Você aprende um pouco sobre a palavra de Deus e a respeitá-la”.
- “Sim, porque hoje em dia os jovens estão perdidos no mundo”.
- “Tudo”.
- “Deus”.
- “Preconceitos na religião”.
- “Não, porque religião não é assunto escolar”.

Respostas dos pais dos alunos – região 5 – Pergunta 3:

- “Sobre Jesus e sobre todas as religiões”.
- “Educação e as escolhas que devemos fazer”.
- “Deus”.
- “Como ser fiel a Deus e como seguir na presença de Deus”.
- “Ensinar mais sobre Jesus Cristo e ter mais brincadeiras dinâmicas e filmes”.
- “Sobre ler a Bíblia, orar, rezar etc.”.
- “Parte histórica bíblica, religiões, levar o debate entre diferentes crenças”.
- “Integração entre escola religião e família”.
- “Não sei”.

ANEXO VI RESPOSTAS DOS LÍDERES RELIGIOSOS DE CADA SEGMENTO:

Respostas dos líderes religiosos – Pergunta 1:

- “Sim, tem que ser ensinada a palavra de Deus em todos os lugares. Todo ser humano precisa conhecer e aprender sobre Deus”.
- “Acho louvável, pois é dada a oportunidade aos alunos de terem conhecimento sobre Deus”.
- “Não tinha conhecimento, mas espero que sejam aulas respeitadas, que não levem o aluno a nenhum tipo de constrangimento, mostrando a ele a sua importância e contribuição na sociedade”.
- “Acho muito válido, a partir do momento em que não forem princípios religiosos e culturais dos alunos”.
- “Contra o ensino que defenda alguma doutrina e a favor de um ensino onde haja uma aplicação de princípios e valores que sejam comuns às diversas religiosidades do país; que nessa comunhão possamos, através dessa importante abordagem, levar os jovens a amar a Deus e ao próximo”.
- “Contra, visto que deve ser de responsabilidade da família”.
- “Necessário, desde que abrange os valores de Deus e não as doutrinas religiosas”.
- “Concordo, desde que seja em aspecto histórico. Não doutrinário. Penso que a questão doutrinária é de responsabilidade da família”.
- “Muito proveitoso. Tenho dois filhos que amam as aulas e é de grande ajuda para eles”.
- “Concordo que a disciplina deve ser oferecida, oportunizando ao aluno o conhecimento das diversas religiões, desenvolvendo um pensamento crítico a respeito da diversidade religiosa, tão presente em nosso país”.
- “Não acredito em uma formação ética adequada do indivíduo, se a educação ofertada tratar apenas das necessidades materiais da sociedade; pois as raízes da ética, moralidade e valores humanos tem outra raiz que é a transcendência. Mas se for aplicada considerando determinados aspectos, poderia ser uma causa de equilíbrio da balança, uma sociedade material e espiritualmente desenvolvida”.
- “Contra, pois Ensino Religioso é de responsabilidade da família e como o estado deve ser laico para não haver nenhuma discriminação de credo e não aumentar mais o preconceito”.
- “Contra, pois tem possibilidade do profissional e por sua crença, porque talvez nem ele se liberte dos preconceitos, principalmente das religiões de origem africana”.
- “Desde que tenha critérios para contribuir com o crescimento do aluno, ampliando sua visão, mas com cuidado de não impor qualquer religião”.

Respostas dos líderes religiosos – Pergunta 2:

- “Se tantas coisas são ensinadas às pessoas, porque também não ensinar a palavra de Deus?”.
- “Contra a obrigatoriedade, mas sendo facultativa. Acho que deveria fazer parte da grade curricular”.
- “O ensino é de suma importância, desde que não sejam abordadas doutrinas específicas, devendo haver pluralidade religiosa”.
- “Concordo, desde que seja uma disciplina acadêmica”.

- “Contra a obrigatoriedade. Lembrando que no país temos outras questões que somos obrigados e não deveríamos, como o voto”.
- “Contra”.
- “Acredito que possa ser facultativa a oferta; porém, que possa haver espaço para debates sobre o amor, humildade, solidariedade, valores necessários para a vida”.
- “Contra a doutrinação”.
- “Concordo com a obrigatoriedade. Acredito que toda aula que possa abrir os olhos do cidadão para o Evangelho é válida. Porém, quando se misturam os ensinamentos isso é ruim”.
- “Desde que não valorize um segmento religioso em detrimento dos outros, a disciplina é importante e deve fazer parte da grade curricular”.
- “Concordo, desde que o valor neutralidade permeie cada aula da disciplina, através da conduta adequada de professores bem capacitados e de um currículo bem elaborado”.
- “Contra a obrigatoriedade, exatamente por considerar a laicidade e a falta de capacitação dos professores”.
- “Fatalmente será tendencioso”.
- “Não deveria ser obrigatório; deve ser uma opção, com aval da família, para que não ocorra a discriminação e discussão dentro do ambiente escolar”.

Respostas dos líderes religiosos – Pergunta 3:

- “Na escola as pessoas aprendem os primeiros passos sobre o mundo, incluindo várias coisas, como também a palavra de Deus”.
- “Ter encaminhamento sobre as diversidades religiosas. Conhecer sobre Deus e aprender a respeitar as diferenças”.
- “Ensinar os valores no dia-a-dia, preparar os alunos para enfrentar desafios na vida e compreender melhor a si mesmos frente a nossa origem a Deus”.
- “Quando falamos em fé, religião ou outra coisa, o intuito é sempre ajudar o indivíduo e ao próximo; e quando ajudamos o próximo nos tornamos seres humanos melhores”.
- “Os objetivos inerentes são formação do caráter do cidadão, respeito ao próximo, respeito às autoridades, às leis etc. O Ensino Religioso leva o cidadão a observar todas essas questões acima citadas, que tanto temos ansiado por elas”.
- “Valores e convivências, contribuindo para a formação integral dos alunos”.
- “Acho importante no contexto da história e da cultura. Pode contribuir para a formação educacional e o conhecimento do aluno”.
- “Esclarecer e ensinar o amor de Cristo. Isso pode contribuir para a formação do caráter do aluno”.
- “Preparar o aluno para uma boa convivência em sociedade, de forma ética a contribuir para uma formação de caráter sociológico e no pensamento filosófico do aluno”.
- “Deve-se oferecer a todos perspectivas saudáveis que a religiosidade e a transcendência colocam à disposição; garantir o conhecimento sobre todas as religiões; e assim acabar com a negação do preconceito que é o desconhecimento”.
- “O objetivo se perde, uma vez que não há imparcialidade e levando-se em conta as diversidades religiosas; não dá para mensurar as contribuições por não abranger todas as diversidades”.

- “Transformar o aluno em cidadão sem preconceito religioso, despertar o respeito e a solidariedade”.
- “Elevar o nível de discussão da tese do conhecimento. Desta forma poderá o aluno contribuir com novas ideias, propiciando a si e à família novas visões”.

Respostas dos líderes religiosos – Pergunta 4:

- “Religião é uma coisa muito baixa em relação à palavra de Deus. A religião escraviza o homem, mas a palavra de Deus liberta”.
- “Vai ensinar respeito às diferenças”.
- “Fundamentar o amor e o respeito nas relações sociais. Só assim para vivermos bem, fazer o bem em tudo e a todos que estiverem ao nosso alcance”.
- “Toda religião é uma resposta ao ser humano. Precisamos falar de Deus e tratar isso com pais e alunos. Conhecer a Deus nos torna pessoas melhores”.
- “O Ensino Religioso bem ministrado jamais fomentará preconceitos, qualquer que seja a religião. Jesus, em sua encarnação, exerceu o movimento totalmente oposto a isto, Ele dialogou com todos sem perder a sua essência, sempre influenciado através do amor. Em seu ministério terreno ele foi quem sofreu perseguição, sem jamais revidar. Esse é o espírito do Ensino Religioso”.
- “Através de pesquisa, sem inverter a situação onde o que se considera preconceito se mal trabalhado vira um novo preconceito”.
- “Se for ensinado no contexto histórico pode, sim, levar o aluno a perceber as questões culturais. O conhecimento geralmente reduz o preconceito”.
- “Um Ensino Religioso mais simplificado possível, sem doutrinas profundas”.
- “Oportunizando aos alunos o conhecimento de todas as religiões, sem supervalorizar uma ou outra”.
- “Os enfoques pluralizados: o ensino de todas as religiões não deve ser baseado em aspectos sociais e culturais de cada uma delas, pois eles variam muito de uma religião para outra. Se os ensinamentos sociais discordantes não forem explicitamente apresentados como secundários e condicionados aos diferentes momentos históricos, a disciplina acaba por acentuar ainda mais o preconceito e a intolerância”.
- “Só contribuirá se os professores forem capacitados e livres de parcialidades e preconceitos”.
- “Escolha certa do profissional livre de preconceitos”.
- “Trazer informações e esclarecimentos, levando o aluno desde cedo a lidar com divergências. Dar opções, ignorando diferenças enraizadas no preconceito e edificando o respeito que deve existir em todos os segmentos religiosos”.